

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO E HOSPITALIDADE**

**MAICON GULARTE MOREIRA**

**ENSAIO SOBRE EPISTEMOLOGIA MARXISTA NO TURISMO: UMA LEITURA  
ALTHUSSERIANA**

**CAXIAS DO SUL**

**2023**

**MAICON GULARTE MOREIRA**

**ENSAIO SOBRE EPISTEMOLOGIA MARXISTA NO TURISMO: UMA LEITURA  
ALTHUSSERIANA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Turismo e Hospitalidade. Área de concentração: Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciene Jung de Campos.

**CAXIAS DO SUL**

**2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

M838e Moreira, Maicon Gularte

Ensaio sobre epistemologia marxista no turismo [recurso eletrônico] :  
uma leitura althusseriana / Maicon Gularte Moreira. – 2023.

Dados eletrônicos.

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-  
Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2023.

Orientação: Luciene Jung de Campos.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Turismo. 2. Teoria do conhecimento. 3. Materialismo histórico. 4.  
Materialismo dialético. 5. Althusser, Louis, 1918-1990. I. Campos, Luciene  
Jung de, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 338.48

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)  
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

**MAICON GULARTE MOREIRA**

**ENSAIO SOBRE EPISTEMOLOGIA MARXISTA NO TURISMO: UMA LEITURA  
ALTHUSSERIANA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Turismo e Hospitalidade. Área de concentração: Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciene Jung de Campos.

**Aprovado em 16/05/2023.**

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciene Jung de Campos (orientadora)  
Universidade de Caxias do Sul

---

Prof. Dr. Rodrigo Meira Martoni  
Universidade Federal de Ouro Preto

---

Prof. Dr. Fábio Ramos Barbosa Filho  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Freda Indursky  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César  
Universidade de Caxias do Sul

Dedico este trabalho para Débora, minha mãe, para Maurício, meu pai, à Ivanir (*in memoriam*) e à Heloires, minhas avós, e para meu avô Celso. Foram eles que, de algum modo, cada um à sua maneira e a seu tempo, possibilitaram minha caminhada até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe, Débora, que me resgatou quando eu não mais conseguia pedir ajuda e iluminou o momento mais obscuro desse processo, viabilizando com que eu o retomasse. Sem ela este trabalho não teria sido possível.

Agradeço também à minha família, na figura de minha avó Heloires, que abriu as portas de sua casa e de sua vida para que eu pudesse concluir este trabalho após o término da bolsa, já na cidade de Pelotas.

Agradeço à Marcela e ao Flávio, que compartilharam sua casa comigo e tornaram viável minha estada em Caxias do Sul, além da amizade e do companheirismo cotidiano sempre afetuoso.

Agradeço às minhas amigas e amigos de Caxias do Sul, Paula, Assaury, Uyara, Ezequiel, Karine, Fábio, Jenifer, Maurício, Gabriela, Ander, Akácio e Maria, que preencheram minha vida de amor, alegrias e arte, tornando este processo mais leve. Sem eles/as a experiência de uma pandemia teria sido insuportável.

Agradeço às minhas amigas e amigos de longuíssima data, Cristiani, Raul, Carlos André, Otávio, Dianine, que mesmo à distância cuidaram de mim e se fizeram a voz da minha razão durante a decisão mais difícil desse processo.

Agradeço à minha orientadora, Luciene, pelo seu trabalho e pela sua escuta, por tantas horas de conversa, de leituras, de aulas, de escrita, de viagens e de conselhos compartilhados ao longo dos últimos 8 anos.

Agradeço aos colegas e professores/as do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul, pelo conhecimento, espaços, vivências e experiências compartilhadas. E um agradecimento especial à Regina, figura humana que com seu trabalho acolhe a todos no programa.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa concedida durante parte deste tempo.

*“Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo”.*

**Karl Marx**

## RESUMO

Este ensaio teórico parte da observação de aspectos contraditórios do turismo, no que diz respeito a sua ética e aos efeitos negativos que provoca em sua produção e reprodução, no contexto do modo de produção capitalista. Por isso, questiona sobre a responsabilidade do campo acadêmico do turismo na produção e reprodução dessas dissonâncias. Buscando problematizar a produção de conhecimento do campo, discute sua epistemologia, observando o sincretismo epistemológico que o constitui e a utilização de teorias e métodos à revelia do saber epistemologicamente sobre o que é produzido. Em meio às incongruências do cenário observado e considerando trajetórias pessoal e acadêmica, assume posição junto às leituras produzidas sobre este debate a partir de base epistemológica materialista. Após, por meio de revisão bibliográfica sobre trabalhos referenciados ao materialismo em periódicos nacionais especializados em turismo e pelo reconhecimento da heterogeneidade constitutiva de leituras marxistas sobre a obra de Karl Marx, constata que mesmo a produção marxista no campo do turismo elabora suas leituras, predominantemente, a partir de uma base filosófica e teórica vinculada ao marxismo hegeliano. Na intenção de apresentar outra leitura, portanto, para a constituição de uma episteme materialista do turismo, propõe estabelecer uma crítica interna à produção de conhecimento produzida pelo marxismo hegeliano, a partir das proposições de Louis Althusser sobre a especificidade da prática teórica da dialética materialista, apontando a relatividade e os limites de validade desse conhecimento. Assim, analisa teses produzidas em programas de pós-graduação em turismo referenciadas ao Materialismo Histórico e ao Materialismo Dialético, estabelecendo uma leitura epistemológica desses trabalhos a partir de base teórica althusseriana. Através da análise foi possível observar nos trabalhos uma interpretação do turismo a partir de um Materialismo Histórico e de um Materialismo Dialético determinados por elementos que se conformam ao modelo de racionalidade capitalista, sem assumir a necessária posição de ruptura com referentes iluministas, idealistas, empiristas, alcançando um ponto de saturação no que diz respeito à crítica do campo no contexto do modo de produção capitalista. Ao final, em contraponto à produção teórica analisada, sinaliza proposições para a constituição de uma epistemologia materialista do turismo referenciadas à Louis Althusser: a ruptura epistemológica entre o pensamento de Karl Marx e Georg Hegel; o reconhecimento do princípio materialista



da diferença entre o real e o seu conhecimento; o reconhecimento da realidade objetiva determinada que implica ao sujeito da prática teórica um lugar e uma função na produção de conhecimentos; o princípio da sobredeterminação da contradição marxista; o conceito de totalidade como a unidade de um todo complexo estruturado sempre já dado com dominante; a incompatibilidade do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético com o modelo de racionalidade do marxismo hegeliano e humanista.

Palavras-chave: Turismo. Epistemologia. Materialismo Histórico. Materialismo Dialético. Louis Althusser.

## ABSTRACT

This theoretical essay starts with the observation of contradictory aspects of tourism, regarding its ethics and the negative effects it causes in its production and reproduction in the context of the capitalist mode of production. Therefore, it questions the responsibility of the academic field of tourism in the production and reproduction of these dissonances. Seeking to problematize knowledge production in the field, it discusses its epistemology, observing the epistemological syncretism that constitutes it and the use of theories and methods despite epistemological knowledge about what is produced. Amid the inconsistencies of the observed scenario and considering personal and academic trajectories, it takes a position with the readings produced on this debate from a materialist epistemological basis. After, through a literature review of works referenced to materialism in national journals specialized in tourism and by recognizing the constitutive heterogeneity of Marxist readings of Karl Marx's work, notes that even the Marxist production in the field of tourism elaborates their reading, predominantly, from a philosophical and theoretical basis linked to Hegelian Marxism. Therefore, to present another reading for the constitution of a materialist episteme of tourism, it proposes to establish an internal critique of the production of knowledge produced by Hegelian Marxism, based on the propositions of Louis Althusser about the specificity of the theoretical practice of materialist dialectics, pointing out the relativity and limits of validity of this knowledge. Thus, it analyzes theses produced in postgraduate programs in tourism about historical materialism and dialectical materialism, establishing an epistemological reading of these works based on the Althusserian theoretical basis. Through the analysis, it was possible to observe in the works an interpretation of tourism from historical materialism and dialectical materialism determined by elements that conform to the model of capitalist rationality, without assuming the necessary position of rupture with illuminist, idealist, and empiricist referents, reaching a saturation point concerning the critique of the field in the context of the capitalist mode of production. In the end, in contrast to the analyzed theoretical production, it signals propositions for the constitution of a materialist epistemology of tourism referenced to Louis Althusser: the epistemological rupture between the thought of Karl Marx and Georg Hegel; the recognition of the materialist principle of the difference between the real and its knowledge; the recognition of the determined objective reality that implies to the subject of theoretical practice a place

and a function in knowledge production; the principle of overdetermination of Marxist contradiction; the concept of totality as the unit of a complex structured whole, always already given as dominant; the incompatibility of historical materialism and dialectical materialism with the model of the rationality of Hegelian and humanist Marxism.

Keywords: Tourism. Epistemology. Historical Materialism. Dialectical Materialism. Louis Althusser.

## RESUMEN

Este ensayo teórico parte de la constatación de aspectos contradictorios del turismo, en cuanto a su ética y a los efectos negativos que provoca en su producción y reproducción, en el contexto del modo de producción capitalista. Por lo tanto, cuestiona la responsabilidad del campo académico del turismo en la producción y reproducción de estas disonancias. Buscando problematizar la producción de conocimiento del campo, discute su epistemología, observando el sincretismo epistemológico que lo constituye y el uso de teorías y métodos en mora de saber epistemológicamente sobre lo que se produce. En medio de las incongruencias del escenario observado y considerando las trayectorias personales y académicas, toma posición con las lecturas producidas sobre este debate a partir de una base epistemológica materialista. Luego, a través de la revisión bibliográfica sobre trabajos referenciados al materialismo en revistas nacionales especializadas en turismo y el reconocimiento de la heterogeneidad constitutiva de las lecturas marxistas sobre la obra de Karl Marx, encuentra que incluso la producción marxista en el campo del turismo elabora sus lecturas, predominantemente desde una base filosófica y teórica vinculada al marxismo hegeliano. Con la intención de presentar otra lectura, por lo tanto, para la constitución de una episteme materialista del turismo, se propone establecer una crítica interna a la producción de conocimiento producida por el marxismo hegeliano, a partir de las proposiciones de Louis Althusser sobre la especificidad de la práctica teórica de la dialéctica materialista, señalando la relatividad y los límites de validez de este conocimiento. Así, se analizan tesis producidas en programas de postgrado en turismo referenciadas al Materialismo Histórico y al materialismo dialéctico, estableciendo una lectura epistemológica de estos trabajos a partir de la base teórica althusseriana. A través del análisis fue posible observar en los trabajos una interpretación del turismo desde un Materialismo Histórico y un materialismo dialéctico determinado por elementos que se ajustan al modelo de racionalidad capitalista, sin asumir la necesaria posición de ruptura con referentes iluministas, idealistas, empiristas, llegando a un punto de saturación en cuanto a la crítica del campo en el contexto del modo de producción capitalista. Finalmente, en contrapunto a la producción teórica analizada, se señalan proposiciones para la constitución de una epistemología materialista del turismo referenciada a Louis Althusser: la ruptura epistemológica entre el pensamiento de Karl

Marx y Georg Hegel; el reconocimiento del principio materialista de la diferencia entre lo real y su conocimiento; el reconocimiento de la realidad objetiva determinada que implica al sujeto de la práctica teórica un lugar y una función en la producción de conocimiento; el principio de la sobredeterminación de la contradicción marxista; el concepto de totalidad como unidad de un todo complejo estructurado siempre ya dado con dominante; la incompatibilidad del Materialismo Histórico y del materialismo dialéctico con el modelo de racionalidad del marxismo hegeliano y humanista.

Palabras clave: Turismo. Epistemología. Materialismo Histórico. Materialismo Dialéctico. Louis Althusser.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>UMA PROPOSTA INICIAL DE REFLEXÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1	QUESTIONAMENTOS ORIUNDOS DAS TRAJETÓRIAS PESSOAL E ACADÊMICA .....	17
1.2	APROXIMAÇÕES AO PENSAMENTO SOBRE EPISTEMOLOGIA DO TURISMO .....	26
1.3	LEITURAS MARXISTAS SOBRE A EPISTEMOLOGIA DO TURISMO .....	37
<b>2</b>	<b>GENERALIDADE I – A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO TURISMO PELO VIÉS DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DA DIALÉTICA MARXISTA.....</b>	<b>45</b>
2.1	MARXISMO, MATERIALISMO DIALÉTICO E MATERIALISMO HISTÓRICO: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS .....	45
2.2	REVISÃO SOBRE MATERIALISMO HISTÓRICO E MATERIALISMO DIALÉTICO EM FONTES DE DADOS BRASILEIRAS ESPECIALIZADAS EM TURISMO.....	57
2.3	DELIMITAÇÃO DE UM PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO, DOS OBJETIVOS E DE SEUS DESDOBRAMENTOS .....	76
<b>3</b>	<b>GENERALIDADE II – O TRABALHO DA “TEORIA” DE ALTHUSSER: DEBATE ENTRE O MATERIALISMO HISTÓRICO E A DIALÉTICA MARXISTA NO TURISMO E AS PROPOSIÇÕES ALTHUSSERIANAS SOBRE UMA EPISTEMOLOGIA MARXISTA .....</b>	<b>82</b>
3.1	LOUIS ALTHUSSER: UM LUGAR INCÔMODO .....	82
3.2	RELATIVIDADE E LIMITES DE VALIDADE DA ABORDAGEM SOBRE O MATERIALISMO HISTÓRICO E O MATERIALISMO DIALÉTICO NO TURISMO .....	89
3.2.1	<b>A estrutura da dialética em Hegel e Marx: ruptura ou assimilação? ...</b>	<b>94</b>
3.2.2	<b>O processo de produção de conhecimento e apreensão do objeto ..</b>	<b>107</b>
3.2.3	<b>Contradição.....</b>	<b>120</b>

3.2.4	Totalidade e História .....	130
3.2.5	Humanismo e Historicismo .....	136
4	GENERALIDADE III – O QUE SE PODE SINALIZAR A PARTIR DESTA DEBATE?.....	145
	REFERÊNCIAS.....	156

## 1 UMA PROPOSTA INICIAL DE REFLEXÃO

O percurso reflexivo que apresentarei neste trabalho teve início ainda no curso de minha graduação como Bacharel em Turismo, onde fui despertado para as tantas inquietações que ainda hoje estabelecem o modo como me relaciono com o campo do turismo<sup>1</sup>. Durante minha pesquisa de mestrado, na banca de qualificação, havia-se identificado em fase embrionária uma proposição de tese. Naquele momento, para mim, o turismo se constituía como um Aparelho Ideológico de Estado, conceito cunhado pelo filósofo franco-argelino Louis Althusser. O tempo restante para a finalização da pesquisa não possibilitou sua teorização e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento. De qualquer modo, e desde então, aquela proposição vem passando por constantes processos de amadurecimento reflexivo e de transformações, uma vez que desde a finalização da dissertação de mestrado, em 2017, tenho me aproximado das relações que serão aqui colocadas.

Ao longo do curso de doutorado, aquilo que no início imaginava ser uma proposição bem encaminhada de tese, passou por profundas mudanças. Da caracterização do turismo e seu funcionamento como um aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1999), proposição inicial, transitei por outras proposições possíveis, como a objetivação no trabalho do turismo, a exploração do trabalhador como turista, a relação entre reprodução ideológica e produção de violência no turismo. A dificuldade na delimitação de uma temática, para mim, residia em torno de outra dificuldade, a de uma definição de objeto. Ao mesmo tempo em que possuía uma posição epistemológica e teórica, tinha dificuldade em determinar qual recorte sobre o turismo me possibilitaria apreender as relações que se apresentavam ao meu olhar. Em meio a tantas possibilidades, notei que todas elas eram abarcadas pela questão da ideologia, tanto em sua abordagem teórico-conceitual, quanto em seus desdobramentos em práticas de outra natureza.

No entanto, ao buscar trabalhar o conceito de ideologia nas investigações em turismo a partir de uma epistemologia althusseriana, acabei por esbarrar com um

---

<sup>1</sup> É comum a diferenciação textual entre “turismo” como prática/atividade econômica e “Turismo” como área/campo de conhecimento. Ainda outros sentidos podem ser mobilizados em torno da palavra turismo durante a leitura. Neste trabalho opto por não realizar tal distinção, reconhecendo-a e fazendo uso da ambiguidade e do deslizamento de sentidos entre um e outro modo de escrita como algo propositalmente colocado. Na medida em que se trata aqui da epistemologia do turismo, quero defender não apenas a necessidade de práticas orientadas por teorias e vice-versa, mas também a polissemia do termo turismo como aquilo que o constitui materialmente.



espaço ainda fortemente desocupado no turismo, o da epistemologia marxista. Ainda que não represente uma abordagem dominante, não se tratava da inexistência de trabalhos que recorressem à teoria ou à filosofia marxista para estabelecer relações com o turismo, mas sim da pouca discussão que se fazia a respeito da epistemologia do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético na construção do conhecimento em turismo, e a consequência disso sobre o uso de teorias e métodos caracterizados como marxistas sem maiores definições de suas diferenças, de seus conceitos (o conceito de ideologia inclusive) e de suas possibilidades. Além disso, em minha banca de qualificação de doutorado, essa divisão entre uma análise do conceito de ideologia e uma análise epistemológica do campo pelo viés de uma epistemologia althusseriana se apresentou. Neste processo, o trabalho com a obra de Louis Althusser ganhou corpo e acabou por definir um novo desenho para este trabalho.

De forma sucinta, meu objetivo neste primeiro capítulo é evidenciar as mudanças que ocorreram ao longo desse percurso de minha relação com o turismo e o modo como proponho pensá-lo no decorrer de minha reflexão. Esta reflexão assumirá a forma de um ensaio teórico, em que distintos saberes serão articulados na reflexão e interpretação do objeto pensado, valorizando seus aspectos qualitativos e certa liberdade no que diz respeito à forma. Não busquei o rigor de uma estrutura, ainda que eu tenha elaborado uma, não busquei o rigor de uma metodologia, ainda que haja processos e procedimentos pensados sistematicamente. Esses elementos não possuem um lugar específico, mas estão contidos em cada parte, em algumas mais do que em outras, de modo que algumas decisões podem ser esclarecidas apenas depois de tomadas. O objetivo não é confundir o(a) leitor(a), mas dar vazão à capacidade criativa e exploratória do pesquisador. Apenas sugere-se, ao longo da leitura, certa paciência.

É importante frisar também, já neste início, três pressupostos que assumo e sem os quais a interpretação deste texto restará prejudicada a quem o lê: (i) todos somos, desde sempre, interpelados por ideologia(s) (ALTHUSSER, 1999), não existindo sujeito que se encontre fora da ideologia. A meu ver, negar a ideologia é negar a própria condição das relações humanas e sociais, seu tecido conjuntivo, sobretudo no contexto de uma formação social capitalista, em que a dimensão econômica determina em última instância a dimensão da vida; conseqüentemente, (ii) não há ciência ou processo de produção de conhecimento neutro, isento, afastado da História ou dos processos subjetivos de quem o produz, dos sujeitos envolvidos pelas

pesquisas e/ou da sociedade em geral. Seria sem fundamento, portanto, a proposição de uma pesquisa que não fosse posicionada epistemológica, teórica, política e discursivamente; assim, (iii) não reconheço meu olhar crítico como uma ferramenta de propaganda pessimista ou destrutiva, mas como uma forma ética de relação com o mundo, com as pessoas, com a área de minha formação e com meu objeto de estudo. Por muito tempo me incomodei com o destaque dado pelas pessoas aos meus constantes questionamentos e problematizações sobre os mais diversos assuntos. Com o tempo aprendi que aquele que produz a crítica, o faz porque se importa com seu objeto, e não o contrário.

Reconhecendo, portanto, que toda escuta, leitura, escrita e fala possui um lugar determinado na estrutura da formação social; que o processo do saber é um processo sem fim e, assim, sempre incompleto; na impossibilidade de domínio dos objetos e dos sentidos, quero apresentar neste ensaio uma outra possibilidade de leitura marxista para o campo da epistemologia do turismo e, com isso, contribuir para que outras leituras sejam produzidas a partir desta.

Por fim, é importante destacar que, a partir do ano de 2020, tanto o campo empírico quanto o teórico sofreram bruscas transformações, sobretudo no campo do turismo, impactados por uma crise sanitária global. Trata-se de um trabalho atravessado pelo advento de uma pandemia mundial, o que impactou sobre diversos aspectos não apenas a vida de todos ao redor do mundo e a minha própria saúde mental, mas afetou especificamente algumas decisões que foram tomadas e outras que deixaram de ser tomadas ao longo do processo de sua realização. Ao mesmo tempo em que a pandemia havia sequestrado o debate mundial, meu olhar e meu objetivo estavam voltados para a produção de conhecimento no turismo dentro de um viés específico. Considerando o cenário adverso que se apresentou a mim durante este percurso, tentei neste trabalho, de algum modo, ignorá-lo textualmente, pois sua interferência traria complicações de outras naturezas.

## 1.1 QUESTIONAMENTOS ORIUNDOS DAS TRAJETÓRIAS PESSOAL E ACADÊMICA

Desde o primeiro ano do curso de graduação, quando já tomava posição junto ao movimento social de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), iniciei minhas problematizações acerca do modo como os saberes produzidos em

torno desse grupo social, especificamente na relação com o turismo, me causavam estranhamento. Nessa fase incipiente, dei início às reflexões sobre a tipologia “Turismo LGBT”, sem entender teoricamente as múltiplas interfaces envolvidas, mas incomodado com o fato de tal proposta de segmentação de mercado possuir uma formatação sustentada por estereótipos que eram, desde o meu ponto de vista, superficiais, por vezes pejorativos, fantasiosos e distanciados da realidade, sobretudo aquela que me atravessava.

A produção teórica sobre a segmentação LGBT no turismo sequer reconhecia as amplas possibilidades de existências características dessa população. Ainda que diferentes nomenclaturas tenham sido empregadas ao longo do tempo, a segmentação não segmentava apenas a população LGBT, mas quais LGBT eram autorizados a serem turistas e o que eles estavam autorizados a fazer. As definições apresentadas sobre a população LGBT preocupavam-se em definir esses sujeitos a partir de um perfil socioeconômico, no qual um maior nível de escolarização e a disponibilidade de renda, em decorrência de uma suposta inexistência de constituição de um núcleo familiar, seriam os fatores determinantes para um maior gasto financeiro em atividades culturais e de lazer. Tal abordagem, interpretada a partir de meu olhar, invisibilizavam não apenas as letras suprimidas da referida sigla, mas também as condições sobre as quais existem esses sujeitos no Brasil e no mundo. Segundo dados levantados por movimentos sociais LGBT e organismos de proteção e promoção de direitos humanos, o Brasil lidera o *ranking* mundial de assassinatos dessa população, ao menos desde o ano de 2013 (OLIVEIRA; MOTT, 2020).

Em decorrência dessas reflexões, muitas inquietações surgiram como, por exemplo, o que fazem esses sujeitos quando viajam? Essas atividades diferenciam-se das praticadas pelos demais turistas? Quais os sentidos que esses sujeitos atribuem às viagens quando da relação com a vivência de suas sexualidades? Foi, então, quando decidi me embrenhar no mundo da pesquisa. Como pistas iniciais, tomei minha própria vivência da sexualidade como sinalizadora de práticas que poderiam trazer elucidação sobre o tema. Através de relatos de viajantes LGBT, pude depreender de seus depoimentos que as viagens, para além dos sentidos produzidos pela oferta turística, tinham como função o afastamento temporário das coerções cotidianas a que esses sujeitos são submetidos e também, de alguma forma, serviam como catalisadoras do processo conhecido como “sair do armário”, do inglês *coming*

out, que é quando essa população se posiciona socialmente sobre sua sexualidade e/ou identidade de gênero (MOREIRA; HALLAL, 2016).

Perguntei-me, pois, como um graduando em turismo pudera inferir tais relações ao mesmo tempo em que o restante da academia e do mercado turístico ainda tratavam o segmento de modo tão superficial? Certamente haviam outros pesquisadores com maior experiência e elaboração intelectual que poderiam desenvolver trabalhos mais acolhedores sobre as questões implicadas pela vulnerabilidade dessa população. Essa constatação, colocou a mim, também, as questões: a que(m) serve o turismo? Por que alguns sujeitos alcançam o reconhecimento e sua condição de existência apenas através do consumo, ou seja, por que alguns sujeitos só são reconhecidos e podem existir enquanto consumidores? Se há a definição de segmentos e de produtos direcionados para um determinado grupo de consumidores, significa dizer que há produtos que não podem ser consumidos por eles? Por que, no turismo, a abordagem economicista tem predominância sobre questões de distintas naturezas, sobretudo as de ordem social? Qual a contribuição do campo acadêmico do turismo para a manutenção de práticas exploratórias e estigmatizantes?

Ao mesmo tempo, também no curso da graduação, me interessei pelo campo do planejamento e do desenvolvimento turístico de base comunitária, haja vista o destaque que davam à importância das comunidades locais nos processos de produção da atividade turística de forma sustentável. Maravilhava-me a possibilidade de promoção de bem-estar social e inclusão através do desenvolvimento de um trabalho ético na e pela área em que eu me graduaria. Tratava-se de uma possibilidade de formatação de um mercado para a população LGBT a partir de elementos de oferta e não por uma estigmatização estereotipada da demanda. Particpei, em 2011, ainda como aluno de graduação e estagiário do *Pelotas Convention & Visitors Bureau*, das etapas regional e estadual da 1ª Conferência de Turismo, ferramenta de participação popular promovida pelo governo federal da época para levantamento e discussão das demandas por políticas públicas de turismo oriundas dos agentes das iniciativas pública e privada, sociedade civil organizada e população em geral. Desse ponto de vista, as estatísticas e os preceitos éticos do turismo eram invejáveis diante de qualquer outro setor, devido a diversidade de atividades afins envolvidas e as múltiplas possibilidades e ramos de atuação para pessoas com as mais diversas formações e posições sociais, sem falar nas

possibilidades de proteção e promoção ambiental e cultural de áreas e populações em risco.

Considerado uma das principais atividades econômicas do mundo, o turismo é responsável, segundo estatísticas oficiais, pela geração de um em cada dez empregos no mundo, representando cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) Mundial (cerca de 1,7 trilhões de dólares), 7% das exportações mundiais e 29% das exportações mundiais de serviços (UNTWO; UN, 2017). O Turismo também é visto como uma atividade viabilizadora da preservação cultural, proteção ambiental, promoção da paz e segurança, geração de empregos com benefícios não apenas econômicos, mas também sociais nos locais onde se desenvolve (UNTWO; UN, 2017).

O Código Mundial de Ética do Turismo destaca, entre outros, os seguintes preceitos:

Art. 1 – [...] The understanding and promotion of the ethical values common to humanity, with an **attitude of tolerance and respect for the diversity** of religious, philosophical and moral beliefs [...];

Art. 2 – [...] they **should promote human rights** and, more particularly, the individual rights of the most vulnerable groups [...] **The exploitation of human beings** in any form, particularly sexual, [...] **conflicts with the fundamental aims of tourism and is the negation of tourism**;

Art. 5 – [...] **local populations** should be associated with tourism activities and **share equitably in the economic, social and cultural benefits** they generate [...] Tourism policies should be applied in such a way as **to help to raise the standard of living of the populations** of the regions visited **and meet their needs**. (UNTWO; UNITED NATIONS, 1999, p. 5-8, destaques meus)<sup>2</sup>

Ora, como não me incomodar com o fato de que em sua prática, o turismo, desde os recortes que eu produzia sobre ele, não se efetivava de tal forma? O que referi em relação à população LGBT, já seria suficiente para questionar tal eficiência. Mas pode-se ir além. No Brasil, declarações como “o Brasil não pode ser o paraíso do turismo gay, temos famílias” e “fique à vontade” quem quiser vir ao país “fazer sexo

<sup>2</sup> “Art. 1 – [...] A compreensão e a promoção dos valores éticos comuns da humanidade, com uma atitude de tolerância e respeito à diversidade de crenças religiosas, filosóficas e morais [...];

Art. 2 – [...] deverão ser promovidos os direitos humanos e, em particular, os direitos específicos dos grupos de populações mais vulneráveis [...]; A exploração de seres humanos, em qualquer de suas formas, principalmente a sexual [...], fere os objetivos fundamentais do turismo e estabelece uma negação de sua essência;

Art. 5 – [...] As populações e comunidades locais deverão ser associadas às atividades turísticas e compartilhar equitativamente os benefícios econômicos, sociais e culturais gerados [...]; As políticas turísticas deverão ser aplicadas de modo a contribuir com o aumento do nível de vida da população das regiões visitadas e atender às suas necessidades”. (UNTWO, 1999, p. 5-8, tradução minha)

com uma mulher” (MARIZ, 2019, n. p.), proferidas por Jair M. Bolsonaro, presidente da república entre os anos de 2019 e 2022, podem ser consideradas indecorosas até mesmo por não especialistas. A alteração da Marca Brasil<sup>3</sup> para outra em que o termo Brasil aparece escrito em língua inglesa, “*Brazil*”, e com o *slogan* “*visit and love us*” (AGÊNCIA BRASIL, 2019, n. p.), sugerindo um apelo ao turismo sexual, indicou aos especialistas sua reelaboração sem quaisquer critérios dotados de conhecimento científico. Mais recentemente, o ato falho em forma de publicação realizada na rede social Instagram do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), compartilhando a mensagem de uma turista que não recomendava visitar o Brasil em razão da violência local (BOECKEL; GALLO, 2020), causaram espanto em usuários da rede social.

Ao longo das últimas décadas, tornou-se comum ao dia a dia daqueles que se dedicam ao estudo do turismo, o conflito existente entre seu tratamento como atividade promotora de desenvolvimento sustentável (BENI, 2008; 2012; UNITED NATIONS, 2015; UNTWO; UNITED NATIONS, 1999; 2017) e a problematização das práticas turísticas que evidenciam a sobreposição dessa ética (MARTONI, 2019; OURIQUES, 2015; SANTOS FILHO, 2005). Ainda nessa seara, existem os estudos no turismo que se dedicam à evidenciação dos seus impactos, interferências e/ou efeitos negativos, bem como aos modos de minimizá-los. Esses estudos direcionam-se à análise dos impactos ambientais, socioculturais e econômicos, entre outros, mantendo como pano de fundo a temática do desenvolvimento sustentável no/pelo turismo. Não é meu objetivo realizar um levantamento sobre esses trabalhos, apenas expor o consenso acadêmico no campo do turismo de que a busca pela ética e pelo desenvolvimento sustentável deve considerar suas mais distintas dimensões e a minimização de seus efeitos negativos, uma vez que não é possível a existência de turismo sem a produção de interferências no meio em que ocorre (ARAÚJO, 2003; HULTSMAN, 1995; KRIPPENDORF, 1977; 1982; 2009). Basta uma rápida pesquisa do termo “impacto” no banco de dados “Publicações de Turismo”, mantido pelo Programa de Pós-graduação em Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para constatar a existência de 1537 trabalhos indexados pelo termo até o dia 03 de março de 2023 (PUBLICAÇÕES... 2023).

---

<sup>3</sup> Marca desenvolvida para promoção turística do Brasil no exterior.

Apesar dos esforços acadêmicos, não são raros os casos de conflitos socioculturais gerados por disputas econômicas, agravadas por questões ambientais, que têm ocorrido em razão do modo de realização massificado e irresponsável do turismo ao redor do mundo, *modus operandi* característico do capitalismo, que sobrepõe o lucro sobre suas outras dimensões. Basta, novamente, a realização de uma rápida pesquisa por notícias na plataforma Google para constatar casos de especulação imobiliária e gentrificação (HUNT, 2018), postos de trabalho precários (RIÑANO, 2019), sobrecarga de ambientes naturais com alto risco de acidentes e ocorrência de mortes (MUEREN... 2019), protestos contra turistas (CASTRO, 2019), disputas por modelos de ocupação do território entre empresários e população local (FELLET, 2019), entre tantos outros conflitos que temos acompanhado ao longo dos últimos anos, de maior visibilização no continente europeu, conhecidos através de jargões como Turismofobia, *Overtourism*, etc. Esses casos podem ser considerados como pequenos indícios, falhas, contradições de um campo que se dispõe ao desenvolvimento sustentável, mas que, ao mesmo tempo, acaba legitimando outras práticas, outros modos de manutenção da ideologia dominante.

Vemos, portanto, de um lado, um campo especializado em diagnósticos, prognósticos, planejamento, gestão e avaliação de múltiplas dimensões e aspectos que envolvem o turismo, prospectando seu grande potencial para geração de empregos, distribuição de renda, bem-estar social, para diversificação econômica via modelos mais solidários e cooperativos, para promoção da diversidade cultural e do respeito entre populações, para ampliação do conhecimento sobre a natureza e proteção ambiental, etc. Por outro lado, uma atividade que explora a existência de pessoas, de ambientes, de recursos, de culturas, entre tantos outros, das mais variadas formas, burlando regras de proteção ambiental para extrair vantagens em países com leis menos rigorosas, implementando processos de desenvolvimento excludentes e empobrecedores da população local, excitando especulação imobiliária e processos de gentrificação, precarizando trabalhadores com baixos salários e altas jornadas de trabalho, descaracterizando manifestações culturais materiais e imateriais, espetacularizando a vida cotidiana, etc. A partir dessas constatações, outras questões tornaram-se latentes: como elaborar melhor essas contradições e qual o papel possuem as teorias acadêmicas do turismo sobre tais inconsistências? Seria também a comunidade acadêmica do turismo colaboradora dessas dissonâncias?

Ao chegar no curso do mestrado, a inquietação oriunda do conflito entre teoria e prática ganhou contornos ainda maiores, devido ao meu encontro com o dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso e com os filósofos Michel Pêcheux e Louis Althusser. O dispositivo me permitiu progredir para além das carências metodológicas do processo de graduação, através de uma maior teorização e conceituação daquilo que me inquietava. No entanto, a Análise do Discurso não tornou esse processo mais fácil, ao contrário. A tríade teórica mobilizada por ela – a Linguística de Ferdinand de Saussure, o Materialismo Histórico de Louis Althusser e a Psicanálise de Jacques Lacan –, somada à articulação de seus respectivos conceitos basilares – língua, ideologia e sujeito do inconsciente –, bem como às reflexões epistemológicas colocadas por Althusser (1979; 1980; 2015) e por Michel Pêcheux (HERBERT, 1995; 2015; PÊCHEUX, 2014a; 2014b), impuseram ao meu trabalho e a minha relação com o turismo um número ainda maior de questões e com maior grau de complexidade.

Buscando me aproximar um pouco mais, ao longo da pesquisa de mestrado expus e problematizei o modo como os sujeitos LGBT são interpelados ideologicamente como turistas LGBT, através da análise discursiva de uma campanha publicitária promovida pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e direcionada ao grupo de pessoas LGBT no ano de 2014. Nesse percurso, foi possível expor que o discurso produzido pelo turismo atribui ao sujeito a motivação para viajar, um comportamento e um perfil de consumo e, ao mesmo tempo, nega a esse sujeito a possibilidade de inscrição do seu desejo<sup>4</sup>, transformado em fetiche, e alienando-o de suas condições reais de existência (MOREIRA, 2017).

Isso pôde ser pensado por que o turismo antecipa e projeta a motivação, o comportamento e o perfil (segmentação por demanda), para poder dizer onde o sujeito poderá desejar e gozar, atribuindo, inclusive, o sentido do deslocamento antes que aconteça, dissimulando a própria condição do sujeito e também a circunstância dos locais que serão visitados por ele (MOREIRA, 2017). Foi possível expor, por exemplo, através do conceito de formações imaginárias proposto por Pêcheux (2014a), que o lugar de enunciação do discurso turístico mobiliza os sentidos a partir dos quais a oferta turística sempre irá antecipar e projetar a imagem do sujeito a que se dirige o enunciado. Que essa antecipação é a fetichização do desejo inconsciente desse

---

<sup>4</sup> Desejo, para a Psicanálise, não é sinônimo de uma necessidade, de desejo afetivo e/ou de atração sexual, mas conceito trabalhado por Freud (1996a; 1996b) na proposição do campo psicanalítico e aprofundado por Lacan (1998; 1999; 2016).



sujeito interpelado em consumidor/turista (MOREIRA, 2017). Fetiche que roteiriza, segmenta, oferta, motiva, etc.

A pesquisa de mestrado implicou, naquele momento, outros questionamentos que se somaram aos anteriores: em que medida o turismo atua e/ou funciona na produção e/ou reprodução das condições de produção do modo de produção capitalista? Em que medida o deslocamento funciona na transformação das condições de produção do modo de produção capitalista, uma vez que separado de sua existência, o sujeito também se desloca como forma de resistência diante da censura de seu desejo? Quais as condições de produção do deslocamento turístico no interior do modo de produção capitalista? É possível considerar o turismo como um campo de reprodução da ideologia dominante, ou seja, como um aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1999)?

Além das inferências e questões produzidas, ficava claro para mim que seria necessário avançar sobre uma perspectiva epistemológica que fosse coerente com as problematizações oriundas de meu percurso. Nesse sentido, o marxismo despontava para mim como a única via em que eu poderia me aproximar das relações com as quais estava me defrontando, sobretudo porque desde o mestrado o contato com Althusser e Pêcheux havia me afetado de modo incontornável. Por este motivo, tomei conhecimento da obra de autores do turismo que não apenas serviram de referência a mim neste contexto, mas cujos estudos também denunciavam os efeitos não tão positivos de sua realização.

Apesar de distintas perspectivas críticas, Santos Filho (2005), Moesch (2000) e Ouriques (2015) podem ser vinculados à crítica ao modo como o turismo é produzido e partem seus estudos da relação deste com o modo de produção capitalista. Consideram que, se nada pode obstruir a produção e acumulação de capital, também o saber e o fazer que envolve o tempo de não-trabalho, ou seja, o tempo de lazer e de turismo, deve servir aos propósitos do modo de produção dominante. Com esses estudos, aprendi que não apenas o tempo de trabalho é tomado pelo modo de produção como mercadoria, mas igualmente o tempo de não-trabalho. Aprendi, ainda, que os saberes a respeito desse processo também estão implicados pelas condições de produção do modo de produção dominante.

Essas obras, portanto, realizaram aproximações teóricas fundamentais para minha interpretação sobre o turismo, expondo de forma crítica distintas variáveis e conceitos marxistas imbricados em seu funcionamento no interior do modo de

produção capitalista. Mas, sobretudo, me permitiram observar que os processos de produção de conhecimento no turismo podem ser compreendidos, igualmente, como práticas implicadas por ideologia, visto que diante dos interesses econômicos subjacentes à atividade e ao sistema, negam sua materialidade histórica em resposta à comanda social. Predominantemente, não se tem como objetivo a produção de um instrumento epistemológico e teórico norteador de transformação de suas práticas, tampouco visam qualquer ruptura paradigmática em relação aos saberes que o dominam, ou seja, de fundação de um novo campo científico. É o que Marcelino Castillo Nechar (2014)<sup>5</sup> chamou de “turismo placebo”, citando a expressão cunhada por Macià Blázquez e Ernest Cañada (2011), na apresentação do livro de mesmo nome, ao dizerem que:

Muchos científicos del turismo adoptan enfoques acrílicos y legitimadores para con esta industria. Pero tras él se esconden deterioros sociales, ambientales y económicos que deben ser analizados y discutidos públicamente. Lejos de producir los efectos prometidos en términos de desarrollo y bienestar social, su expansión bajo la lógica del capital supone una nueva fuente de conflictos y contradicciones para las sociedades en las que arraiga. **El turismo no es una panacea, sino que actúa como un placebo.**<sup>6</sup> (p. 7, destaque meu)

Refletindo um pouco mais a esse respeito, foi possível notar que as produções no campo de estudos do turismo não haviam alcançado uma definição de seu campo teórico a partir de pressupostos epistemológicos próprios, apesar das múltiplas tentativas, teorias, métodos, etc., que foram utilizados ao longo do tempo. Em minha interpretação, não ultrapassaram a descrição e repetição de noções já sabidas sob “enfoques acrílicos y legitimadores [...] bajo la lógica del capital” (BLÁZQUEZ; CAÑADA, 2011, p. 7). Por outro lado, também os estudos críticos não conseguiram avançar em proposições teórico-conceituais mais estruturantes, quer seja pelo conservadorismo do restante dos pares, ou pela dificuldade de posicionamento num campo que sincretiza epistemes e métodos.

---

<sup>5</sup> Conferência proferida no 11º Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo (ANPTUR), realizada na cidade de Fortaleza/CE no ano de 2014, sob o título de “A importância de uma postura crítica sobre o problema do conhecimento em turismo”.

<sup>6</sup> “Muitos cientistas do turismo adotam abordagens acrílicas e legitimadoras desse setor. Mas por trás disso, estão ocultas deteriorações sociais, ambientais e econômicas que devem ser analisadas e discutidas publicamente. Longe de produzir os efeitos prometidos em termos de desenvolvimento e bem-estar social, sua expansão sob a lógica do capital representa uma nova fonte de conflito e contradição para as sociedades em que se enraíza. O turismo não é uma panaceia, mas atua como um placebo” (BLÁZQUEZ; CAÑADA, 2011, p. 7, tradução minha).

Conseqüentemente, considerando os estudos críticos dos quais tomei conhecimento, refleti sobre a necessidade de investigar a ruptura, ou não, do turismo com seus paradigmas fundadores, ou seja, com a base epistemológica que serviu como sustentação para a consolidação do capitalismo. Isso porque mesmo os trabalhos críticos, apesar de oferecerem expressivas contribuições para a delimitação dessas não rupturas – e conseqüentemente das limitações do paradigma dominante –, não se desafiaram a fazê-lo epistemologicamente no interior do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético. O trabalho mais consistente, nesse sentido, com o qual tive contato posteriormente, é o de Rodrigo Meira Martoni (2019).

Dado tudo o que expus até aqui, não teria como progredir em minha proposição de um problema possível, sem me aproximar dos debates acerca do pensamento sobre epistemologia no/do turismo e o que isso implica para pensar as questões que venho apresentando no texto. Portanto, na próxima seção apresento minha aproximação ao pensamento epistemológico no/do campo de estudos do turismo por meio de alguns de seus estudiosos, buscando evidenciar possibilidades de sua caracterização e dificuldades existentes de constituição, bem como apontar desdobramentos necessários e as conseqüências disso para a minha tomada de posição no turismo.

## 1.2 APROXIMAÇÕES AO PENSAMENTO SOBRE EPISTEMOLOGIA DO TURISMO

Por todas as considerações iniciais que estabeleci a respeito de minha trajetória acadêmica, ficou claro para mim a necessidade de investigar o modo como a produção do conhecimento no turismo afeta as questões expostas. Por isso, apresento uma aproximação a algumas produções sobre a epistemologia do turismo que me interessam destacar. Algumas, pois o tema da epistemologia do turismo é controverso e seria contraproducente tentar abarcá-lo, visto que alguns dos autores que serão aqui mencionados já o fizeram em suas teses de doutoramento (MOESCH, 2004; PANOSSO NETTO, 2005), trabalhos que circulam nos espaços acadêmicos do turismo brasileiro e abordam em detalhe cada uma das correntes epistemológicas que constituem o campo e suas formas de leitura. Os autores que se dedicam a esse tipo de estudo discutem a problemática da epistemologia do turismo sob distintos contextos, mas o principal deles é o da existência de múltiplas perspectivas

epistemológicas na produção de conhecimento no campo, o que dificultaria e limitaria a elaboração de uma episteme própria.

Para introduzir o tema, parto das reflexões sobre epistemologia produzidas durante a disciplina “Epistemologia do Turismo e da Hospitalidade”, cursada no doutorado, e na medida em que isso ocorre busco aproximá-las de outras leituras que fiz. Minha intenção com esta seção é refletir não só sobre as dificuldades epistemológicas enfrentadas pelo turismo, mas sobretudo a consequência disso para a produção de método(s), teoria(s), conceito(s) próprio(s) ou que conformem a demanda por uma prática teórica científica que abarque a complexidade do fenômeno<sup>7</sup>.

Na apresentação do livro organizado por Marcelino Castillo Nechar e Alexandre Panosso Netto, intitulado “Epistemología del Turismo: estudios críticos”, é possível identificar elementos iniciais de contribuição ao debate. Primeiro, a ratificação de que a produção de conhecimento científico em geral se dá a partir de numerosas abordagens teóricas e metodológicas. No turismo, por se tratar de campo constituído no interior das Ciências Sociais e formado a partir de múltiplas disciplinas, ocorre o mesmo. Paradoxalmente, em razão dessa característica, atalhos têm sido tomados no que se refere a produção de método(s), teoria(s) e procedimentos metodológicos próprios. Esses atalhos, por sua vez, representam a renúncia do saber epistemologicamente sobre o que se está elaborando, impondo ao turismo um **sincretismo epistemológico** que, ao invés de expandir seus horizontes e abarcar sua complexidade, torna-se limitador. Eles sugerem que nos modelos predominantes no turismo, os estudiosos querem colher antes de semear (NECHAR; PANOSSO NETTO, 2011a). Parafraseando os próprios autores, é preciso semear antes para que se possa colher depois.

Com esse horizonte, no qual o conhecimento produzido em turismo e seu processo de produção precisam ser problematizados, é que os autores propõem ser necessário “[...] *la producción crítica de eso que llamamos conocimiento turístico*”<sup>8</sup> (NECHAR; PANOSSO NETTO, 2011a, p. 6). Mas, quando falam de produção crítica,

---

<sup>7</sup> Ao denominar o turismo de fenômeno, minha intenção é tão e simplesmente designá-lo como um acontecimento, um fato sujeito a nossa percepção e constatação. Portanto, ao encontrar esta nomenclatura ao longo do texto, não se deve realizar alusão às discussões filosóficas que envolvem a definição de fenômeno, a distinção entre ser e parecer, aparência e essência, à noção de fenômeno no kantismo ou à Fenomenologia de Husserl, entre outras.

<sup>8</sup> “A produção crítica disso que chamamos de conhecimento turístico” (NECHAR; PANOSSO NETTO, 2011a, p. 6, tradução minha).

o que querem dizer? Segundo eles, crítica é o reconhecimento e uma tomada de posição com declarado interesse no “[...] *establecimiento de una sociedad en la que los sujetos puedan constituirse en forma consciente y determinen activamente sus propias formas de vida*”<sup>9</sup> (NECHAR; PANOSSO NETTO, 2011a, p. 6), ou seja, uma sociedade em que as relações entre os sujeitos conscientes sejam estabelecidas com justiça e determinadas em última instância pela própria ação ativa desses sujeitos (NECHAR; PANOSSO NETTO, 2011a). Como se verá mais a frente, na seção 2.1, essa posição crítica possui um lugar determinado no campo do saber e, portanto, é produzida desde uma perspectiva que prioriza o papel do homem e de sua consciência no processo de transformação social.

Note-se que, apesar da importância de seus objetivos, os autores não estão livres da dificuldade em reconhecer as fronteiras entre aquilo que dizem e aquilo que propõem, uma vez que tomam a noção de indivíduo centrado na razão e do sujeito da forma jurídica como noções primárias da crítica e, portanto, concebem um sujeito consciente de seus atos (racionalista) e responsável pela produção de sua existência (idealista). Althusser (1999), por exemplo, demonstrou amplamente o quanto essa noção de sujeito é utilizada pelo aparelho repressor do Estado como modo de controle dos sujeitos submissos à estrutura de interpelação ideológica. Ou seja, tal concepção refere-se à noção de indivíduo consolidada pelo direito burguês, própria ao modelo de ciência positivista que legitima as práticas ideológicas as quais os autores se referem de modo crítico ao longo de seu texto. Não distante de Nechar e Panosso Netto (2011a), essa concepção de sujeito como indivíduo livre e consciente é tomada de forma hegemônica no turismo e usada como a base de sustentação em distintas perspectivas teóricas, com implicações, inclusive, sobre a forma como abordagens críticas são acolhidas no meio acadêmico.

Martoni (2019) tece apontamento à concepção de teoria crítica de Nechar e Panosso Netto (2011b), pois estes autores caracterizam a teoria crítica como uma matriz epistêmica que, na visão do autor, inexistente, uma vez que “a crítica carece de procedimento epistemológico, seja ele qual for” (MARTONI, 2019, p. 347). O que Martoni (2019) supõe é que não é possível que a teoria crítica se configure como uma matriz epistêmica em si, visto que para isso deveria orientar um método próprio e isso,

---

<sup>9</sup> “[...] *establecimiento de una sociedad en la que los individuos puedan se constituir de forma consciente e determinen activamente sus propias formas de vida*” (NECHAR; PANOSSO NETTO, 2011a, p. 6, tradução minha).

sabemos, não existe, ao menos enquanto consenso científico acerca de um único método crítico. Embora seja pautada a partir de uma abordagem interdisciplinar, a grande matriz fundadora do pensamento crítico contemporâneo é a teoria e a filosofia proposta por Karl Marx, cuja produção teórica, no entanto, é interpretada de modos diversos, o que implica em produções com interpretações sob métodos diversos, por vezes até antagônicos, como se poderá observar da seção 2.1 em diante.

Mesmo reconhecendo que as múltiplas abordagens a partir das quais o conhecimento científico em turismo é produzido representam um empecilho para o seu avanço, os autores as defendem como indispensáveis. Nechar e Panosso Netto (2011b) dizem que tais abordagens no conhecimento produzido pelo turismo se opõem ou se complementam, não devendo ser descartadas, mas problematizadas. É possível concordar com eles nesse sentido, uma vez que não se produz conhecimento sem o reconhecimento daquilo que lhe antecede. Entretanto, e por isso, também é possível indicar uma outra dificuldade, de ordem ontológica, apresentada pelos autores.

Eles apresentam cinco abordagens epistemológicas principais nos estudos em turismo com base na filosofia clássica (ceticismo, empirismo, racionalismo, idealismo e realismo), e expõem os limites de cada uma. Após, propõem a epistemologia crítica como uma forma de abordagem problematizadora das demais, caracterizadas por eles como limitadas (NECHAR; PANOSSO NETTO, 2011b). Pergunto: caso a considerássemos como orientação epistemológica, qual seria o objetivo da crítica, ou seja, do apontamento das contradições do objeto, se não a superação desses limites teóricos e metodológicos impostos pelas abordagens clássicas em questão e a conseqüente transformação dos paradigmas que as impõem como dominantes e limitadoras da fundação de uma episteme do turismo?

Martoni (2019) é mais incisivo ao comentar a colocação de Nechar e Panosso Netto (2011b), caracterizando a proposição dos autores como idealista ao dizer que:

[...] é possível apontar uma perspectiva crítica **positivista** que se atém a questões da realidade imediata firmando-se em descrições, comparações e prescrições, além daquelas advindas das averiguações norteadas pela **fenomenologia** e pelo **estrutural-funcionalismo**. [...] não há uma crítica **por si** a balizar os estudos no turismo conforme defendem Panosso Netto e Castillo Nechar, mas sim possibilidades e limites críticos em cada epistemologia e procedimento epistemológico. [...] a chamada “teoria crítica” proposta pelos autores citados caminha no plano da episteme idealista ao refutar as relações subjacentes ao campo empírico. (MARTONI, 2019, p. 347, destaques do autor)

Apesar das questões que coloco, em acordo com Martoni (2019), sobre a base epistemológica de Nechar e Panosso Netto (2011a; 2011b), corroboro com algumas interpretações realizadas por eles no que se refere às abordagens dominantes no turismo. Estas representam, em si mesmas, um modelo de ciência detentora do domínio sobre o ato de conhecer, sobre o objeto, sobre a razão, sobre a verdade, sobre o mundo sensível, sobre o sujeito, sobre a consciência, etc., modelo que sustenta o paradigma científico há pelo menos três séculos, embora comece a ser discutido pelo debate científico contemporâneo. A despeito, reconhece-se a relevante contribuição que os múltiplos modelos filosóficos deram ao processo de elaboração do conhecimento ao longo da história, porém, hoje, a ciência distancia-se de verdades absolutas, concebe verdades relativas e reconhece não apenas que o conhecimento produzido é sempre mutável, como também o lugar e a função dos sujeitos no processo de produção desses conhecimentos.

Logo, vivemos num momento em que o paradigma científico se caracteriza pela coexistência de múltiplos paradigmas, uma vez que não assume verdades absolutas e universais, mas também, e sobretudo, pela negação de modelos que desconsideram os processos históricos e subjetivos de sua produção. E é contra esse modelo de ciência clássica que atualmente temos empreendido embates acadêmicos. Com isso, talvez, na conformação de uma episteme própria para o turismo possam coexistir mais de um modo de leitura, mais de um procedimento epistemológico, na medida em que é um campo multifacetado. Não se trata de embate contra métodos e teorias, mas contra a utilização de métodos e teorias à revelia da epistemologia que os conforma, tanto em seu processo histórico de produção, quanto no processo atual da ciência contemporânea.

No sólo estamos ante una crisis de los fundamentos del conocimiento científico, sino también del filosófico y, en general, ante una crisis de los **fundamentos** del pensamiento. [...] El cuestionamiento está dirigido, en especial, hacia el “logos científico tradicional”, es decir, hacia los criterios que rigen la “cientificidad” de un proceso lógico de construcción y los soportes de su racionalidad, que marcan los límites inclusivos y exclusivos del saber científico. [...] su raíz llega hasta las estructuras **lógicas** de nuestra mente, hasta los procesos que sigue nuestra **razón** en el modo de conceptualizar y dar sentido a las realidades; por ello, este problema **desafía** nuestro modo de entender, **reta** nuestra lógica, reclama un **alerta**, pide mayor **sensibilidad** intelectual, exige una actitud **crítica** constante y todo ello bajo la **amenaza** de dejar sin rumbo y sin sentido nuestros conocimientos considerados como los

más seguros por ser “científicos”. (NECHAR; PANOSSO NETTO, 2011b, p. 26, destaques dos autores)<sup>10</sup>

Assim, considero que Nechar e Panosso Netto (2011b) estão corretos em relação ao modelo de ciência que defendem e ao objetivo da proposição crítica que empreendem, mas tropeçam quanto à orientação epistemológica de sua proposição, numa perspectiva crítica idealista como diz Martoni (2019). Não basta o reconhecimento da crise do paradigma cartesiano no conhecimento científico e dos desafios impostos à racionalidade deste modelo, desafiada diante de sua lógica matematizada. Uma vez que a coexistência de múltiplos paradigmas e verdades mutáveis é reconhecida, impõe-se a nós a necessidade de reconhecer também a falência do sujeito cartesiano, racional, da consciência, que é o sujeito do idealismo, visto que não há como afirmar o domínio sobre o ato de conhecimento e tampouco o domínio do pensamento sobre o real.

Nessa direção, concordo com Martoni (2018), quando fala que no embate entre o tratamento da forma como totalidade e o da busca por uma essência que não seja descolada do social, ocorre no interior da ciência a promoção de abordagens utilitaristas em detrimento da necessária contextualização em termos de produção e reprodução na formação social. Ao longo do percurso "de epistemes (e ideologias) conflitivas, nos deparamos com aqueles que, baseados em um idealismo que se pretende combativo, acabam promulgando a emancipação da ‘cultura’ frente às relações sociais de produção" (MARTONI, 2018, p. 5). Esse é o mote de minha proposição sobre o problema enfrentado por Nechar e Panosso Netto (2011a; 2011b) ser ontológico. A questão – e o paradoxo – não está no objetivo da proposição feita pelos autores, mas naquilo que a posiciona epistemologicamente em sua definição de crítica e de sujeito. No entanto, pelo mesmo motivo, é possível apontar certa dualidade no que se refere à racionalidade empreendida por Martoni (2018) em razão da posição

---

<sup>10</sup> “Não estamos apenas diante de uma crise dos fundamentos do conhecimento científico, mas também do filosófico e, em geral, diante de uma crise dos **fundamentos** do pensamento. [...] O questionamento é direcionado, principalmente, ao ‘logos científico tradicional’, ou seja, aos critérios que regem a ‘cientificidade’ de um processo lógico de construção e aos suportes de sua racionalidade, que marcam os limites inclusivos e exclusivos do saber científico. [...] Sua raiz chega até as estruturas **lógicas** de nossa mente, até os processos que nossa **razão** segue no modo de conceitualizar e dar sentido às realidades; por esse motivo, esse problema **desafia** nosso modo de entender, **provoca** nossa lógica, reivindica um **alerta**, pede maior **sensibilidade** intelectual, exige uma atitude **crítica** constante, e, tudo isso, sob a **ameaça** de deixar sem rumo e sem sentido nossos conhecimentos considerados os mais seguros por serem ‘científicos’” (NECHAR; PANOSSO NETTO, 2011b, p. 26, destaques dos autores, tradução minha).



epistemológica que adota no interior do marxismo, o que ficará mais claro na seção 2.1.

Para além disso, também é preciso considerar fato conhecido por todos aqueles dedicados ao estudo do turismo. As áreas predominantes o elaboram desde suas próprias bases epistemológicas, teóricas e metodológicas. Isso não vem sem complicações para a produção de conhecimento no campo. Moesch (2000) problematiza a posição economicista no turismo como “um reducionismo em seu tratamento epistemológico” (p. 12), uma vez que as iniciativas sobre a produção de seu saber vêm majoritariamente do setor privado/empresarial. Isso leva a autora a sugerir que “o saber turístico é um fazer-saber, não existindo saber além daquele que resulta de um fazer-saber” (MOESCH, 2000, p. 13). É esse reducionismo do objeto turístico, como aponta Moesch (2000), que caracteriza o determinismo das áreas que o estudam, uma vez que analisam o turismo a partir de suas bases epistemológicas de origem, sem preocuparem-se com a fragmentação, desarticulação e insuficiência metodológica, bem como com a consequente limitação que promovem para a constituição de uma episteme própria.

Nechar e Panosso Netto (2011b), confirmam a suposição de Moesch (2000), ao apresentarem detalhado levantamento de trabalhos que se dedicaram a saber como e a partir de quais bases se dá a construção do conhecimento em turismo. Em síntese, destacam a formação do conhecimento em turismo a partir das áreas da Economia (estudos matemático-estatísticos), Geografia (estudos descritivo-explicativos) e Sociologia (estudos empírico-normativos), com predominância de estudos de corte econômico e de impactos socioculturais, em detrimento de estudos de corte acadêmico (teórico-conceitual) (NECHAR; PANOSSO NETTO, 2011b). Após, perguntam os autores: “¿hay en realidad una tradición en la investigación turística que genere bases para el fundamento epistemológico del turismo?” (NECHAR; PANOSSO NETTO, 2011b, p. 31)<sup>11</sup>. E respondem:

*En la investigación y epistemología del turismo se observa con frecuencia la formulación de pensamientos predestinados que se autodestinan al silencio, a la mudez. [...] Por ello es necesario comprender qué sentido tiene interrogarse sobre el sentido de las provocadas y provocatorias enunciaciones de unas teorías, de unas metodologías, de unas epistemologías del turismo que se dicen renovadoras, revalorativas, cuando no son más que un catalogar descriptivo de un decir, hacer, pensar y ser de*

<sup>11</sup> “Existe, na realidade, uma tradição na investigação turística que gere bases para a fundamentação epistemológica do turismo?” (NECHAR; PANOSSO NETTO, 2011b, p. 31, tradução minha).

*hechos que preservan un status quo en la dinámica del sector, en una academia al servicio de una organización.* (NECHAR; PANOSO NETTO, 2011b, p. 32)<sup>12</sup>

Napoleón Conde Gaxiola (2011) defende que é tarefa da comunidade acadêmica do turismo superar “[...] la pobreza conceptual de sus marcos teóricos y tejidos metodológicos” (p. 41)<sup>13</sup>, uma vez que a maior parte dos estudos têm sido orientados a partir de abordagens administrativistas, espacialistas e economicistas, sem a consideração de uma epistemologização do saber turístico. Gaxiola (2011) considera que o saber turístico ainda não pode ser considerado paradigmático, no entanto também não pode ser considerado como um saber não científico. A questão que coloca é a necessária emancipação do saber turístico em relação às disciplinas que o tratam como objeto, através da construção de um dispositivo conceitual próprio.

*El saber turisticológico deberá ser un saber libre que tenga como objetivo la competencia epistémica y práxica del binomio de la sociedad y de la temporalidad sobrante, de la comunidad y de la recreación, de la colectividad y de los usos de los lapsos libres, así como de la problematización, hipotetización y tetización de los casos de esa articulación.* (GAXIOLA, 2011, p. 44)<sup>14</sup>

Por conta de suas características, Gaxiola (2011) defende a emancipação do saber turístico e não o isolamento, pois o considera de caráter teórico-empírico. Por isso, entende ser necessária a vinculação dos turismólogos com outras áreas do conhecimento, “[...] *con la intención de atender los complejos problemas y contradicciones del turismo, elevándolas a nivel de tesis y de paradigmas*” (GAXIOLA, 2011, p. 44-45)<sup>15</sup>, sem correr o risco de produzir fatos ou marcos teóricos

<sup>12</sup> “Na investigação e epistemologia do turismo se observa com frequência a formulação de pensamentos predestinados que se auto destinam ao silêncio, à mudez. [...] Por isso é necessário compreender que sentido tem interrogar-se sobre o sentido das afirmações provocadoras e insinuantes de umas teorias, de umas metodologias, de umas epistemologias do turismo que se dizem estarem renovando, reavaliando, quando nada mais são do que uma catalogação descritiva de um dizer, de um fazer, de um pensar e ser de fatos que preservam um *status quo* na dinâmico do setor e em uma academia a serviço de uma organização” (NECHAR; PANOSO NETTO, 2011b, p. 32, tradução minha)

<sup>13</sup> “A pobreza conceitual de seus marcos teóricos e tecidos metodológicos” (GAXIOLA, 2011, p. 41, tradução minha).

<sup>14</sup> “O saber turístico deverá ser um saber livre, que tenha como objetivo a competência epistémica e práxica do binômio da sociedade e do tempo livre, da comunidade e da recreação, da coletividade e dos usos dos tempos livres, assim como da problematização, hipotetização e tetização dos casos dessa articulação” (GAXIOLA, 2011, p. 44, tradução minha).

<sup>15</sup> “[...] com a intenção de atender os complexos problemas e contradições do turismo, elevando-os ao nível de teses e paradigmas” (GAXIOLA, 2011, p. 44-45, tradução minha).

desvinculados entre si, mas atingindo o contorno de marco teórico e metodológico próprio.

Talvez, portanto, a simples abordagem do turismo como atividade econômica não esgote sua substantividade. Contudo, se assumimos esses pressupostos, devemos também assumir que a imposição de apenas uma ou outra abordagem filosófica é igualmente perigosa. No turismo, tanto o sistemismo quanto a fenomenologia e, mais recentemente os estudos pós-modernos e os oriundos da teoria da complexidade, têm sido replicados como univocidades dogmáticas no meio acadêmico brasileiro. Apresentam-se, cada um a seu tempo e dentro de seus contextos de produção, como a melhor leitura do fenômeno do turismo. Não existem, no entanto, fórmulas prontas e, sabemos, todas possuem seus limites e contribuições.

Panosso Netto (2011) aponta como principal paradigma nos estudos turísticos a teoria geral de sistemas aplicada ao turismo. O autor acredita que o sistemismo é uma teoria formal capaz de fornecer uma visão ampla e geral do fenômeno, mas não é capaz de explicar especificidades de cada sistema e suas relações, tendo em vista a imprevisibilidade de seus componentes. Assim, ocorreria “a negligência de numerosos traços do objeto de estudo e são afastadas as características que individualizam os objetos” (PANOSSO NETTO, 2011, p. 95). Portanto, ele propõe a fenomenologia como uma teoria e um método de superação dessas limitações.

Já Moesch (2000) considera que a fenomenologia e o funcionalismo têm sido abordagens amplamente utilizadas no turismo. Contudo, ressalva que essas abordagens não têm sido suficientes para sua apreensão, visto que as proposições funcionalistas explicam o turismo “como manifestação econômica e produtiva” (MOESCH, 2000, p. 33) e as proposições fenomenológicas, além de abordarem o turismo de forma independente do sujeito, buscam analisá-lo a partir de sua decomposição, impedindo “a apreensão necessária à sua complexidade” (MOESCH, 2000, p. 31). Complexidade que será defendida por Moesch (2000) tendo como base a interdisciplinaridade, a partir de categorias oriundas das teorias de Edgar Morin, Manuel Castells e Michel Mafessolli, ou seja, pela teoria da complexidade perspectivada por uma abordagem pós-moderna, por meio daquilo que apresenta como método: a Dialética Histórico-Estrutural. Estrutura dialética que remete-se à dialética idealista hegeliana repaginada por uma abordagem histórica crítica ao modo de produção capitalista.

Essa bricolagem epistemológica realizada por Moesch (2000), na tentativa de apreender aquilo que chama de complexidade do objeto turístico, é *a priori* questionável, se considerarmos a relação ontológica necessária entre episteme e método. Mas em verdade, se paramos para observar a racionalidade por trás das epistemes mobilizadas por Moesch (2000), temos condições de apontar sua coerência, na medida em que o método eleito pela autora, mesmo direcionado à crítica ao capitalismo, é o idealista de Hegel e não o materialista de Marx.

Essa questão me remete à reflexão exposta por Kadri (2008), que considero uma das mais relevantes, apesar de serem poucos os pesquisadores do turismo que a façam: “[...] *est-ce la discipline qui n’est pas congrue à l’épistémologie de référence, ou est-ce la référence épistémologique qui n’est pas congrue à la discipline?*” (LE MOIGNE, 2001, p. 239 apud KADRI, 2008, p. 14)<sup>16</sup>. O autor, ao se referir sobre as Ciências da Gestão, interpreta-as da seguinte maneira:

[...] *une science dont l’objet ne serait ni un type d’organisations, ni un type de phénomènes, ni un ensemble de faits, mais plutôt une classe de problématiques constitutives de toute action collective [...] Leur objet de recherche ne se réduit en définitive ni à une sociologie appliquée, ni à une économie appliquée.* (DAVID et al., 2000, p. 21-26 apud KADRI, 2008, p. 14)<sup>17</sup>

Logo, para progredir no conhecimento é necessária sua problematização, questionando-o, mas é imperioso manter-se vigilante para não cair em posturas absolutistas, quanto menos idealistas. Em entrevista ao jornalista Juremir Machado, do Jornal Correio do Povo, o cientista Bruno Latour reflete que é preciso ser relativista para não cair em posturas absolutistas, entretanto é necessário ter confiança e/ou reconhecimento naquilo que se produz como verdade, mesmo que sejam verdades discutíveis e passíveis de superação, ou seja, o relativismo sem critérios de cientificidade também pode se tornar um absolutismo (MACHADO, 2017).

Tadioto (2021), ao considerar a existência de um corpo organizado de conhecimento produzido sobre epistemologia do turismo, em referência a diversos

---

<sup>16</sup> “[...] é a disciplina que não é congruente com a epistemologia de referência ou é a referência epistemológica que não é congruente com a disciplina?” (LE MOIGNE, 2001, p. 239 apud KADRI, 2008, p. 14, tradução minha).

<sup>17</sup> “[...] uma ciência cujo objeto não seria nem um tipo de organização, nem um tipo de fenômeno, nem um conjunto de fatos, mas uma classe de problemáticas constituintes de qualquer ação coletiva [...] Seu objeto de pesquisa, em última análise, não pode ser reduzido à sociologia aplicada ou à economia aplicada” (DAVID et al., 2000, p. 21-26 apud KADRI, 2008, p. 14, tradução minha)

autores da área sobre o tema, como os aqui citados e outros, e inspirado no trabalho de Pêcheux sob o pseudônimo de Herbert (2015) em que estabelece uma crítica às Ciências Sociais, questiona se haveria chegado o momento da crítica interna em relação ao saber epistemológico do turismo. Ele quer pensar, com isso, se “estaríamos nós, pesquisadores do Turismo, no momento em que, ao invés de recorrer a uma nova proposta de construção epistemológica, poderíamos refletir sobre aquelas mesmas que já estão elaboradas, promovendo assim um movimento de leitura crítica?” (TADIOTO, 2021, p. 17).

Ou seja, ele se questiona se nós teríamos condições de performar uma prática reflexiva “nos limites do campo científico em questão, que objetiva adequações e reorganizações conceituais específicas e que define os limites de um determinado campo em relação aos outros” (TADIOTO, 2021, p. 33). Ao contrário do que se possa pensar, o que Tadioto (2021) propõe é revigorante, no sentido de que talvez tenha chegado o momento de estabelecermos com nós mesmos, estudiosos do turismo, um olhar interno com vistas ao estabelecimento de uma certa coerência, independente do viés epistemológico adotado. É chegado o momento de refletir, afinal, sobre o que temos produzido a esse respeito, estabelecendo adequações, reorganizações e proposições que nos permitam conformar uma episteme para o turismo. Seria necessário, por este motivo, a opção por uma base epistemológica que nos permita olhar para essa produção de conhecimento sem desconsiderar os processos materiais de sua produção, objetos desta reflexão.

Nesse sentido, o pensamento marxista não deveria ser inferiorizado a apenas um instrumento para a crítica, mas, antes, deveria ser abordado como uma teoria orientada por um método, em cujo exercício sobre os elementos contraditórios de determinado objeto, o processo de produção de conhecimentos como conhecimentos inclusive, no contexto de uma formação social dada, viabiliza as formas de sua elaboração e transformação. Se o campo do fazer científico, hoje, reconhece a relatividade dos conhecimentos produzidos como verdades e, ao mesmo tempo, trava batalhas contra posturas epistemológicas absolutistas, não se pode mais ignorar o lugar que o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético possuem nesse processo de constante movimento e mudança, sobretudo porque colocam em cena uma racionalidade distinta àquela do paradigma científico dominante e em acordo com os anseios científicos contemporâneos.

Racionalidade que, para mim, está para além de uma definição subversiva do descentramento do sujeito em contraponto ao sujeito da razão, mas assume a forma de “tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (PÊCHEUX, 2015, p. 56). Trata-se de uma questão ética e política diante de “interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real” (PÊCHEUX, 2015, p. 57), o que se pode observar tanto em posições idealistas como materialistas. Ou seja, é necessária uma tomada de posição em face do reconhecimento de um efeito de identificação do próprio sujeito que produz ciência e que, em razão desses processos de identificação, produz e é produzido desde uma posição descentrada. E é a esta racionalidade que recorro neste trabalho em face de Louis Althusser, que é inconciliável com outros modelos de racionalidade no interior do marxismo. Acredito que isto ficará mais claro adiante.

Penso, diante disso, que é indispensável a mim assumir uma posição que seja responsável do ponto de vista epistemológico com aquilo que acredito ser possível problematizar com meu trabalho. Como já sinalizei, falo da posição epistemológica inaugurada por Marx e que traz repercussões importantes para pensar a epistemologia do turismo no contexto contemporâneo da ciência. Nessa posição, destacam-se autores brasileiros como Santos Filho (2005), Ouriques (2015) e Martoni (2019), com quem buscarei um diálogo daqui em diante, sem deixar de reconhecer as relatividades e os limites de validade do seu fazer científico. O objetivo deste diálogo é buscar compreender como estes trabalhos marxistas do turismo abordam a questão epistemológica do processo de produção de conhecimento e o que isso sinaliza para esta reflexão.

### 1.3 LEITURAS MARXISTAS SOBRE A EPISTEMOLOGIA DO TURISMO

Para Santos Filho (2005), a produção teórica do turismo caracteriza-se como uma “expressão máxima do pensamento burguês” (p. 16), uma vez que admite uma realidade “descolada das questões econômicas sem base material” (p. 16). Isso leva o autor a caracterizar parte da teoria produzida em turismo como idealista, definindo-a como aquela nutrida pela “apreensão da realidade que se baseia no fetiche e na intuição, alimento inerente para aprofundar o pensamento neopositivista” (SANTOS FILHO, 2005, p. 17). Essas produções, na visão de Santos Filho (2005), optam pela

definição do turismo “como algo decorrente do sistema econômico capitalista, enxergando o fenômeno como produto do mundo moderno e desprezando sua historicidade processual” (p. 17). Por outro lado, os trabalhos que expõem o turismo como “um sistema integrado de autossustentabilidade econômica, o também denominado **estruturas-modelo**, permanecem numa visão que limita o entendimento histórico da realidade e impõe a racionalidade de fundo weberiana e neopositivista” (SANTOS FILHO, 2005, p. 18).

Por isso, Santos Filho (2005) irá defender uma epistemologia do turismo sinalizada na História, ou melhor dizendo, no Materialismo Histórico, cujo objeto seria, na visão do autor, os modos de produção. Para ele, o turismo se configura de formas diferentes segundo os modos de produção vigentes em cada período, ou seja, atende as demandas de cada modo de produção em cada período histórico. Assim, ao longo desse processo, conforme se dá a divisão do trabalho, se dá também a divisão entre o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho. A categoria trabalho, portanto, é central para Santos Filho (2005), mas também a mercadoria:

Quando os homens introduzem em seu cotidiano a mercadoria como mediação entre eles, essa passa a exigir a existência de um sobretrabalho, ou seja, o processo de alienação surge em seu bojo, trazendo a necessidade da acumulação do capital pelo alheio. Essa situação vai exigir que as atividades de não-trabalho se expressem durante o desenvolvimento do processo histórico em formas diferentes, seja pelo ócio, pelo lazer, seja finalmente pela atividade do turismo. (SANTOS FILHO, 2005, p. 29)

A proposição de Santos Filho (2005) vai, então, na direção de uma concepção histórica com a consideração dos principais conceitos trabalhados por Karl Marx, como trabalho, mercadoria, fetiche, alienação, etc. Vale ressaltar que para o autor, nessa perspectiva, a manifestação de um conceito se constitui como sinalização de um concreto que, por sua vez, se manifesta oportunamente segundo o desenvolvimento dos modos de produção. É nesse entremeio que Santos Filho (2005) concebe o turismo como uma “força material e ideológica” (p. 37). E é nele também que Santos Filho (2005) caracteriza o pensamento próprio ao capitalismo como idealista, pois devido a necessidade de se auto reorganizar para perpetuar-se, precisa admitir a contradição pela retração entre a materialidade e o ideológico, produzindo o fetichismo e a falsificação da realidade.

Ouriques (2015), por sua vez, considera que as abordagens hegemônicas no turismo são predominantemente caracterizadas por: modelos analíticos que não se

desafiam à verificação da complexidade do tema; indiferença quanto à compreensão de controvérsias científicas a respeito; reprodução de um discurso panfletário pró-turístico sem criticidade; e, simples reprodução de paradigma já existente sem proposição de novos conhecimentos que rompam com essas abordagens (OURIQUES, 2015). Por isso, o autor caracteriza a produção científica em turismo brasileira a partir de quatro correntes: liberal, do planejamento estatal, pós-moderna e crítica.

A corrente liberal é aquela de abordagem economicista, prevalecendo como referencial teórico a economia neoclássica, com análises e classificações de elementos como oferta e demanda, receitas e despesas, agentes econômicos do turismo, etc. Ouriques (2015) ressalta que “a importância dessa linha de pensamento reside não tanto no número de seus defensores explícitos, mas muito mais na presença de seus fundamentos teóricos na linguagem da maioria dos estudiosos em turismo” (p. 73). Além do tratamento do turismo como um sistema econômico, há a caracterização da natureza, do capital e do trabalho como fatores de produção do turismo. O que mais identifica essa corrente, contudo, é a defesa de um Estado garantidor do retorno de investimentos feitos pelo setor privado, fornecendo infraestrutura, regulando preços e tarifas, etc. (OURIQUES, 2015).

A corrente do planejamento estatal, defende o provimento do turismo pelo Estado de duas formas: “como condutor (pelo planejamento) das políticas de desenvolvimento turístico e, principalmente, como financiador, isto é, como suporte financeiro para a expansão do setor. [...] O Estado é o principal agente promotor do turismo” (OURIQUES, 2015, p. 80). A crítica de Ouriques (2015) reside sobre como tais defesas ocorrem, levando-o a caracterizá-los com “os desenvolvimentistas” (p. 80). Segundo o autor, é dominante nessa corrente a sobreposição de um pensamento econômico sobre os demais elementos envolvidos, pois para o controle de fluxo turístico, por exemplo, Ruschmann (1997 apud OURIQUES, 2015) defende a privatização de recursos mediante implantação de taxas de acesso ou ocupação, enquanto Lima (1999 apud OURIQUES, 2015) fala sobre a oportunidade de aproveitar recursos e populações para dar início ao processo de desenvolvimento, caracterizando os recursos e as pessoas como subsídios concretos e ociosos.

Na corrente pós-moderna, Ouriques (2015) disserta sobre o trabalho de quatro autores: Adyr Balasteri Rodrigues, Eduardo Yázigi, Marutschka M. Moesch e Luiz Gonzaga Godoi Trigo. O autor caracteriza esses estudos a partir das seguintes



características: “a) diversidade de teorias utilizadas; b) defesa da natureza [...]; c) ênfase na segmentação do mercado turístico; d) crítica ao Estado [...]; e) defesa do planejamento estatal; f) discurso [...] a favor dos capitais direcionados ao turismo” (OURIQUES, 2015, p. 80). A crítica de Ouriques (2015) considera esses trabalhos como pró-capitalistas, uma vez que expõem distintas ideias num mesmo patamar, criando “uma cortina de fumaça, utilizando um arcabouço supostamente científico, para simplesmente justificar a atividade turística” (p. 81), pois:

Ao mesmo tempo em que defendem a sustentabilidade, veem a paisagem como recurso turístico; ao mesmo tempo em que se preocupam com as “comunidades receptoras”, culpam-nas pela degradação do patrimônio ambiental/cultural. Ao mesmo tempo em que criticam o turismo em massa, acreditam nas virtudes do “turismo brando” [...]. (OURIQUES, 2015, p. 81)

Uma síntese possível para a corrente pós-moderna e que julgo pertinente é a observação de que, apesar de a maioria dos estudos apresentados por Ouriques (2015) posicionarem-se criticamente, ao mesmo tempo fazem uso de elementos, conceitos, termos e processos de descrição, caracterização, interpretação e análise do turismo oriundos de abordagens hegemônicas do capitalismo, de interesse pró-turístico a qualquer custo. A diferença dessa das duas anteriores, nesse caso, é “que nos faz lembrar das antigas narrativas míticas e literárias” (OURIQUES, 2015, p. 81). Não é possível mais a defesa de estudos que desconectam as características do turismo do contexto histórico e social, defende o autor, pois essa “é uma estratégia a mais de mascaramento da realidade, já que nada nos é informado sobre o porquê do suposto homem pós-moderno ser narcisista, consumista, superficial e alienado” (OURIQUES, 2015, p. 82). Isso traria como consequência a visão distorcida de que o turismo representa a salvação.

Por fim, sobre a corrente crítica de interpretação do turismo, Ouriques (2015) diz que essa é a única, entre as apresentadas, que questiona “o caráter intrinsecamente benéfico do desenvolvimento turístico” (p. 86). Esses estudos discutem, segundo o autor, “as transformações que ocorrem na (re)produção da vida das comunidades receptoras e as condições de trabalho nas atividades turísticas” (OURIQUES, 2015, p. 86), caracterizando-se pela divergência teórico-conceitual em relação às abordagens hegemônicas sobre sustentabilidade. Também tratam sobre questões que envolvem fetichismo, produção do espaço, mercantilização do tempo livre, entre outras.

A interpretação crítica, além de entender o turismo no contexto da produção que caracteriza a sociedade capitalista – portanto, como produtora do desenvolvimento insustentável –, compreende-o como forma específica de produção das relações sociais de exploração capitalistas – por meio da transformação das relações de trabalho “tradicionais” em relações assalariadas – e, não menos importante, como expressão da tendência imperiosa de mercantilização de tudo, inclusive da paisagem. (OURIQUES, 2015, p. 91)

Em síntese, a corrente crítica pode ser identificada no turismo pela interpretação antissistema em relação ao modo de (re)produção do turismo no contexto do capitalismo, bem como pela divergência teórico-conceitual sobre o tratamento dado pelas abordagens hegemônicas que tentam justificar o desenvolvimento pelo turismo a qualquer custo (OURIQUES, 2015). Essa proposição de Ouriques (2015) leva à reflexão de que os estudos críticos do turismo se configuram como o lugar através do qual seria possível identificar o modo como o campo se relaciona com a ideologia dominante, uma vez que são caracterizados pela abordagem de suas contradições.

Martoni (2019), por sua vez, considera que o saber dominante no turismo progride de duas formas. A primeira forma é voltada à sua operacionalidade, de modo tecnicista, não ascendendo ao nível conceitual e muito menos epistemológico. Essa é de caráter institucional e ideológico, contribuindo para a conservação e “mercantilização das coisas e das relações humanas, [...] ante um entendimento de sociedade como formação natural e somente passível de ajustes ou reformas, mas nunca de rupturas” (MARTONI, 2019, p. 110). Por outro lado, estão os estudos que por comprometerem-se com as “leis da razão [...] ficaram isolados dentro de seus próprios sistemas fechados, tão divorciados da realidade prática quanto um psicótico” (EAGLETON, 1997, p. 71 apud MARTONI, 2019, p. 111). Para o autor, os primeiros geralmente utilizam os últimos, sobretudo no que se refere a frases prontas, e os últimos criticam os primeiros, mas não conseguem estabelecer rupturas com eles, permanecendo num plano do ideal (MARTONI, 2019).

[...] parte expressiva dos estudos apresentados e as proposições discutidas e aplicadas não têm qualquer referencial ontológico e, do ponto de vista epistemológico, conformam uma teoria descritiva e/ou de caráter altamente subjetivo. Não podendo deixar de partir de referenciais empíricos ou de questões realmente existentes, tais procedimentos ou ficam circunscritos às formas fenomênicas (aparências) ou estabelecem como embasamento do pretenso discurso analítico o ambiente da lógica-mental-ideal (as

averiguações chamadas de funcional-estruturalistas). (MARTONI, 2019, p. 111)

Martoni (2019) complementa que existe um número elevado de estudos no turismo que confundem método e metodologia, sugerindo uma fragilidade epistêmica e uma “[...] incompreensão dos diferentes (e conflitantes) procedimentos epistemológicos (ou métodos) [...]” (MARTONI, 2019, p. 320). O autor se questiona sobre a cientificidade da produção do turismo, avaliando que ou não é científica ou é sem saber qual método utiliza.

A quase totalidade dos poucos pesquisadores que não se enquadram nos dois casos sabem que, para além da aplicação de questionários, mapeamento, entrevistas e demais conjuntos de técnicas (metodologia), o método é o efetivo eixo-norteador da produção do conhecimento. Contudo, se há entendimento de um ou outro método, pouco há de discernimento quanto às possibilidades e limitações dos díspares procedimentos, questão esta que não poderia deixar de passar por matrizes ideológicas distintas. Quando falamos em **método**, falamos em **procedimento epistemológico** e, por assim dizer, em um eixo de orientação para a produção do conhecimento baseado em uma **episteme** (materialista/idealista). (MARTONI, 2019, p. 320-321, destaques do autor)

Se método, portanto, pode ser considerado como um eixo norteador, a episteme, para ele, pode ser considerada a base filosófica que sustenta o método (MARTONI, 2019). Para tanto, Martoni (2019) propõe refletir sobre a episteme a partir de dois polos: aquele em que nossas concretizações/realizações se configuram pela realidade na qual vivemos (materialista); aquele em que nossas concretizações/realizações se dão por elaborações que possuem como base a razão (idealista).

A posição materialista se sustenta no princípio de que “tudo o que ocorre na razão (ou no pensamento) tem fundamento no mundo real material e/ou imaterial” (MARTONI, 2019, p. 321), ou seja, o social é ontologicamente anterior à ideia. Já a posição idealista, pressupõe uma teleologia, defendendo “que a realidade é a manifestação da razão, sendo a ideia o princípio do conhecimento” (MARTONI, 2019, p. 321), ou seja, “visualiza o ajustamento e a transformação das condições de um momento histórico ou conjuntural como possibilidades que não somente dependem, mas partem da razão” (MARTONI, 2019, p. 322).

[...] é urgente a desmistificação daquelas proposições (tão comuns no turismo) que, por estarem ancoradas na ‘práxis fetichizada’ (KOSIK, 1976), se mostram para a

mente reificada como uma teoria a ser posta no mundo, a fim de transformá-lo pela força das ideias puras; e, ainda, daquelas da doutrina positivista (tão em voga na atualidade), que separam a teoria da prática ao considerarem a realidade como correspondente somente ao perceptível ou ao que pode ser descrito com mais ou menos detalhamentos. Fato é que tais vertentes epistemológicas promovem a subjetividade desligada da materialidade social, algo que está cada vez mais expresso em diversos livros que se repetem, magazines 'científicos', revistas semanais e redes sociais. (MARTONI, 2019, p. 30)

A questão que se deve colocar em relação ao turismo é, portanto, se as dinâmicas refletidas por nossas produções “racionais e conscientes” existem independentemente de nossa racionalidade e de nossas consciências. Talvez o turismo como conhecemos atualmente não existiria sem o conjunto das produções teóricas ao longo do último século, no entanto o deslocamento humano substantivado como turístico ou não, mesmo no contexto capitalista, existe muito antes da teoria. Ou seja, não há como abordar o objeto turístico sem considerar seu processo de produção material em detrimento de apreendê-lo apenas em suas manifestações aparentes, fenomênicas, etc.

Ainda que algumas abordagens tenham buscado se afirmar como melhores leituras do turismo, o debate sobre uma epistemologia do turismo, como se vê, está aberto e em franca discussão. Parte-se de diferentes epistemologias para investigar um objeto ainda indefinido ou tido como múltiplo. Teorias produzidas em distintas áreas do conhecimento, sobre distintos objetos de conhecimento, são aplicadas ao turismo, cuja complexidade é utilizada como contexto para uma interdisciplinaridade. Epistemologias, métodos e teorias são sincretizados à revelia de um saber(-se) científico próprio. E mesmo as importantes contribuições marxistas dadas ao debate, ainda que estabeleçam relações necessárias com a produção do turismo no contexto do modo de produção capitalista e da reprodução da ideologia dominante, e suas implicações para o processo de produção de conhecimento no campo, têm dificuldade de alcançar o nível de uma proposição epistemológica que viabilize a ruptura com o saber dominante, limitando-se à crítica e à descrição dessas relações.

Em minha visão, essas reflexões mostram a necessidade de retorno ao embate epistemológico que a teoria de Marx produziu – e ainda produz – no contexto das produções marxistas posteriores e em relação aos paradigmas fundadores do capitalismo. No entanto, mesmo no interior do marxismo, em razão das diferentes perspectivas que assume, percebe-se ainda certa insipiência no que se refere à

discussão epistemológica em termos de desdobramentos necessários para a construção do conhecimento no turismo.

Opto, pois, a partir do exposto, por posicionar-me junto ao turismo a partir dos pressupostos epistemológicos e teóricos do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético proposto por Louis Althusser (1986; 2015), e faço isso em razão das questões que me implicaram ao longo da trajetória pessoal e acadêmica descrita na seção 1.1, e das proposições elaboradas por Kadri (2008) e Tadioto (2021) na seção 1.2. Embora autores como Santos Filho (2005), Ouriques (2015) e Martoni (2018) venham desempenhando papel importante para uma reflexão epistemológica no contexto do Materialismo Histórico e da dialética marxista, eles o fazem a partir de outras vertentes marxistas distintas da althusseriana, lugar em que penso poder realizar alguma contribuição.

Buscando, portanto, ir mais além, penso que investigar mais profundamente o saber produzido em torno do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético no turismo, possa subsidiar análise maiormente comprometida com uma possibilidade de sinalizar essa ruptura, se não pelos próprios trabalhos nesse campo, ao menos pela crítica ao modo como produzem esse saber epistemologicamente. É o que se pretende desenvolver nos próximos capítulos.

## **2 GENERALIDADE I – A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO TURISMO PELO VIÉS DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DA DIALÉTICA MARXISTA**

No capítulo anterior, mais especificamente na seção 1.3, expus, para além da discussão sobre a epistemologia do turismo de um modo geral, breve relato sobre autores brasileiros de turismo que se destacam no contexto do marxismo nessa discussão. Ressaltei, porém, a existência de distintas perspectivas internas ao marxismo, pontuando que tais autores possuíam suas respectivas vinculações. Esse destaque não teve como objetivo demarcar uma cisão, mas sim chamar a atenção para a existência de diferenças em relação à interpretação da obra de Marx que podem trazer repercussões para a interpretação do turismo.

É comum no turismo, sobretudo a partir de autores externos ao marxismo e que se dedicam ao estudo da produção do conhecimento, o tratamento do marxismo como algo homogêneo. É comum, inclusive, no contexto da própria produção marxista no turismo, a falta de reconhecimento dessa heterogeneidade de interpretação da obra de Marx. Ainda que se queira caminhar para um horizonte científico onde essas diferenças sejam minimizadas em função de um melhor tratamento e de uma melhor compreensão da realidade, não há apenas uma interpretação sobre o que viriam a ser o Materialismo Histórico e a dialética marxista. Quero, por isso, antes de buscar essa demonstração através da produção do Materialismo Histórico e da dialética marxista no turismo, pontuar brevemente essas diferenças em uma discussão introdutória.

Haja vista minha tomada de posição assumida no capítulo anterior, meu objetivo com este capítulo é expor as diferenças existentes no tratamento da obra marxista e, com isso, suscitar regularidades, tendências e novas possibilidades de interpretação do turismo pelo viés do marxismo, resultando na proposição de um problema de investigação para este trabalho.

### **2.1 MARXISMO, MATERIALISMO DIALÉTICO E MATERIALISMO HISTÓRICO: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS**

O primeiro elemento que se deve destacar nessa discussão gira em torno daquilo que caracteriza o materialismo filosófico. Ainda que o materialismo filosófico tenha como pressuposto a matéria como elemento principal e a ideia como elemento secundário, o desenvolvimento do materialismo filosófico acompanha de modo

estreito o desenvolvimento do pensamento científico, ou seja, do conhecimento científico como elemento definidor de suas explicações sobre a realidade objetiva (TRIVIÑOS, 1987). Ou seja, exatamente porque o material é definidor do ideal, é que o conhecimento da matéria não se dá de outro modo senão pela via do pensamento científico, que será acompanhado ao longo da história por esse modo de conceber a realidade. Esse destaque não é mero detalhe, mas essencial para afastar o discurso empirista e positivista das concepções materialistas sobre a apreensão do objeto real por meio do objeto de conhecimento. Não é o real que fala, mas o discurso científico na apreensão desse real.

Nesse processo de desenvolvimento do pensamento científico, diversas foram as concepções materialistas de mundo. Triviños (1987) defende a existência de, ao menos, cinco tipologias para o materialismo: o ingênuo, o espontâneo, o mecanicista, o vulgar e o dialético. Para o materialismo ingênuo, a realidade se apresenta fora da consciência, ou seja, a realidade é tal como a percebemos e não o conhecimento científico que produzimos sobre ela. O materialismo espontâneo, ainda que represente um avanço em relação ao domínio científico do materialismo ingênuo, carece de uma filosofia clara, o que o faz recair sobre um discurso empirista e positivista. Já o materialismo mecanicista seria aquele que “reduz todos os fenômenos da natureza [...] a processos mecânicos” (TRIVIÑOS, 1987, p. 22), de tal modo que passa a negar uma série de explicações de outra natureza, como as qualitativas. O materialismo vulgar, por sua vez, estabelece uma relação material entre o corpo biológico e a ideia, sendo esta última produzida pelo primeiro. Com essa interpretação materialista vulgar, passa-se a acreditar na ideia de que “as condições materiais que rodeiam o indivíduo [...] têm especial importância na qualidade e quantidade do pensar” (TRIVIÑOS, 1987, p. 22). Todos esses tipos de materialismo, no entanto, não conseguem se desvencilhar de suas raízes metafísicas, pois embora definam o primado da matéria sobre a ideia, não subvertem seu discurso de transcendência (TRIVIÑOS, 1987).

O Materialismo Dialético, para Triviños (1987), “reconhece como essência do mundo a matéria que, de acordo com as leis do movimento, se transforma, que a matéria é anterior à consciência e que a realidade objetiva e suas leis são cognoscíveis” (p. 23). Mas o advento do Materialismo Dialético não encerra em si, duas questões preciosas à Filosofia e que serão fonte de discussão posterior: a questão da possibilidade do conhecimento – é possível para o sujeito captar o objeto

em toda sua dimensão, não apenas em sua aparência, mas também sua essência? – e a questão do critério de verdade – o que é o conhecimento verdadeiro? Isto porque o Materialismo Dialético considera, novamente segundo a visão de Triviños (1987), que “o conhecimento é relativo em determinada época histórica e [...] assegura que o homem é capaz de apreender a verdade absoluta [...] [de modo] gradual”. Abre margem, com isso, para a questão teleológica que se coloca sobre a finitude do processo histórico e do processo de produção do conhecimento, fazendo com que surjam dúvidas a respeito da validade deste conhecimento. É claro que devemos sempre ter em mente aquilo que já destacamos com reflexão produzida por Bruno Latour: é preciso ser relativista para não cair em posturas absolutistas, entretanto é necessário ter confiança e/ou reconhecimento naquilo que se produz como verdade, mesmo que sejam verdades discutíveis e passíveis de superação. Mas, ao mesmo tempo, devemos ser igualmente vigilantes para não cair num idealismo subjetivo, ou seja, quando o critério de verdade tem validade apenas para o sujeito que faz a afirmação sobre o objeto. Por isso, para o Materialismo Dialético, segundo Triviños (1987), o critério de verdade é a prática social, ou seja, a prática seria o elemento decisivo para sabermos se um conhecimento é ou não verdadeiro.

O marxismo, como se vê, pode ser considerado como “uma tendência dentro do materialismo filosófico que, como [agora] sabemos, apresenta várias linhas de pensamento” (TRIVIÑOS, 1987, p. 49). E, apesar de ser o Materialismo Dialético uma fundação essencialmente marxista, não se pode negar a existência de tendências internas ao marxismo que flertam com diferentes tipologias do materialismo filosófico, inclusive algumas com roupagem de Materialismo Dialético. Não obstante, é preciso observar que as principais fontes diretas que influenciaram o pensamento de Marx na consecução de sua obra têm origem no idealismo clássico alemão, no socialismo utópico e na economia política inglesa. Na medida, então, que Marx só pode produzir a partir do conhecimento dado à sua época, Triviños (1987) destaca a forte influência das ideias idealistas de Hegel, sobretudo o ponto de vista dialético de compreensão da realidade, defendendo que “ao invés de vincular essas ideias ao espírito absoluto hegeliano, [Marx] desenvolveu-as dentro de sua concepção materialista do mundo” (p. 50). Ele também destaca a influência do materialismo de Feuerbach, no que diz respeito à compreensão da realidade, mas cuja filosofia, posteriormente, foi radicalmente refutada nas *Teses sobre Feuerbach* e em *A ideologia alemã*, ambas obras de 1845. Ver-se-á mais a frente, na seção 3.2.1, que tais influências serão



objeto de discussão em torno da continuidade ou ruptura de Marx com sua consciência filosófica de juventude.

Cabe ressaltar ainda que Marx, radicalmente compromissado com o conhecimento científico, para pensar e produzir o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético, não tinha outra coisa senão as palavras, conceitos, termos, expressões de sua época, razão pela qual essas influências se mostram mais marcadamente no início de sua obra e, com o tempo, começam a ser refutadas e/ou retificadas tanto por Marx quanto por Engels. Essa questão não vem sem consequências para o marxismo posterior à Marx, uma vez que, dependendo do período da obra de Marx com o qual se trabalhe (ou uma combinação entre períodos distintos) e da consideração que se faça das diferentes influências tanto do ponto de vista filosófico quanto teórico, a interpretação marxista produz-se de forma heterogênea. Se produz no sentido de um embate: é possível falar em uma leitura mais correta de Marx do que outra? Pergunta que apenas Marx teria condições de responder.

Para Boucher (2015), “o marxismo hoje é necessariamente uma dispersão da unidade teórica original de Marx” (p. 24). Boucher (2015) divide o marxismo em sete vertentes: o marxismo clássico, o marxismo hegeliano, a escola de Frankfurt, o marxismo estruturalista, o marxismo analítico, a teoria crítica e o pós-marxismo. O marxismo clássico teria como principais nomes Friedrich Engels, Karl Kautsky, Georgi Plekhanov, Vladimir Ilych Lênin, Joseph Stalin e Mao Tsé-Tung, impondo-se como socialismo científico, “uma ciência da história que explica a evolução social passada e liga isto aos interesses materiais dos agentes de classe atuais envolvidos nas principais transformações estruturais” (BOUCHER, 2015, p. 80), num esforço de proteção do Materialismo Histórico de leituras revisionistas, uma restauração da doutrina original, diante das contradições que emergiam do movimento socialista e de suas distorções por descuido ou revisão. Era considerado um marxismo de gradualismo evolucionista e/ou marxismo ortodoxo.

O marxismo hegeliano tinha como principais expoentes György Lukács e Antonio Gramsci e se constituía como uma reação ao que se sucedeu pós Revolução Russa de 1917. O retorno às raízes hegelianas de Marx tinha como objetivo a reavaliação de suas conclusões, visto que para eles “a teoria marxista não tinha significado fora da militância política da luta de classes; assim, ao contrário de uma teoria científica da estrutura social, o marxismo era uma filosofia da práxis”

(BOUCHER, 2015, p. 124). Se a fonte dos impasses da filosofia são as contradições da vida social, “a superação das limitações filosóficas [só] pode ocorrer [...] através da resolução prática destas contradições reais” (BOUCHER, 2015, p. 125). Para Lukács, o marxismo ortodoxo representava uma falsa compreensão da filosofia dialética que teria inspirado a teoria marxista, e considerava que a determinação econômica em última instância não era a peça fundamental para a diferenciação entre o pensamento de Marx e o pensamento burguês, mas sim a categoria da totalidade, que seria a essência do método que Marx teria extraído de Hegel (BOUCHER, 2015).

O problema da totalidade que antecipa e orienta uma práxis em Lukács residiria na supressão da diferença ontológica que existe entre teoria e prática, entre sujeito e objeto, transformando-os em uma unidade idealisticamente concebida, que resolveria a questão da fragmentação reificada do sujeito, um sujeito-objeto da história. A práxis não só como o fundamento da estrutura, mas também como fundamento da história. No entanto,

[...] se “a natureza é uma categoria social”, então, a sociedade é basicamente uma arte. Ela é uma totalidade inteligível e transformável, que pode ser inteiramente conhecida porque é exaustivamente o produto da ação humana. Já que o substrato material do trabalho humano e a totalidade social se tornaram transparentes, não há relações sociais opacas que precisariam ser compreendidas através de procedimentos científicos, porque a conexão entre a escassez material e as forças produtivas desapareceu. (BOUCHER, 2015, p. 133)

Reduz-se, portanto, “[...] a questão da validade científica [...] a uma questão política de linha correta” (BOUCHER, 2015, p. 133), ou melhor dizendo, reduz-se a própria prática teórica a uma expressão da prática política. Esta relação também pode ser observada em Gramsci, que ao criticar a topologia do marxismo ortodoxo entre base e superestrutura, considera que esta relação não é estática e externa, mas “um equilíbrio móvel de consenso e coerção que funciona tanto no Estado quanto na sociedade civil [de tal modo que] introduz uma relação dinâmica e dialética na qual a política e a ideologia desempenham um papel intervencionista na economia” (BOUCHER, 2015, p. 139), o que Gramsci chamará de hegemonia. Para Gramsci, o marxismo também representava uma filosofia da práxis.

O marxismo da Escola de Frankfurt tem sua referência e seu desenvolvimento a partir do marxismo hegeliano. Seus principais pensadores foram Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Erich Fromm. Caracteriza-se por uma abordagem

integrativa da economia política à cultura, à ideologia, à psicologia e à filosofia, buscando atualizar o Materialismo Histórico a partir de uma abordagem interdisciplinar. Para tanto, abrem diálogo com fontes não marxistas, como Weber, Husserl, Nietzsche, Schopenhauer e Freud. Apesar da forte influência que Lukács teve sobre a Escola de Frankfurt, esta também foi crítica das noções de sujeito-objeto da história e da redução do Materialismo Histórico a um programa de ação pela política. Eram também profundos críticos do marxismo ortodoxo. Para a Escola de Frankfurt,

[...] a sociedade do século XX se tornou uma forma de capitalismo de Estado, caracterizado pelo planejamento econômico, pela administração burocrática, pelas indústrias culturais e pelas personalidades conformistas, no interior do qual o indivíduo é cada vez mais estrangido a se adaptar a uma sociedade administrada. (BOUCHER, 2015, p. 193)

A saída à razão instrumental (razão reificada) foi expressada pela “incapacidade do ser humano natural de se adaptar completamente a uma sociedade repressiva, [sendo] portanto, o reservatório da esperança numa situação de outro modo sombria” (BOUCHER, 2015, p. 194). Ainda que críticos do marxismo hegeliano, no entanto, mais uma vez os marxistas da Escola de Frankfurt recorreram a uma centralidade positiva da noção de sujeito como responsável pela construção histórica, baseando-a em um modelo de racionalidade análogo ao marxismo hegeliano.

O marxismo estruturalista teve como principais autores Louis Althusser, Étienne Balibar, Roger Establet, Jacques Rancière, Nicos Poulantzas, Christine Buci-Glucksmann, Ernesto Laclau, Göran Therborn, Michele Barrett, Pierre Macherey e Terry Eagleton (BOUCHER, 2015). Defende o anti-humanismo teórico de Marx e se posiciona contra a teleologia histórica ao rejeitar o hegelianismo na historiografia marxista. Com isso, pretendeu insistir no estatuto científico do Materialismo Histórico através da noção de ruptura epistemológica. Para o marxismo estruturalista, embora a formação social fosse composta pelos níveis econômico, político e ideológico, os dois últimos gozavam de uma autonomia relativa em relação ao econômico. Deste modo, colocava-se em questão a afirmativa ortodoxa e teleológica de que os níveis jurídico-político e ideológico eram mero reflexo da base econômica infraestrutural.

Portanto, Althusser definiu o conceito de formação social como “a totalidade das instâncias [estruturais] articuladas com a base de um modo de produção” (ALTHUSSER; BALIBAR, 1970 apud BOUCHER, 2015, p. 196). Com esta afirmação

refutavam o modelo base superestrutura do marxismo clássico, propondo pensar em termos de uma estrutura da formação social. O marxismo passa, então, a ser entendido como a ciência da totalidade das interações estruturadas entre economia, política e ideologia (suas instituições e práticas), que dão forma à sociedade (BOUCHER, 2015). E é precisamente a autonomia relativa dos diferentes níveis que compõem a formação social e a estruturação de dominância do todo complexo o que produz seu desenvolvimento desigual. Isso vai de encontro às ideias de uma teleologia histórica e uma totalidade homogênea, características das abordagens marxistas clássica e hegeliana.

Ainda vale ressaltar que Althusser tecia duras críticas à caracterização de sua obra como estruturalista. Para o autor não era honesto “acusar de estruturalismo o primeiro que se serve do conceito de estrutura” (ALTHUSSER, 1978a, p. 100). O cerne dessa acusação, para ele, residia em seu anti-humanismo, uma vez que deslocava o sujeito da consciência do centro de seu modelo analítico. Contudo, para ele, colocar o sujeito num lugar de suporte de relações não significaria esvaziar a realidade concreta e nem “reduzir os homens reais a puras funções de suportes – [mas] é pra tornar inteligíveis os mecanismos, apreendendo-os em seu conceito, e, partindo deles (pois é o único caminho possível), tornar inteligíveis as realidades concretas que só podem ser apreendidas por esse desvio de abstração” (ALTHUSSER, 1978a, p. 100). Para o autor, “o estruturalismo [...] tende para o ideal da produção do real sob os efeitos de uma combinação qualquer de elementos” (ALTHUSSER, 1978a, p. 100), o que não se podia afirmar sobre seu trabalho.

O marxismo analítico pode ser considerado como “um movimento que busca reconstruir o marxismo reexaminando ideias sobre a prática laboral, a estrutura social e o processo histórico, usando uma série de métodos que definem a vanguarda da ciência social e econômica não marxista no mundo de fala inglesa” (BOUCHER, 2015, p. 238). Entre seus principais expoentes estão Gerald Cohen, Jon Elster, Adam Prazeworski, John Roemer, Elliot Sober, Erik Olin Wright, Andrew Levine, Allan Buchanan, Alex Callinicos e Philippe van Parijs. Negam o método que diferencia Marx do pensamento burguês e representam um dos maiores distanciamentos do programa clássico do Materialismo Histórico.

A teoria crítica, por sua vez, se apresenta não só como uma reconstrução do Materialismo Histórico, mas busca fazê-la a partir do legado da Escola de Frankfurt. Pensadores mais influentes foram Jürgen Habermas, Axel Honneth, Albrecht Wellmer,

Claus Offe e Seyla Benhabib. Caracterizou-se como “uma crítica enérgica da agressão imperialista, do governo autoritário e da exclusão social” (BOUCHER, 2015, p. 268). Para os marxistas da teoria crítica, unidos pela proposta interdisciplinar da Escola de Frankfurt, o objetivo era o de “uma teoria crítica emancipatória com uma intenção prática, deve[ndo] buscar unir a crítica da dominação com a questão de uma existência significativa, no âmbito de um foco no sofrimento humano” (BOUCHER, 2015, p. 269). Propunham como ideal um sistema de democracia deliberativa, retomando a noção de esfera pública e restaurando “controles democráticos sobre a economia e a administração, sem retornar à visão clássica de uma sociedade centrada no Estado revolucionário e apoiada pela cidadania virtuosa” (BOUCHER, 2015, p. 310-311). É possível sinalizar aqui, o posicionamento epistemológico de Nechar e Panosso Netto (2011) e sua noção de crítica, conforme discutido na seção 1.2, e o quanto sua premissa interdisciplinar, inclusive de diálogo com outros campos epistemológicos, os afasta de Marx.

Por fim, o pós-marxismo abarca uma grande diversidade de pensadores em torno do reconhecimento da importância de Marx para qualquer um que queira trabalhar com teoria social, mas pensando, de certa forma, numa atualização do marxismo a partir de desenvolvimentos teóricos recentes, tornando-o atual às questões de um presente muito diferente daquele do contexto de produção de Marx e da primeira metade do século XX. Entre seus pensadores influentes estão Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Slavoj Žižek, Judith Butler, Jacques Rancière e Alain Badiou, muitos oriundos do marxismo estruturalista ou influenciados por ele. Reforçam duras críticas ao marxismo-leninismo, propondo “a política em termos da formação de sujeitos coletivos baseada na hegemonia ideológica” (BOUCHER, 2015, p. 351) a partir da articulação de noções como discurso, desejo, bloco histórico, cidadania democrática, entre outros.

Como se vê, o marxismo, consequentemente o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético, desde os tempos de Marx até os dias atuais, é fortemente heterogêneo e dissonante entre si, tanto filosoficamente quanto teoricamente e politicamente. Percorre-se caminhos diversos, por vezes antagônicos, sempre na intenção de uma melhor leitura de Marx e de uma melhor reverberação de sua potência na prática social, mas cada corrente e cada autor implicados por uma história e por um contexto individual. Nesse sentido é que é preciso considerar essas diferenças no tratamento epistemológico do campo do turismo, pois além de serem

uma filosofia e uma teoria densamente complexas, é fácil confundir-se entre suas variadas correntes, atribuindo a Marx ideias e conceitos que nem sempre foram forjados por ele. Ao passarmos, portanto, à definição do que é Materialismo Histórico e do que é Materialismo Dialético, precisamos estar cientes destas diferenças, visto que elas são cruciais para as repercussões que possam advir de sua utilização.

Segundo Triviños (1987), “o materialismo dialético é a base filosófica do marxismo” (p. 51) unindo a filosofia materialista com a interpretação dialética do mundo, constituindo uma concepção científica da realidade que tem como critério de verdade a prática social. Ele significa, portanto, uma “superação do materialismo pré-marxista, no que este tem de metafísico e de idealista” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51). Seu pensamento filosófico tem como princípios mais gerais as leis da natureza, da sociedade e do pensamento, e como a realidade objetiva se reflete na consciência. Seu estudo da teoria do conhecimento, historicamente focado num processo dialético, põe em questão a relação entre o relativo e o absoluto. As verdades científicas passam a significar graus do conhecimento limitados pela história, sem deixar de reconhecer que “este relativismo não significa reconhecer a incapacidade de o ser humano chegar a possuir a verdade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

O Materialismo Histórico, por sua vez, de acordo com Triviños (1987), representa a ciência filosófica do marxismo “que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade” (p. 51). O autor entende que é na obra *A ideologia alemã*, de 1845, que Marx e Engels assumem pela primeira vez seus princípios através da crítica ao hegelianismo e a Feuerbach, defendendo que os verdadeiros fundamentos das sociedades estavam nas formações socioeconômicas e nas relações de produção, negando o processo histórico como um “resultado das ideologias e da presença dos ‘heróis’” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

De modo geral, para Triviños (1987), os principais preceitos comuns entre o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético são: todos os fenômenos, objetos e processos são matéria em movimento; a matéria é anterior à consciência; e, o mundo é conhecível. O que irá diferenciar em grande medida o Materialismo Dialético marxista dos materialismos anteriores é o conceito próprio de dialética. Para Triviños (1987), é sobre as bases da dialética hegeliana que Marx elabora a sua própria concepção de dialética. A concepção inaugurada por Hegel supunha “[...] o mundo da natureza, da história e do espírito como um processo, isto é, em constante movimento,

mudança, transformação e desenvolvimento, intentando, além disso, pôr em relevo a conexão interna deste movimento de desenvolvimento” (MARX; ENGELS, 1985 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 53).

Sobre as bases da dialética hegeliana, mas rejeitando o conteúdo idealista das mesmas, e colocando a concepção materialista do mundo, da história e do pensamento, e apoiando-se nas conclusões da ciência, Marx e Engels elaboraram o materialismo dialético. Neste sentido, o materialismo dialético não é só uma dimensão ontológica, mas também gnosiológica, já que estuda o conhecimento e a teoria do conhecimento como expressões históricas. (TRIVIÑOS, 1987, p. 53)

Seria, pois, a dialética materialista, definida por Engels como “a ciência ‘das leis gerais do movimento e desenvolvimento da natureza, da sociedade humana e do pensamento” (ENGELS, 1978 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 53), uma ciência da interconexão universal que expressa “a interdependência e a mais íntima e indissolúvel conexão entre todos os aspectos de cada fenômeno (a história desvendando sempre novos aspectos), uma interconexão da qual resulta um processo de movimento único e universal” (ENGELS, 1978 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 53). Já Lênin diria que a dialética materialista seria “a doutrina do desenvolvimento em sua forma mais completa, mais profunda e mais isenta de unilateralidade, a doutrina da relatividade do conhecimento humano, que nos dá um reflexo da matéria em eterno desenvolvimento” (LÊNIN, n.d. apud TRIVIÑOS, 1987, p. 53).

Para o autor, a categoria essencial da dialética materialista é a contradição, e a lei mais fundamental é a lei da unidade e luta dos contrários, ou seja, a lei da contradição (TRIVIÑOS, 1987). No entanto, caracteriza como categorias básicas do Materialismo Dialético: a matéria (a realidade objetiva que existe independente de nossa consciência), a consciência (um reflexo da matéria, sua propriedade) e a prática social (processo objetivo de produção e transformação material) (TRIVIÑOS, 1987). Outra definição elementar apresentada por Triviños (1987) são as leis da dialética materialista. Para o autor, baseado em Engels, elas são três: a lei da passagem da quantidade à qualidade e vice-versa; a lei da interpenetração dos contrários; lei da negação da negação.

É possível notar, pois, nas definições de Triviños (1987) acerca da dialética materialista e do Materialismo Histórico, certa tendência ao marxismo hegeliano. Isso não significa minha discordância das definições apresentadas, ao menos não integralmente. Como contraponto, é possível expor a definição althusseriana a

respeito do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético. Para Althusser (1986), o Materialismo Histórico representa a ciência da história, que tem por objeto os modos de produção anteriores, atuais e futuros, não apenas o modo de produção capitalista. Estuda, por isso, a estrutura, a constituição e as formas de transição entre um modo de produção e outro. Nesse sentido, para Althusser (1986), o Materialismo Histórico representa a “ciência da ‘totalidade orgânica’ (Marx) ou a estrutura que constitui toda formação social dependente de um modo de produção determinado [...], o conjunto articulado de seus diferentes ‘níveis’ ou ‘instâncias’: a infraestrutura econômica, a superestrutura jurídico-política e a superestrutura ideológica” (p. 35) e suas formas de articulação e determinação.

Althusser (1986) ressalva que no modo de produção capitalista, o nível econômico é determinante em última instância, produzindo certa dependência dessa estrutura em relação a ele, mas isso não significa dizer que os demais níveis ou instâncias não possuam uma autonomia relativa, podendo cada um ser considerado um todo parcial, uma estrutura regional, passíveis de um tratamento relativamente independente. Consideradas suas formas de articulação e determinação em relação ao todo, isso nos permite estudar de modo separado, em um determinado modo de produção, cada um dos níveis e instâncias. A obra *O Capital*, de Marx, representaria, por exemplo, uma análise do nível econômico do modo de produção capitalista, ainda que não se limite apenas a ele.

Tais apontamentos permitem a Althusser (1986) ir além e elevar o Materialismo Histórico ao status de ciência, visto que não se atém apenas ao presente histórico de seu tempo, mas permite produzir o conhecimento sobre o passado, o presente e o futuro. Caso considerássemos o Materialismo Histórico apenas como a expressão de seu tempo, “então a ciência da história está despojada do status de outras ciências e se aproxima [...] do status hegeliano de filosofia, que é o da ‘consciência de si do presente’, ou ainda da ‘expressão’ teórica do presente histórico” (ALTHUSSER, 1986, p. 37). Ou seja, o Materialismo Histórico seria convertido em uma filosofia que abarca, inclusive, como seu método, o Materialismo Dialético, tornando-se um só, daí a expressão Materialismo Histórico Dialético, como a junção do par teoria e método correspondentes. Da interpretação do Materialismo Histórico como expressão do seu tempo também se origina o equívoco da interpretação historicista. Althusser (1986) atribui esse tipo de interpretação a Lukács e Gramsci,



propondo que os dois incorrem em ou num dogmatismo especulativo ou num empirismo.

Para Althusser (1986) o Materialismo Dialético representa uma disciplina teórica diferente do Materialismo Histórico, pois possui objeto distinto. O autor aponta como objeto do Materialismo Dialético “a história da produção de conhecimentos enquanto conhecimentos” (ALTHUSSER, 1986, p. 43). Essa teoria se distingue das teorias clássicas do conhecimento como Descartes, Husserl, Kant e Hegel e se apresenta como uma teoria da história da produção de conhecimentos, ou seja, “uma teoria das condições reais (materiais e sociais de um lado, e condições internas à prática científica, de outro) do processo desta produção” (ALTHUSSER, 1986, p. 43). Sendo assim, está para além da questão das garantias do conhecimento, mas coloca em jogo a questão do mecanismo da produção de conhecimentos enquanto conhecimentos (ALTHUSSER, 1986).

Para pensar a natureza específica da prática produtora de conhecimentos, a filosofia marxista [...] deve pensar necessariamente a relação existente entre esta prática e as outras práticas e ao mesmo tempo pensar a natureza específica destas outras práticas: econômica (transformação da natureza), política (transformação das relações sociais) e ideológica (transformação das ‘formas de consciência social’). Deve pensar também, e isto lhe diz respeito, nos tipos de determinação (articulação) próprios, que vinculam entre si as diferentes práticas e explicam, por exemplo, a autonomia relativa da prática ideológica e da prática científica. [...] O materialismo dialético não se refere às diferentes práticas, exceto com relação ao aspecto da intervenção delas na produção de conhecimentos. Não se refere a elas como instâncias constituintes dos modos de produção, o que é objeto do materialismo histórico. (ALTHUSSER, 1986, p. 44)

Por este motivo, para o autor, o Materialismo Dialético comporta uma teoria própria, com um sistema conceitual teórico que pensa seu objeto, e um método, que expressa a relação dessa teoria com seu objeto em sua aplicação (ALTHUSSER, 1986). Atribuir ao Materialismo Dialético uma concepção metodologista, como um simples método desprovido de teoria própria, viabiliza com que teorias ideológicas sejam camufladas sob as aparências de um método científico e com que a questão sobre a validade de seus objetos não seja produzida, precisamente porque este é o lugar ocupado pela teoria. Nesta cena se deve considerar que tanto teoria quanto método se remetem um ao outro, cada um incluindo o outro em si.

É por isso que os princípios materialistas da primazia do real sobre o conhecimento e da distinção entre o real e seu conhecimento são fundamentais para

que possamos estabelecer esta identidade. Sem dúvida o primeiro princípio materialista é basilar, mas apenas ele não é suficiente para diferenciar o conhecimento materialista do idealista. É sobre o segundo princípio que residem as principais distorções teóricas a respeito do materialismo no campo do conhecimento marxista, reduzindo o ser ao seu conhecimento (idealismo especulativo) e o conhecimento ao seu objeto real (idealismo empirista). O reconhecimento da importância do segundo princípio materialista “implica necessariamente a presença teórica da história da produção desta diferença e de seu efeito (a correspondência de conhecimento)” (ALTHUSSER, 1986, p. 47), e é precisamente nesse aspecto que o materialismo é dialético, porque “é a história, sob a forma da dialética, que está presente como categoria que constitui o próprio materialismo” (ALTHUSSER, 1986, p. 47). Estes princípios dizem respeito a “uma relação interior ao processo de uma história da produção de conhecimentos, e não como princípios que teriam valor por si mesmos e que se aplicariam, conseqüentemente, exteriormente a diferentes objetos, sendo um deles a História” (ALTHUSSER, 1986, p. 47), como frequentemente se observa na forma do marxismo hegeliano.

Ao que me interessa neste momento, penso ser suficiente esta exposição inicial de modo amplo e generalista das principais diferenças entre os materialismos e os marxismos, bem como uma definição mínima do que podemos entender por Materialismo Histórico e por Materialismo Dialético e suas diferenças de abordagem. Em momento oportuno, teorizarei mais a respeito dessa temática e o porquê é importante pensá-la na construção do conhecimento em turismo. Minha intenção na próxima seção é mostrar como essa disputa de narrativas no marxismo produz uma certa tendência dominante na abordagem do turismo e também um ponto de saturação.

## 2.2 REVISÃO SOBRE MATERIALISMO HISTÓRICO E MATERIALISMO DIALÉTICO EM FONTES DE DADOS BRASILEIRAS ESPECIALIZADAS EM TURISMO

Um processo de revisão é sempre um desafio, quer seja pelas inúmeras fontes possíveis, ou pela sempre delicada interpretação que se faça dos trabalhos lidos. Nesse sentido, uma boa definição de critérios iniciais é tarefa importante, visando minimizar as interferências e os desvios de percurso. Na primeira etapa desta

revisão definiu-se, assim, os critérios de seleção de periódicos científicos de turismo, visto que o volume de fontes e trabalhos, em geral, é grande. Descrevo os critérios a seguir:

- (a) **Periódicos vinculados à Programas de Pós-graduação em Turismo:** através de consulta à Plataforma Sucupira <<https://sucupira.capes.gov.br/>>, no intuito de listar os cursos avaliados e reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação do Brasil, selecionei a área de avaliação “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo” e, posteriormente, a área do conhecimento “Turismo”. Das instituições listadas pela plataforma, então, busquei a existência ou não de periódicos vinculados em seus respectivos endereços eletrônicos;
- (b) **Periódicos listados pela plataforma Qualis-Periódicos:** através de consulta à Plataforma Sucupira e à opção Qualis, defini como filtros de busca de periódicos aqueles classificados no quadriênio 2013-2016 (último período disponível até a consulta); na área de avaliação de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; editados no Brasil; pertencentes aos extratos superiores à classificação B3 (inclusive); e, em cujo título conste o termo “turismo” (termo de busca da plataforma);
- (c) **Periódicos vinculados à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo (ANPTUR):** realizei uma consulta ao endereço eletrônico da ANPTUR, listei as instituições vinculadas e, posteriormente, nos respectivos endereços eletrônicos, selecionei os periódicos vinculados à área de turismo.

Dos critérios descritos acima e após justaposição de periódicos que foram listados em mais de um critério, restaram os periódicos selecionados para análise neste processo de revisão, conforme Quadro 1. Reconheço a ausência de muitos periódicos relevantes quando da aplicação desses critérios, mas entendo que sua adoção tampouco prejudica o alcance daquilo que pretendo demonstrar aqui.

Quadro 1 – Periódicos científicos brasileiros de Turismo selecionados para análise  
(continua)

<b>N.</b>	<b>PERIÓDICO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b>	<b>CRITÉRIO DE SELEÇÃO</b>
1	Caderno Virtual de Turismo	Universidade Federal Fluminense (UFRJ/UFF)	<a href="http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno">http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno</a>	(a), (b) e (c)
2	Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo	Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)	<a href="http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit">http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit</a>	(b)
3	Revista Applied Tourism	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	<a href="https://periodicos.univali.br/index.php/ijth/index">https://periodicos.univali.br/index.php/ijth/index</a>	(a) e (c)
4	Revista Brasileira de Ecoturismo	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	<a href="https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/index">https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/index</a>	(b)
5	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo (ANPTUR)	<a href="https://www.rbtur.org.br/rbtur">https://www.rbtur.org.br/rbtur</a>	(b) e (c)
6	Revista de Turismo Contemporâneo	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	<a href="https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo">https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo</a>	(a), (b) e (c)
7	Revista Ecoturismo & Conservação	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	<a href="http://www.unirio.br/ccbs/ecoturismo/revista">http://www.unirio.br/ccbs/ecoturismo/revista</a>	(c)
8	Revista Eletrônica de Administração e Turismo	Universidade Federal de Pelotas (UFPeL)	<a href="https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/AT/">https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/AT/</a>	(b)
9	Revista Hospitalidade	Universidade Anhembi Morumbi (UAM)	<a href="https://www.revhosp.org/hospitalidade">https://www.revhosp.org/hospitalidade</a>	(a) e (c)
10	Revista Iberoamericana de Turismo	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	<a href="https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur">https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur</a>	(b)
11	Revista Turismo e Sociedade	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	<a href="https://revistas.ufpr.br/turismo">https://revistas.ufpr.br/turismo</a>	(a) e (c)
12	Revista Turismo em Análise	Universidade de São Paulo (USP)	<a href="http://www.revistas.usp.br/rta">http://www.revistas.usp.br/rta</a>	(a), (b) e (c)

				(conclusão)
13	Revista Turismo – Visão e Ação	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	<a href="https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/index">https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/index</a>	(a), (b) e (c)
14	Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	<a href="http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos">http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos</a>	(a) e (c)

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Após a seleção, foi realizada a busca pela expressão “materialismo histórico” através dos mecanismos de pesquisa disponibilizados nas plataformas de cada periódico. A escolha por essa expressão tem fundamento no objetivo de alcançar produções que situem seus trabalhos epistemologicamente no campo e/ou que elaborem alguma discussão a esse respeito. Optei por não utilizar a expressão “materialismo dialético” visto que após teste, a expressão “materialismo dialético”, quando produziu resultados, sempre veio inserida na expressão “materialismo histórico dialético”, nunca de modo de isolado. Não restringi a busca a nenhum campo específico. O único critério estabelecido nesta etapa, visando diminuir as interferências, foi a limitação temporal definida até o final do ano de 2021, haja vista que decidi por encerrar o processo de revisão em 2022. Sendo assim, dessa primeira seleção, obtive o total de onze (11) trabalhos, todos publicados até o final do ano de 2021 nos periódicos listados pelo Quadro 1.

Destes trabalhos, após a leitura, optei por excluir aqueles que em seu corpo textual não realizavam nenhuma discussão direta sobre o tema, apenas reconheciam a existência dessa perspectiva (1 trabalho) ou tinham em suas referências bibliográficas o título com a expressão pesquisada (1 trabalho). Desse segundo processo de filtragem resultaram nove (9) trabalhos. Os trabalhos são apresentados no Quadro 2:

Quadro 2 – Trabalhos publicados em periódicos científicos nacionais especializados do Turismo, resultantes da busca pela expressão “materialismo histórico”

(continua)

REVISTA	VOL./EDIÇÃO/ANO	TÍTULO	AUTORES	PALAVRAS-CHAVE
Caderno Virtual de Turismo	v. 8 / n. 2 / 2008	Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica	Leandro Henrique Magalhães	História do Turismo; Turismo de Massa; Mundo do Trabalho.
	v. 18 / n. 3 / 2018	Análise da produção científica norteadada pela abordagem do Materialismo Histórico Dialético: um recorte temporal de 2004 a 2014 das revistas científicas brasileiras	Luiz Daniel Muniz Junqueira	Materialismo Histórico Dialético; Epistemologia do Turismo; Produção Científica.
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	v. 9 / n. 3 / 2015	Turismo e a dinâmica sócio-espacial do litoral de Santa Catarina	Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira	Turismo; Dinâmica sócio-espacial; Litoral de Santa Catarina.
	v. 13 / n. 2 / 2019	O ritual da interpelação ideológica no Turismo LGBT e a impossibilidade do desejo que se desloca	Maicon Gularte Moreira; Luciene Jung de Campos	Turismo; Análise do Discurso; LGBT; Ideologia; Desejo.
Revista de Turismo Contemporâneo	v. 3 / n. 1 / 2015	Planejamento do turismo na perspectiva territorial na região extremo sul do RS/Brasil	Sarah Minasi	Território; Planejamento Turístico; Gestão Pública.
Revista Turismo e Sociedade	v. 14 / n. 2 / 2021	Turismo e o conceito marxista de estranhamento do trabalho	Renan Augusto Moraes Conceição	Trabalho em turismo; Estranhamento do trabalho; Epistemologia do turismo; Teoria crítica do turismo.
Revista Turismo em Análise	v. 15 / n. 2 / 2004	Ensaio sociológico sobre o fenômeno do lazer em Karl Marx e Paul Lafargue	João dos Santos Filho	Marxismo e o fenômeno do turismo; Capital e Turismo; Lazer e os modos de produção; Historiografia marxista do turismo.
Revista Rosa dos Ventos	v. 10 / n. 1 / 2018	Aparência versus Essência nos Espaços Apropriados pelo Turismo: Delineamentos Possíveis a Partir de Distintos Procedimentos Epistemológicos	Rodrigo Meira Martoni	Turismo; Epistemologia; Método; Dialética do Materialismo Histórico.

(conclusão)

	v. 10 / n. 3 / 2018	Brasil Turístico: Efeitos de Sentido e Condições de Produção na Copa do Mundo Fifa 2014, Brasil	Luciene Jung de Campos; Mateus Vitor Tadioto; Ana Magnus Bresolin; Sofia Guerreiro Sangalli	Turismo; Análise do Discurso; Sexualização; Brasil Turístico.
--	---------------------	---	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Por meio desse processo, ainda é preciso reconhecer que trabalhos relevantes possam ter ficado de fora, pois muitos trabalhos que aportam ao Materialismo Histórico e/ou ao Materialismo Dialético, ou ainda sob a chancela do Materialismo Histórico Dialético, não o identificam como termo de indexação. No entanto, para os fins que proponho aqui, acredito ter alcançado um recorte sobre produção nacional que tem no Materialismo Histórico e no Materialismo Dialético (ou em sua variação de nomenclatura), a partir de sua intersecção com o turismo, e produzida no interior da área de conhecimento turismo, uma perspectiva de análise suficiente para que tenhamos condições de realizar uma exposição e um debate qualitativos.

Ao olharmos para os trabalhos buscados a partir da expressão “materialismo histórico” em periódicos nacionais especializados em turismo, nos deparamos com uma diversidade de temáticas e modos de construção teórico-metodológicos que, no entanto, partem de uma premissa em comum: adotam como orientação epistemológica o Materialismo Histórico ou Materialismo Histórico Dialético. Essa orientação, na maioria dos trabalhos, ora aproxima-se mais de uma orientação filosófica (a crítica ao modo de produção capitalista e suas contradições), ora aproxima-se mais de uma orientação metodológica (um modo proceder a abordagem do objeto), e ora aproxima-se mais de uma orientação teórica (a teorização de conceitos marxistas a partir de sua relação com o turismo). Tais orientações não se dão de forma isolada, aparecendo as vezes em complemento uma à outra, recebendo mais destaque aquela que se ajusta mais ao estilo e objetivo de um determinado autor.

Os trabalhos que se orientam mais por uma abordagem teórica marxista acabam por limitarem-se aquilo que Triviños (1987) e Althusser (1986) irão chamar de Materialismo Histórico, ou seja, à teoria científica dos modos de produção desenvolvida por Marx e seus respectivos conceitos, tangenciando e até mesmo reconhecendo a dialética como o movimento de transformação de realidades

materiais, mas não discutindo-a. Os trabalhos que se caracterizam mais por uma abordagem filosófica e uma abordagem metodológica marxistas, por sua vez, são aqueles que predominantemente irão denominar sua orientação epistêmica de Materialismo Histórico Dialético, em que teoria e método se mesclam e a dialética assume um papel central na construção e desconstrução de seus objetos por meio de suas categorias, ou seja, assume a forma de uma base filosófica e de um modo de orientar o olhar analítico. Nesses últimos trabalhos, por vezes, categorias da dialética e conceitos do Materialismo Histórico misturam-se, pois não há uma definição clara da dialética marxista, que é predominantemente definida a partir dos supostos da dialética hegeliana. Há, no entanto, em um trabalho, uma tentativa clara de distinção entre a dialética hegeliana e a dialética marxista. Essa proposta tem, contudo, um viés dentro do marxismo hegeliano.

Quando essa discussão vem à tona, os trabalhos que a fazem atribuem à Marx um objeto diferente do de Hegel. Em Marx temos o mundo material e em Hegel o mundo das ideias, bastando, portanto, aplicar o método hegeliano sobre a materialidade concreta da produção histórica para que se tenha a efetiva diferença entre um método e outro, ou seja, para que se tenha a dialética marxista. Me questiono, no entanto, se as categorias que derivam dessa mudança de objeto não sofrem, por razão de origem, uma transformação, ou mesmo se não se apresentam na forma de categorias completamente novas. Tal discussão nos conduz para as diferentes perspectivas no interior do marxismo, de interpretação epistemológica da obra de Marx, conforme já destaquei na seção 2.1. Essas diferentes perspectivas marxistas acabam por disputar os sentidos em torno da epistemologia marxista no turismo, com a clara predominância de uma sobre outras. Julgo, portanto, que é em torno deste debate epistemológico que devo me debruçar, visto que pode servir para, a partir dos tensionamento produzidos, fazer surgir outras possibilidades de interpretação futura.

Dos nove trabalhos revisados, apenas dois se debruçam efetivamente sobre a discussão da caracterização e diferenciação da dialética marxista (JUNQUEIRA, 2018; MARTONI, 2018). Santos Filho (2004) até reconhece que o idealismo por trás do pensamento hegeliano dificulta a apreensão do pensamento marxista no turismo, estabelecendo uma crítica à noção de história em Hegel, cuja “materialidade inexistente como base concreta, pois o que prevalece é a noção de espírito absoluto, que nega toda a substância e abole a natureza” (p. 160). No entanto, Santos Filho (2004) adota



um marxismo hegeliano orientado por György Lukács, em que a consciência da realidade assume papel central em suas possibilidades de transformação, e cuja proposta de orientação dialética retroalimenta-se pela mesma base da dialética hegeliana. Ou seja, ao mesmo tempo em que se nega Hegel em alguma medida, há uma dificuldade em romper com a base de sua dialética pela inexistência explícita de uma orientação acerca da dialética marxista. O que se verá mais à frente.

Percebe-se isso, de forma muito clara, quando Junqueira (2018), por exemplo, afirma que “[...] a obra essencial que apresentou a concepção do método do Materialismo Histórico Dialético é a de Hegel, pois foi quem originou o conceito e projetou plena luz sobre a importância, a função, a multiplicidade de contradições no homem, na história e até mesmo na natureza” (p. 132). Sabemos, no entanto, que a afirmação sobre o materialismo de Hegel é imprecisa, visto que é considerado um dos mais renomados idealistas da história. Todavia, para Junqueira (2018), ancorado em pressupostos de Henri Lefebvre, o Materialismo Dialético traduz-se pela síntese entre o materialismo filosófico (realidade humana) e a dialética de Hegel (teoria das contradições), ou seja, como uma junção entre o pensamento de Feuerbach com a dialética de Hegel (JUNQUEIRA, 2018). A diferença recairia sobre uma suposta recusa a objetos metafísicos em detrimento de objetos concretos que perfazem a realidade humana objetiva. O autor conclui que Marx apoia-se na lógica da dialética hegeliana, em que “a superação dialética é simultaneamente a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior” (KONDER, 1995 apud JUNQUEIRA, 2018, p. 133). Junqueira (2018), portanto, reproduz integralmente o esquema dialético hegeliano como proposição de seu trabalho que, contudo, não se desdobra em análise, visto que faz uma revisão bibliográfica sobre o Materialismo Histórico no turismo. Pode-se, ainda assim, perspectivar a proposição de Junqueira (2018) no contexto do marxismo hegeliano.

Martoni (2018), por outro lado, busca estabelecer uma distinção explícita entre Hegel e Marx, ainda que em referência à Lukács. O faz, inicialmente, pela distinção entre fenomenologia dialética e dialética marxista. Na primeira, para o autor, “a sociedade é um processo dialético, que envolve tanto a atividade humana subjetiva quanto a estrutura social objetiva, ou seja, os homens produzem a sociedade e são produzidos por ela [o produto retroage sobre o produtor]” (MARTONI, 2018, p. 8-9). Na segunda, a dialética marxista, a sociedade é o produto coletivo das relações

sociais e de produção, portanto “as categorias constitutivas de um fato ou conjunto de fatos precisam ser analisadas conforme suas complexidades interativas e ‘não [como] uma interação simples de fatores fixos” (MARTONI, 2018, p. 9). Martoni (2018) também diferencia o método da teoria de Marx, mas reconhece a relação intrínseca entre um e outro.

E, ao contrário de muitas proposições dialéticas no âmbito do turismo, para Martoni (2018) a dialética em Marx “não consiste em uma tese seguida de uma antítese para a síntese somente por meio do ‘espírito’, mas na afirmação da materialidade social, a negação e a negação da negação como nova afirmação” (ELLUL, 2003 apud MARTONI, 2018, p. 11). Na própria construção deste texto, “somente por meio do” nos revela que não há um efetivo rompimento com o núcleo estruturante da dialética que se quer negar, mas uma assimilação dessa estrutura em vistas de pô-la sobre uma outra aparência. Assim, ainda que Martoni (2018) seja o único autor que efetivamente avança sobre o conteúdo da dialética marxista no âmbito do turismo, parece permanecer nele certo vício de origem que, a meu ver, é consequente de sua filiação ao marxismo de György Lukács e, conseqüentemente, ao marxismo hegeliano.

Mesmo assim, entre os trabalhos revisados, o de Martoni (2018) é aquele com maior grau de profundidade e aproximação aquilo que entendo ser necessário para que possamos efetivamente avançar sobre uma epistemologia marxista no turismo. O autor chega a propor algumas categorias da dialética marxista sobre as quais devemos nos debruçar na análise do fenômeno turístico: a determinação, a mediação, a contradição e a totalidade. As determinações seriam as categorias que formam o objeto e que, quando mediadas, expressam e são expressão de uma totalidade. As mediações seriam assim, o papel que desempenham as diferentes determinações na efetivação das conexões de um objeto com a realidade social e espacial e que conduzem a uma concreção do pensamento (MARTONI, 2011). A totalidade, por sua vez, não seria um conjunto de fatores fixos que formam uma unidade, mas “uma diversidade de relações entre categorias dinâmicas como ‘diferenças dentro de uma unidade’ (MARX, 2011, p. 53)” (MARTONI, 2018, p. 16). Por fim, a contradição estaria para ele atrelada ao movimento da realidade concreta, de modo que envolveria “forças de origens não independentes operando de forma que a força F tenda a produzir ou seja ela mesma o produto de condições que, simultânea ou subseqüentemente,

produzam uma força F' contrária que tende a frustrar, anular, subverter, ou transformar F" (BOTTOMORE, 2012, p. 118 apud MARTONI, 2018, p. 14).

Algumas dessas categorias também aparecem em outros trabalhos revisados e ganham distintos contornos. Nesse sentido, pode-se destacar as categorias de totalidade e de contradição. A totalidade, para Junqueira (2018), representa uma estrutura significativa proporcionada por uma visão de conjunto da realidade com a qual o homem se defronta em uma situação dada. Para o autor essa totalidade representa mais do que a soma das partes que a constituem. Por outro lado, para Magalhães (2008) a totalidade é histórica e representa o conjunto das dimensões que envolvem a forma social, aparecendo como dimensões explicativas que partem da economia, da política, da cultura e de aspectos sociais. Pereira (2015), não apresenta de modo explícito sua definição de totalidade, mas é possível apreender que para a autora, a totalidade igualmente representa diferentes níveis/formas, com escalas variáveis e determinados de forma múltipla que constituem o espaço (objeto da autora cujo trabalho orienta-se por uma abordagem geográfica).

Por sua vez, a contradição, embora apareça de modo frequente em todos os textos, como aquilo com o qual precisamos lidar na busca pela transformação do turismo, como elementos que atribuem teor negativo a determinado aspecto do fenômeno, como alvo das análises a serem feitas para desvendarmos os meandros de nossos objetos numa determinada formação social, não é maiormente abordada ou teorizada senão no texto de Martoni (2018). Mas é possível obter outras duas definições. Em Junqueira (2018), a contradição aparece como oposição entre interesses privados e comuns, ainda que seja feita a ressalva que não se trata apenas de uma simples oposição, mas da "ação de elementos diferentes para produzir uma nova realidade" (p. 133). Por outro lado, em razão da linha teórico-metodológica com a qual trabalham, que faz entrelaçarem-se os campos do Materialismo Histórico, da Linguística e da Psicanálise, em Campos, Tadioto, Bresolin e Sangali (2018), a contradição é definida como "expressão do inconsciente, que se manifesta na ideologia" (p. 625). Vale ressaltar que neste último trabalho, os autores vinculam o Materialismo Histórico à vertente produzida por Louis Althusser e seu conceito de ideologia, tal como o fazem Moreira e Campos (2019), numa clara adesão ao marxismo estruturalista althusseriano, conforme classificação de Boucher (2015).

Martoni (2018) também busca diferenciar Hegel de Marx por meio de uma definição desse movimento dialético que opera sobre a transformação da realidade

concreta. Em Hegel, a dialética consistiria no movimento “do pensar onde as contradições são antíteses que agem para o aprimoramento da razão ou conhecimento absoluto, o qual, por sua vez, se externalizaria com a formatação de situações ideais ou uma síntese social mais avançada” (MARTONI, 2018, p. 18). Em Marx, a dialética consistiria no movimento “da própria realidade histórica e social, onde a situação [ou afirmação] concreta contém sua negação e que, no decurso do tempo, irá necessariamente gerar condições para uma negação da negação, convertendo-se em nova afirmação” (MARTONI, 2018, p. 18).

Em Hegel é a razão que se modifica e transforma a realidade; em Marx, são as contradições do tempo histórico que a movimentam e estabelecem caminhos para uma nova situação, tratando-se de uma dinâmica impelida pela sociedade de classes e, portanto, que não é condicionada pela realidade como se essa não fosse formada por sujeitos sociais ativos, tais como no materialismo mecânico (MARTONI, 2018, p. 18)

Outro elemento que é possível observar em Martoni (2018), é uma explícita preocupação em posicionar os sujeitos como elementos ativos e determinantes do processo de construção e transformação social. Encaro esta preocupação como originada na vertente marxista com a qual trabalha, haja vista as críticas que outras linhas do marxismo tidas como ortodoxas experimentam por supostamente proporem um papel passivo ou de suporte dos sujeitos diante da realidade concreta. Para o autor, “o Materialismo Histórico é uma ciência que não fornece soluções teóricas para problemas reais, mas uma ciência crítica que fornece aos sujeitos reais elementos de análise para a sua prática” (FARIA, 2011 apud MARTONI, 2018, p. 16). Percebe-se aqui, como já exposto anteriormente, tendência do autor à caracterização do marxismo como filosofia da práxis. Ou seja,

[...] a epistemologia que irá norteá-la [a dialética] será a do Materialismo Histórico, onde, conforme apontado, a primazia é a da realidade produzida pelo trabalho e pela práxis em uma considerada formação social [a capitalista] e onde o ‘ser social do homem [e não o ser individual] condiciona a sua consciência [sendo que] a condicionalidade anuncia que há um sujeito social, sujeito ativo e condicionante [...] da construção social [...]’ (Faria, 2011, p.19). (MARTONI, 2018, p. 17)

Esse cuidado em torno do papel da noção de sujeito, seja individual ou coletivo, no processo de construção e transformação social, como elemento ativo ou passivo, nos conduz ao debate em torno do humanismo no marxismo. Mais

especificamente, os autores do marxismo referentes ao marxismo hegeliano demonstram tal preocupação, como é o caso de Martoni (2018) e Santos Filho (2004). Em referência à Lukács, Santos Filho (2004) considera a luta de classes como elemento composto por “formas moventes e movidas da própria matéria: formas do existir, determinações da existência’ (Lukács, 1978:3), que são transformadoras da realidade e só podem existir quando o pensamento racional governa o descobrir do concreto” (SANTOS FILHO, 2004, p. 151). Ainda que se opere sob a alcunha da luta de classes (ou de um sujeito social) percebe-se, aqui, o papel ativo do sujeito racional no processo, colocando o homem como elemento central da produção da história. Há uma tentativa de valorização dessa consciência, da razão, como elemento transformador da realidade, tornando o sujeito independente e movimentando “a vida segundo os interesses nobres da luta política e ideológica, no contexto de uma sociedade na qual o trabalho liberte o homem, e não o escravize” (SANTOS FILHO, 2004, p. 154). De forma oportuna, já relatamos na seção 2.1 o motivo pelo qual os marxistas hegelianos adotam esta posição.

Essa, como se sabe, é uma problemática eminentemente humanista, que busca a libertação do homem pelo homem por meio de sua consciência. Há, contudo, uma linha tênue entre o humanismo e o idealismo que, se não bem demarcada, pode conduzir os autores a um flerte não desejado. Santos Filho (2004) chega à referir-se ao homem como o “rei da terra” (p. 156) e a dizer que “[...] o homem tem o poder de idealizar tudo aquilo que pretende realizar, pois é na consciência que ocorre o papel definitivo e decisivo de dar respostas à realidade e marcá-la com o timbre de humanidade por meio do trabalho” (p. 154). Essa apaixonada busca pela libertação do homem dos grilhões que o aprisionam ao reino da ideologia dominante é essencialmente humanista. Esse reino da liberdade refere-se a um suposto momento em que o trabalho deixaria de ser determinado por necessidades e utilidades exteriormente impostas, ou seja, o homem reencontraria sua essência anteriormente alienada pelo trabalho e determinaria o fim de toda história.

A referência ao Marx dos Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844 não é feita, mas fica clara para o leitor marxista e demarca-se também por sua roupagem lukácsiana. Não se deseja advogar aqui a favor ou contra determinada posição teórica, apenas dar destaque a ela, visto que no interior do marxismo existem posições divergentes que, inclusive, defendem o marxismo como um anti-humanismo teórico, como é o caso do marxismo estruturalista althusseriano, observado nos trabalhos de

Campos, Tadioto, Bresolin e Sangali (2018) e Moreira e Campos (2019), que supõem um tipo de racionalidade descentrada, calcada no inconsciente, diferente à do modelo marxista hegeliano.

Por sua vez, essa busca por uma essência do real nos impõe pensar sobre o próprio processo de produção do conhecimento, o que entendemos por conhecimento, como se dá a apreensão deste conhecimento da realidade objetiva. E este debate nos remete novamente ao par idealismo e materialismo, à dialética hegeliana e à dialética marxista. Essas questões aparecem de modos distintos nos trabalhos revisados. Para Junqueira (2018) é no confronto de contradições que se pode observar um novo conhecimento. Para o mesmo autor, o Materialismo Histórico Dialético busca o conhecimento da essência e não se limita às representações fenomênicas. Posição que também será defendida de outro modo por Martoni (2018) em seu ensaio que põe em destaque a discussão da aparência versus a essência do turismo. Junqueira (2018) defende que:

A pesquisa seguindo os princípios do método marxista, para atingir a concreticidade, precisa partir do concreto real, ou seja, os pressupostos do objeto e, por meio da análise, chegar às abstrações idealizadas, momento em que o pesquisador possui uma visão caótica do todo. Como esses dados concretos não podem ser explicados por si só, é preciso passar para as abstrações mais complexas, momento em que se estabelecem as mediações necessárias para se compreender a essência do fenômeno. Chegando nesse estágio, torna-se necessário fazer o caminho inverso e formular os conceitos a partir das abstrações reais e determinações mais simples. Após esse percurso, as determinações mais simples, ou seja, o objeto de estudo do pesquisador, não é mais entendido por si mesmo ou isoladamente, mas como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. (SBARDELOTTO; DALAROSA; NASCIMENTO, 2009 apud JUNQUEIRA, 2018, p. 136-137)

A abordagem do objeto, por esse viés, parte de um suposto concreto real, que conduz o pesquisador a abstrações idealizadas que, por sua vez, quando colocadas em mediação, produzem abstrações complexas ou reais, ou seja, sua essência. Seriam essas abstrações reais confrontadas com as determinações simples que produziriam uma visão universal do objeto, pelo conjunto de suas múltiplas determinações e relações diversas. Na mesma linha, Martoni (2018) propõe, seguindo Lukács, que o universal não seria um produto da consciência, mas uma categoria objetiva da realidade existente em si, operando para além de nossas vontades individuais. Questiono-me, no entanto, se seria possível determinar a totalidade dos determinantes sobre um objeto real ou se essa totalidade não seria sempre uma

construção em torno do objeto de conhecimento? Uma vez que se trata de um objeto pensado e não o objeto real em si, essa totalidade não seria sempre um produto do pensamento sobre o objeto de conhecimento? Seria possível apreender o universal como um concreto externo ao pensamento como no materialismo ingênuo? Por fim, e mais afundo, é possível acessar o real?

Tais questionamentos não são produzidos, como talvez se possa pensar, à luz de um idealismo subjetivo, como chama Martoni (2018), mas à luz do reconhecimento de que também nossas abstrações podem ser entendidas como concreções reais, pensamento concreto, produzidas a partir de determinações reais. Ao observar determinado objeto não temos condições de afirmar acessar o seu real, uma vez que tudo o que podemos acessar são fragmentos desse real, produzidos por nossa leitura sobre o objeto. Do contrário, não estaríamos recaindo novamente sobre uma espécie de empirismo, crendo que o real fala conosco? Ou, como chama Martoni (2018) a essa linha de pensamento, não estaríamos recaindo numa perspectiva neopositivista da ciência se acreditarmos poder determinar a totalidade de determinações e relações de um objeto, seu real? Não se quer, contudo, afirmar que o processo de produção de conhecimento ocorre independentemente de um objeto real, no pensamento, mas em relação a um objeto, o objeto de conhecimento, e que este, por sua vez, será sempre diferente do objeto real. Se para nos defrontarmos com a essência de um objeto necessitamos nos desvencilhar daquilo que se reflete apenas como aparência, seria a essência um todo ou uma parte deste real?

Martoni (2018) demonstra em seu texto estar imerso a esta reflexão e observa que a simples descrição positiva de um objeto não permite atingir sua estrutura fundamental. O autor fala: “nota-se que a essência não é algo que está ‘por trás’ do objeto, mas trata-se das próprias relações que somente podem ser desvendadas por um pensamento que não acredita na sua independência e não se contenta com a sua imediaticidade” (MARTONI, 2018, p. 13). E concordo com Martoni (2018) nesse sentido: o objeto real não é um produto da ideia. Mas é preciso ratificar que não se trata aqui, no processo de produção de conhecimento, do objeto real, que existe independente do pensamento e de qualquer produção que façamos sobre ele, mas do objeto de conhecimento. Como poderíamos nós, então, determinar a essência de um objeto real e apreender como conhecimento a mediação entre aparência e essência deste objeto real se não pela via do pensamento, ou seja, pela via de um objeto de conhecimento que nos dá um conhecimento deste objeto real?

Eis a importância de termos o conhecimento do método e uma clara definição deste. Enquanto não avançarmos sobre este tema, estaremos sempre predestinados a leituras e leituras de leituras. As pistas deixadas por Marx de seu método dialético são ainda uma discussão em andamento, razão pela qual nosso papel enquanto pesquisadores do campo epistemológico do turismo é o de enfrentar o debate. Martoni (2018) se destaca nesse sentido, mas é preciso observar que sua leitura da obra de Marx possui um viés, assim como todas as nossas leituras. Observar os diferentes vieses e apreender aquilo que cada um tem a contribuir, eis o nosso papel.

Trago à luz essas considerações não por discordar ou concordar com um autor ou outro, mas para evidenciar que, mesmo no interior do marxismo as leituras sobre o processo de produção de conhecimento podem ser diversas e, portanto, questionadas. Assim é, afinal, o processo de produção de conhecimento, um processo sem fim precisamente porque o real nos é inacessível. O real é, inclusive, exatamente aquilo que é negado nos espaços de formalização do turismo, ou seja, aquilo que sempre escapa, sobretudo quando levamos em consideração as violações éticas que produz. A esse respeito, citei diversos exemplos na seção 1.1. Se de um lado temos o dever de sermos vigilantes com o absolutismo da ideia, temos igualmente o dever de vigiar para não cairmos no absolutismo da empiria.

E qual a importância de pensarmos nesses aspectos no que diz respeito ao estudo do turismo? Em minha visão, para que possamos ultrapassar o simples tratamento do turismo como objeto de conhecimento de outras disciplinas, ou mesmo para ultrapassar o limite da descrição crítica sobre a produção do turismo no contexto do modo de produção capitalista, faz-se necessário que avancemos em torno de um método e de um referencial teórico efetivamente capazes de pôr em questão a complexidade deste espaço entre o ideal e o real do turismo.

Podemos observar nos trabalhos revisados, através das relações estabelecidas entre os conceitos do Materialismo Histórico e do turismo, que poucos são aqueles que se desafiam a ultrapassar limites descritivos, prescritivos, conciliadores e críticos do modo de produção do turismo, conformados a supostos epistemológicos que ainda sustentam alguns aspectos da ciência burguesa capitalista, como é o caso do marxismo humanista. A maioria dos trabalhos aporta ao referencial do Materialismo Histórico e/ou do Materialismo Histórico Dialético para analisar o turismo enquanto objeto e daí tirar suas conclusões, alcançando um elevado nível de criticidade no que diz respeito aos aspectos ideológicos do turismo,



mas esbarrando na transformação desses conteúdos em proposições teóricas para a construção de uma base epistemológica para o turismo enquanto prática teórica científica.

Junqueira (2018), por exemplo, aborda o turismo como um objeto material de estudo que se expressa no trabalho realizado sobre a natureza e as relações sociais em torno do capital. Em sua análise, o autor observa nos trabalhos pesquisados, a existência de relações estabelecidas com a crítica ao capitalismo e de relações com as contradições no turismo, para poder caracterizá-las como materialistas. A simples constatação de elementos presentes em seu referencial teórico acerca do Materialismo Histórico Dialético faz com que ele caracterize os estudos de tal forma, não havendo uma preocupação com certa coerência epistemológica nos trabalhos para com um método ou teoria orientadas por Marx.

Também para Magalhães (2008), a análise do turismo traz estreita relação com os conteúdos em torno do trabalho, numa perspectiva histórica. Ele apresenta o turismo moderno como consequência da constituição da economia capitalista e de suas relações de trabalho, que passa a ter uma definição maior sobre o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho. Seria, para o autor, da exclusão proporcionada pelo capitalismo que o turismo teria condições de se constituir, surgindo primeiro como uma conquista do trabalhador e, posteriormente, reapropriada pela burguesia. Magalhães (2008) mostra como o turismo vai sendo afetado pela mudança nas relações de trabalho, em modelos como o fordismo (maior controle do tempo) e o toyotismo (flexibilização e desregulamentação das relações trabalhistas, precarização, jornadas de trabalho mais elevadas, desarticulação do sindicalismo). E, por fim, expõe a crescente diminuição da distinção entre o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho, pensando em como isso pode afetar o turismo. Não é ultrapassado, portanto, o limite descritivo do turismo enquanto objeto, visto desde uma perspectiva do Materialismo Histórico. Trata-se de uma descrição analítica formidavelmente produzida, mas que não pensa em como isso se desdobra para a constituição do conhecimento em turismo.

Pereira (2015) realiza um longo relato, baseado em pesquisa bibliográfica e documental, sobre o processo histórico de formação socioeconômica da faixa litorânea no estado de Santa Catarina (SC), e como essas dinâmicas influenciaram na ocupação/organização desse espaço para o turismo. Com isso, a autora alcança múltiplas determinações históricas que envolvem o processo da gênese e do

funcionamento do turismo, nos dando pistas de algumas dimensões envolvidas em torno de um possível objeto do turismo. No entanto, embora defina como seu método o Materialismo Histórico Dialético, não disserta a respeito, não define sua estrutura e nem pensa em seus conceitos, tampouco busca definir qual seria este objeto. Apenas aborda diferentes contradições que envolvem as dimensões da atividade numa perspectiva histórica para compreender a formação/transformação do espaço para o e pelo turismo ao longo do tempo, abordando-o a partir de uma perspectiva teleológica da história. Não ultrapassa, portanto, o limite descritivo.

Minasi (2015) apresenta o território como expressão das “contradições do modo de produção capitalista ou as contradições do espaço-mercadoria” (CORIOLANO, 2006 apud MINASI, 2015, p. 142). Assim, o território “é o lugar, o espaço das resistências, onde se travam as lutas cotidianas, a exploração das forças de trabalho, o fluxo da mais-valia e a reestruturação produtiva da acumulação capitalista” (CORIOLANO, 2006 apud MINASI, 2015, p. 143). Nessa perspectiva se dá a produção de territórios pelo e para o turismo, “que reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas” (MINASI, 2015, p. 143). No trabalho, o turismo é analisado por referencial oriundo da Geografia, numa perspectiva muito mais teleológica, do que efetivamente dialética. A simples presença de conceitos marxistas e do reconhecimento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista não são capazes, por si só, de colocar em funcionamento um método, que não ultrapassa o simples movimento de exposição de elementos contraditórios.

Conceição (2021) propõe realizar a análise do estranhamento do trabalho no turismo a partir da articulação dos conceitos de valor, mercadoria e estranhamento do trabalho. Este último também nomeia de alienação do trabalho. Para o autor, o produto turístico apenas existe em função do trabalho empregado em sua operação, “[...] uma vez que é na produção do atrativo turístico, ou seja, na produção de uma mercadoria, que a atividade turística se desdobra” (CONCEIÇÃO, 2021, p. 83). O autor busca demonstrar de que modo a produção de mercadorias e a troca de mercadorias ocultam as características sociais do trabalho, ocultando também as relações sociais entre os trabalhos individuais e concretos. Complementa que “a mercadoria do turismo não é vista como mercadoria, o que leva ao desconhecimento de seus mecanismos de ocultação” (CONCEIÇÃO, 2021, p. 86). Esse ocultamento é o que promove o estranhamento do trabalho. Nesse sentido, os trabalhos de agentes de viagens, em hotéis, de transportes, etc., são parte do processo de produção da mercadoria final (o

produto turístico), mas são vistos de modo independentes, dissolvidos numa cadeia de serviços prestados por diversos agentes, como se a mercadoria turismo existisse por si. Por isso, o autor considera que o turismo reproduz o mesmo funcionamento da mercadoria no modo de produção capitalista, razão pela qual irá definir o turismo como uma mercadoria, ao passo que “o componente gerador do valor daquela mercadoria turística está na cadeia de trabalho existente para que o turista alcance aquele momento” (CONCEIÇÃO, 2021, p. 92). Percebe-se, no trabalho do autor, um esforço genuíno de articulação entre conceitos do Materialismo Histórico e do turismo, mas cujas relações estabelecidas não se desdobram em orientações de ordem epistemológica.

Já Santos Filho (2004) sinaliza nas obras de Karl Marx e Paul Lafargue um aporte teórico para a compreensão das categorias de trabalho e não-trabalho, apreendendo o lazer como um fenômeno que pode ser entendido a partir da história dos meios de produção. O autor propõe o estudo do modo de produção capitalista como “extremamente útil na busca por determinações que explicam o lazer e o turismo na sociedade contemporânea” (SANTOS FILHO, 2004, p. 151-152). Nesse sentido, Santos Filho (2004) reflete que “o trabalho determinará a necessidade do não-trabalho que, conseqüentemente, será tipificado em diferentes atividades de lazer e turismo segundo o desenvolvimento das relações de produção” (p. 158). Santos Filho (2004), portanto, busca aportar estas categorias para a constituição de uma episteme materialista no turismo desde a perspectiva do Materialismo Histórico.

Trago apenas alguns exemplos entre os trabalhos revisados, e que foram anteriormente pouco discutidos, para demonstrar que em sua maioria, as questões relacionadas por eles em torno da relação entre o Materialismo Histórico e o turismo, dizem respeito à categoria trabalho e/ou à produção/transformação do espaço. A primeira temática vinculada a estudos da sociologia e da economia política, e a segunda perspectivada por uma abordagem oriunda da geografia. Estas áreas trazem consigo seus objetos para o cenário do turismo, localizando nele suas próprias teorias. É possível dizer que, quando se trata do posicionamento epistemológico do marxismo no campo do turismo, a corrente do marxismo hegeliano (e de correntes que com ele dialogam) é dominante sobre as demais<sup>18</sup>. Ainda que se possa localizar trabalhos inscritos no marxismo estruturalista althusseriano, estes estabelecem essa relação a

---

<sup>18</sup> Essa constatação também deriva do fato de a linha editorial das principais editoras de livros marxistas no país orientar-se por essas perspectivas.

partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de Michel Pêcheux, colocando em segundo plano a questão da discussão epistemológica do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético no turismo. Portanto, há um forte apelo ao hegelianismo e ao humanismo de Marx. Isso não quer dizer, de modo algum, que o conhecimento produzido por esses e outros trabalhos marxistas não seja válido, ou não possua coerência com o referencial teórico adotado, mas que há, de certo modo, uma relatividade e um ponto de saturação no que diz respeito às proposições e à crítica que empreendem sobre o turismo a partir de suas bases referenciais.

Os trabalhos revisados apresentam elevado grau de criticidade ao modo de produção do turismo, ao seu papel no contexto do modo de produção capitalista, e fazem suas exposições articulando conceitos oriundos do Materialismo Histórico para a análise do turismo. A questão que busco ressaltar é a falta de reflexão sobre o saber epistemologicamente aquilo que se está produzindo enquanto conhecimento, qual o lugar que esse conhecimento ocupa no campo, quais os desdobramentos para a constituição do turismo enquanto prática teórica científica que orienta outras práticas, quais os elementos teóricos disruptivos que nos permitem pensar alternativas a esse modo de pensar o fenômeno, quais os limites do conhecimento que tem sido produzido, seus acertos, seus equívocos, que caminho devemos trilhar.

A validação empírica do conhecimento produzido não prescinde a prática teórica mas, ao contrário, deveria ser entendida como consequência dela. Como vimos, a prática teórica marxista e a prática teórica científica em geral possuem estreito compasso, uma não caminha sem a outra, de tal modo que é preciso pensar nessa constituição epistemológica à medida em que ela se desenvolve, o que não me parece, salvo poucas exceções, uma preocupação dos trabalhos marxistas do campo.

A meu ver, o que está em jogo aqui é o lugar ocupado pelo Materialismo Dialético, na visão althusseriana (ALTHUSSER, 1986), em sua articulação com o Materialismo Histórico, no processo de produção de conhecimento no turismo. É a reflexão produzida pelo Materialismo Dialético em torno do processo de produção de conhecimento, em sua relação com o Materialismo Histórico, que poderá nos fazer avançar sobre a constituição de uma episteme materialista do turismo, rompendo com as bases epistemológicas que o sustentam nos preceitos ideológicos da ciência burguesa capitalista.

### 2.3 DELIMITAÇÃO DE UM PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO, DOS OBJETIVOS E DE SEUS DESDOBRAMENTOS

Dada a discussão estabelecida até aqui, para que seja possível expor o que considero como um problema de investigação e o objetivo que dele deriva, necessito, antes, retomar questões levantadas nesse percurso, assim como os suportes teóricos que me possibilitarão colocar em evidência as implicações desta exposição. É necessário, portanto, recuperar a constituição do posicionamento epistemológico do turismo e o modo como podemos interpretá-lo com base nos pressupostos epistemológicos do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético de Louis Althusser.

Minhas questões iniciais de aproximação ao turismo foram produzidas em torno da predominância das abordagens economicistas sobre as demais dimensões que o constituem, e os efeitos dessa hegemonia sobre suas práticas como sinalizadores de suas contradições. Ao mesmo tempo em que as proposições acadêmicas do turismo sinalizam para um cenário de produção sustentável, ética, inclusiva, humana, etc., desdobram-se como práticas insustentáveis, antiéticas, excludentes e degradantes da dignidade humana. A questão posta primeiramente, então, reside sobre a responsabilidade e contribuição da produção acadêmica do turismo sobre essas contradições. Ou seja, em que medida a produção acadêmica do turismo endossa a produção, reprodução e/ou transformação das condições de produção do modo de produção capitalista?

Para abordar melhor essa questão, busquei na produção acadêmica sobre epistemologia do turismo, bases filosóficas e teóricas que me permitissem apreender a constituição desse olhar sobre suas próprias práticas. Dessa aproximação, deparei que a produção de conhecimento no turismo constitui-se a partir de distintas disciplinas que, por sua vez, abordam o turismo como objeto de conhecimento a partir de suas próprias epistemologias, métodos e teorias. O turismo, organizado inicialmente em torno de sua atividade econômica, vê-se limitado por essas abordagens, haja vista o seu tratamento em torno de bases epistemológicas basilares do próprio capitalismo, sem conseguir avançar sobre uma produção epistêmica que lhe seja própria e que conforme a dimensão de sua complexidade. Sem uma episteme própria, faz-se necessária a produção de atalhos teórico-conceituais, que não apenas sincretizam múltiplas epistemologias, métodos e teorias, mas em consequência disso

o abordam com a superficialidade do senso comum. Tal ocultação dos processos materiais de sua produção conduz à preservação de um *status quo* na dinâmica que estrutura o campo e em uma academia à serviço dos interesses subjacentes ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, e inspirado em Kadri (2008) e Tadioto (2021), questioneei a congruência entre as distintas referências epistemológicas e o turismo enquanto campo de conhecimentos, bem como se haveria chegado o momento de estabelecermos uma crítica epistemológica interna ao campo.

Considerados os impasses em torno da epistemologia do turismo, entendi ser necessário assumir posição junto aos autores brasileiros de turismo marxistas, por entender neles uma possibilidade de subversão dessa estrutura de funcionamento implicada por um modelo econômico cuja ética é a própria exploração humana. Também por entender ser necessário estabelecer essa crítica interna a partir do reconhecimento dos processos materiais de produção de conhecimento no campo. Nesses autores, encontrei a possibilidade de posicionar a produção acadêmica do turismo como idealista, na medida em que promove a retração entre o sujeito (como efeito de uma racionalidade falida) e a materialidade histórica (os processos de sua produção), ocultando suas condições de produção, reprodução e/ou transformação. Processo que naturaliza e universaliza a prática material capitalista.

Essa posição, no entanto, veio ao custo do reconhecimento da heterogeneidade das abordagens marxistas na interpretação da obra de Marx e, conseqüentemente, na interpretação do turismo. Foi necessário compreender que minhas trajetórias pessoal e acadêmica me posicionaram junto ao Materialismo Histórico e ao Materialismo Dialético inspirado por Louis Althusser, posição que diverge da abordagem marxista da maioria dos autores que estudam o turismo no contexto do marxismo. Somado a isso, há uma carência no turismo do reconhecimento dessa heterogeneidade do campo marxista, ou seja, das diferentes posições epistemológicas e teóricas marxistas na interpretação e análise do fenômeno.

Por meio do trabalho de revisão, foi possível apreender que essa heterogeneidade marxista na abordagem do campo possui uma posição dominante, qual seja, as escolas do marxismo hegeliano e suas reverberações na escola de Frankfurt e na teoria crítica. No entanto, tais abordagens operam sobre uma redução da teoria como expressão de uma prática política, a filosofia da práxis, suprimindo a diferença existente entre teoria e prática, entre sujeito e objeto, transformando-os em

uma unidade idealisticamente concebida, que supostamente resolve a questão da fragmentação reificada do sujeito. Adota-se, a partir delas, uma centralidade positiva da noção de sujeito, cuja racionalidade, a meu ver, é incompatível com os preceitos da filosofia materialista dialética. Nesse sentido atingem certo ponto de saturação na crítica ao capitalismo, não incidindo em uma ruptura com seus paradigmas fundadores.

Isso me forçou a conjecturar qual poderia ser a contribuição da reflexão produzida por Althusser para pensar a epistemologia e a produção de conhecimento marxista no turismo. Inspirado na proposição althusseriana acerca da dialética materialista, é possível refletir que, se os processos materiais possuem predominância sobre os processos do pensamento, para que haja prática teórica é necessária a “transformação de um produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de um trabalho conceitual determinado” (HERBERT, 2015, p. 25). Caso contrário, a prática que se pretende científica não seria outra coisa senão uma prática ideológica ou pré-científica. Em decorrência disso, fez-se necessário considerar a especificidade do processo da prática teórica no Materialismo Dialético proposta por Louis Althusser (2015).

Essa especificidade do processo da prática teórica do Materialismo Dialético se refere à existência de matérias-primas constituídas por conceitos ainda ideológicos, ou fatos científicos/conceitos já elaborados cientificamente em um estágio anterior da ciência (Generalidade I), sobre as quais opera um sistema teórico determinado de uma ciência, seus conceitos fundamentais e seu método (Generalidade II) e que produzem a partir desse trabalho específico um novo conhecimento científico (Generalidade III). Ou seja, essa especificidade diz respeito a transformação de uma generalidade ideológica em uma generalidade científica, ou ainda pela definição da relatividade e dos limites de validade de uma generalidade científica em uma nova generalidade científica que recusa a primeira ou engloba-a (ALTHUSSER, 2015).

Parto, portanto, de indagações epistemológicas, que buscam situar a produção teórica marxista do turismo e do modo como a dialética materialista de Louis Althusser pode contribuir para sua interpretação. Movimento analítico só possível de ser produzido num espaço em que o turismo é problematizado a partir dos pressupostos filosóficos e teóricos do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético. Dizendo de outro modo, a produção teórica do turismo referenciada ao Materialismo Histórico e ao Materialismo Dialético, pressupõe-se, deve ser o lugar de

ruptura epistemológica com os paradigmas científicos que sustentam o modo de produção capitalista, razão pela qual deve-se olhar para este espaço para avaliar sua relatividade e seus limites de validade, haja vista que orientam práticas subversivas à ordem constituída. Tomo, portanto, o recorte sobre essa produção como materialidade de análise em meu trabalho.

Sendo assim, a questão norteadora que se coloca sobre meu trabalho assume a seguinte forma:

*Considerando trabalhos nacionais da produção acadêmica do turismo referenciados ao Materialismo Histórico e ao Materialismo Dialético e o posicionamento epistemológico do turismo, problematizado pela proposição althusseriana sobre a especificidade da prática teórica da dialética materialista, questiono: É possível analisar a relatividade e os limites de validade de trabalhos marxistas na produção de conhecimento no turismo e com isso sinalizar a possibilidade de vestígios teóricos para a constituição de uma episteme materialista no turismo?*

Portanto, meu objetivo com este trabalho se apresenta sob a forma de:

**Analisar, através das proposições teórico-epistemológicas do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético de Louis Althusser, a relatividade e os limites de validade de trabalhos marxistas na produção de conhecimento no turismo e sinalizar, com isso, a possibilidade de vestígios teóricos para a constituição de uma episteme materialista no turismo.**

Entendo que a etapa seguinte de minha reflexão se situa, precisamente, no movimento analítico sobre esta materialidade, através do confronto teórico entre a produção acadêmica de turismo referenciada ao Materialismo Histórico e ao Materialismo Dialético e as proposições teórico-epistemológicas de Louis Althusser acerca do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético, buscando identificar a relatividade e os limites de validade dos saberes produzidos por estes trabalhos marxistas e o que isso sinaliza para pensarmos em vestígios teóricos que se apresentem como sinalizadores para a constituição de uma episteme materialista no turismo.



Penso ser importante ressaltar que, inicialmente, o texto do capítulo 3 foi construído de forma fragmentada, sendo o referencial de Althusser uma parte, e o texto de análise da materialidade, que retomava partes do texto de Althusser, a outra. Nesse ir e vir entre referencial teórico e materialidade de análise, comecei a perceber certa relutância de minha parte por sentir o texto repetitivo. Ao mesmo tempo, como trabalhei com constructos elaborados a partir de minha interpretação de Althusser, durante a leitura da materialidade de análise tive muitas dificuldades em me referir ao referencial teórico-analítico, ao ponto de não saber exatamente aquilo que me permitiria apreender o que estava lendo. Percebia aquilo que me estranhava no texto, mas tinha dificuldade em estabelecer uma relação direta com determinada parte do referencial. Não queria abrir mão da tentativa de uma abordagem analítica o mais completa possível do objeto e, ao mesmo tempo, ficava com dúvidas se não estava estabelecendo relações analíticas de modo forçado e pouco criteriosa, ou mesmo se não estava ultrapassando certo limite de crítica que me fizesse parecer antagonizando os autores dos trabalhos analisados pelo simples fato de concordar ou discordar deles.

Nesse sentido, o processo de escrita foi tomado sempre por um sentimento de insegurança, o que me fez ir e vir muitas vezes entre referencial e materialidade. Nesse percurso, comecei a perceber que existiam sempre temas abordados pelo referencial de Althusser que se destacavam mais em meu recorte sobre a materialidade, de tal modo que era possível repensar a estrutura desse referencial a partir desses vestígios que apareciam no próprio objeto. Esse aparecer não significava que o objeto estava falando comigo, mas o efeito das muitas leituras do referencial que realizei anteriormente e que de alguma forma assumiam a forma de vestígios, ainda que não de forma literal. Foi quando reestruturei totalmente o referencial teórico de Althusser pensando naqueles vestígios que estavam me permitindo compreender epistemologicamente o meu objeto de análise, que eram as produções sobre o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético do turismo. Deste modo, a divisão inicial entre referencial e materialidade de análise se desfez ao ponto de me permitir articular a teoria proposta por Althusser ao mesmo tempo em que mostrava essas regularidades no objeto.

Não se tratava mais sobre o correto uso de conceitos ou sua correta definição filosófica, ou mesmo quais textos de Althusser se prestariam mais ou menos para a análise. Tratava-se de demonstrar nos tópicos discutidos por Althusser acerca da

epistemologia marxista certas (ir)regularidades nos textos de turismo. Consequentemente, a divisão que tomou forma foi sobre a ruptura entre Marx e Hegel; a compreensão de conhecimento, seu processo de produção e a apreensão do objeto; a definição de contradição como elemento indispensável para a definição da dialética; as definições de totalidade e história; e, a discussão em torno do humanismo e do historicismo no contexto marxista. Assim, tomei a própria estrutura da discussão epistemológica empreendida por Althusser em torno do marxismo como a minha, o que me permitiu aprofundar suas proposições em meu texto e, ao mesmo tempo, demonstrar e analisar tais estruturas nos trabalhos do turismo. Essa estrutura do referencial serviu de suporte para direcionar o olhar sobre meu objeto.

Esta definição sobre o trabalho determinou a estrutura a partir da qual eu pude visualizá-lo. Parto no capítulo 1 de uma abordagem mais ampla sobre o tema e, na medida em que avanço sobre o texto e seus capítulos, visualizo um maior aprofundamento teórico. Saio, portanto, de uma perspectiva ampla sobre a epistemologia do turismo (seção 1.2), busco situar epistemologicamente a produção marxista nessa discussão (seção 2.1), analiso o posicionamento epistemológico da produção marxista no campo do turismo (seção 2.2) para, então, tencionar parte dessa produção marxista do turismo a partir do referencial althusseriano (seção 3.2) e, com isso, buscar avaliar se é possível extrair desse aprofundamento, vestígios teóricos que contribuam para o avanço do campo epistêmico materialista do turismo (capítulo 4).

### **3 GENERALIDADE II – O TRABALHO DA “TEORIA” DE ALTHUSSER: DEBATE ENTRE O MATERIALISMO HISTÓRICO E A DIALÉTICA MARXISTA NO TURISMO E AS PROPOSIÇÕES ALTHUSSERIANAS SOBRE UMA EPISTEMOLOGIA MARXISTA**

#### **3.1 LOUIS ALTHUSSER: UM LUGAR INCÔMODO**

Qualquer aproximação à filosofia de Louis Althusser nos impõe um olhar aprofundado para sua reflexão epistemológica sobre o marxismo e sobre a teoria e a filosofia de Marx, discussão da qual ele nunca se esquivou. Essa é uma premissa incontornável à sua proposição de prática teórica e o motivo pelo qual esse processo assume a forma de um lugar incômodo. Incômodo, pois, nos exige caminhar em um terreno de escrita árida, que não subestima um átomo sequer de seu leitor, e posicionamentos controversos que, especialmente no autocrítico Althusser, se reformam constantemente, vinculando-se e também afastando-se ao longo das décadas de sua produção. E incômodo também porque perturba a ordem consolidada em torno da interpretação da obra de Marx e, conseqüentemente, permite mover estruturas em torno do processo de produção do conhecimento como um todo.

Vemos, na década de 1960, um filósofo dedicado à elevação do trabalho de Marx ao status de ciência, convencido de que Marx tivera que amadurecer primeiro o seu pensamento para conseguir romper definitivamente com o idealismo de seu tempo e fundar, num só movimento, a Ciência da História - o Materialismo Histórico - e a filosofia marxista - o Materialismo Dialético. É muito característica desse tempo a oposição althusseriana entre ciência e ideologia, a proposição de conceitos próprios à dialética marxista em contraposição aos hegelianos, assim como a defesa do anti-humanismo na teoria marxista.

Na década de 1970, temos um Althusser embretado pelas críticas que seus trabalhos anteriores provocaram, que revisita a si mesmo a partir de seu próprio movimento autocrítico, mas sobretudo um autor reativo em busca de consolidar e defender algumas de suas proposições e, ao mesmo tempo, aberto o suficiente para revisar outras. Em resposta à acusação de ser um teorista e um estruturalista, destaca o importante lugar da luta de classes na sua teoria e delinea mais precisamente a relação entre a filosofia e a ciência (BOITO JR., 2016), abrindo mão, em certa medida, da oposição retórica entre ideologia e ciência.

Em sua última e mais conturbada década de vida, a de 1980, Althusser retoma pequenas nuances de sua obra, traços escritos que com o olhar mais atento já podem ser percebidos desde a década de 1960, para propor o que ele chamará de Materialismo Aleatório ou Materialismo do Encontro, abandonando o par Materialismo Histórico e Materialismo Dialético. O processo histórico deixa de ser ordenado e regido pela causalidade e a História passa a ser apresentada como o reino da contingência (BOITO JR., 2016). Althusser, em 1980, chegou a afirmar que o Materialismo Dialético enquanto filosofia marxista era uma realização impossível, demonstrando uma forte dissonância em relação ao pensamento predominante em quase toda a sua carreira.

Com essa breve proposta de divisão da obra de Althusser em três etapas distintas (BOITO JR., 2016), tenho condições de justificar a opção pela primeira década de sua produção<sup>19</sup>, visto que se caracteriza como sua etapa mais marcante, finalizada e amplamente discutida, dando a mim a possibilidade de pensar mais a fundo as questões epistemológicas que envolvem o uso do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético no turismo. Não se deixa de reconhecer, no entanto, a existência de correções futuras elaboradas pelo próprio Althusser que, de alguma forma, também contornam meu trabalho sem assumir papel central. Não se deixa de reconhecer também que Althusser irá, no final de sua vida, abandonar a proposição do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético em detrimento do que ele chamou de materialismo aleatório. Embora se possa perceber traços deste último desde trabalhos da década de 1960, o materialismo aleatório só foi definido por Althusser no final de sua carreira e não pôde ser mais bem desenvolvido pelo autor tanto quanto a primeira fase de sua obra.

Dentro desse recorte, a primeira obra de Althusser a ser considerada é “Por Marx” (ALTHUSSER, 2015). Esta pode ser considerada a primeira grande publicação do filósofo franco-argelino. Ainda que esta coletânea tenha sido publicada em 1965, os ensaios filosóficos contidos nela foram escritos e publicados entre os anos de 1960 e 1964, principalmente em periódicos do Partido Comunista Francês (PCF), do qual

---

<sup>19</sup> Na banca de qualificação desta pesquisa indicou-se a divisão da obra de Althusser para o desenvolvimento posterior do trabalho, haja vista a distinção existente entre o começo e o fim de sua produção intelectual e suas revisões de percurso. Na ocasião resolvi aceitar a sugestão e incorporei a divisão no trabalho. Na banca de defesa final desta tese questionou-se a divisão adotada, visto que alguns dos pontos teóricos abordados pelo meu trabalho tangenciam discussões que fogem à década de 1960. Na versão final deste trabalho, contudo, opto por manter a divisão da obra de Althusser, reconhecendo e entendendo que o texto já realiza tal ponderação e que os caminhos para uma leitura mais completa da obra do autor em outros períodos são indicados.

Althusser era membro desde 1948. Tratam-se, portanto, de intervenções em uma conjuntura definida e não meras investigações eruditas ou especulativas, como o próprio Althusser alerta em carta à edição inglesa, de título *To my english readers*, publicada em 1969. A conjuntura à qual o filósofo se remete é a conjuntura teórica e ideológica na França daquele tempo, especialmente no PCF e na filosofia francesa, que para ele também representava a conjuntura do movimento comunista internacional. Tratava-se, portanto, de enfrentar problemas teóricos e ideológicos dessa conjuntura.

O principal problema enfatizado por Althusser (1969) é a interpretação humanista da obra de Karl Marx, que ganha força com a crítica ao dogmatismo stalinista no interior do movimento comunista internacional e retoma como base teórica as primeiras obras de Marx. Essas obras, como se verá mais à frente, são consideradas por Althusser como obras de juventude de Marx, em que o autor ainda não teria rompido epistemologicamente com sua base filosófica idealista e humanista alemã. Por consequência disso, ganham força no interior do movimento comunista temáticas predispostas a uma filosofia do homem, de sua alienação e de sua libertação. Althusser (2015) reflete: “ignorávamos a letra mesma dos textos de maturidade de Marx, demasiado felizes e com pressa de encontrar na chama ideológica de suas obras de juventude nossa própria paixão ardente” (p. 15).

Isso fará com que o filósofo, ao longo desta coletânea, busque intervir em duas frentes: por um lado, na delimitação da teoria marxista em relação a outros campos filosóficos, principalmente pela confrontação entre Marx e Hegel; e, por outro, nas tendências ideológicas estranhas ao marxismo, por meio da delimitação entre o que considera como “[...] *the true theoretical bases of the Marxist science of history and Marxist philosophy*” (ALTHUSSER, 1969, p. 13)<sup>20</sup> e as noções idealistas pré-marxistas nas quais se ancoram os intelectuais do marxismo humanista, confrontando os trabalhos de juventude de Marx (fase ideológica de Marx, para Althusser) com *O Capital* (fase científica de Marx, para Althusser).

Esse é outro ponto incontornável da obra de Althusser nesse período, a separação que estabelece entre ciência e ideologia, ou melhor dizendo, “[a oposição] *that separates a new science in process of self-constitution from the prescientific theoretical ideologies that occupy the 'terrain' in which it is establishing itself*”

---

<sup>20</sup> “[...] as verdadeiras bases teóricas da ciência marxista da história e da filosofia marxista” (ALTHUSSER, 1969, p. 13, tradução minha).

(ALTHUSSER, 1969, p. 13)<sup>21</sup>. Trata-se de pensar que antes da fundação de um novo campo científico, o objeto do qual ele dará conhecimento era pensado por outras bases teóricas, que Althusser chamará de ideológicas, das quais é necessário estabelecer uma ruptura. Não se trata, portanto, de mexer no domínio das ideologias no campo social objetivo, das ideologias “não-teóricas”, cujo processo de ruptura, para Althusser, é político e não epistemológico. Para o autor, Marx funda um novo campo científico, o Materialismo Histórico, e abre espaço para o nascimento de uma nova filosofia ainda carente de amadurecimento, o Materialismo Dialético.

Como característico de todo texto de Althusser, a carta *To my english readers* (ALTHUSSER, 1969) encerra com uma autocrítica, visto que foi escrita em 1967 e publicada quatro anos após a coletânea original. Entre elas, a falta de abordagem a respeito de como a teoria marxista intervém no desenvolvimento da prática política e vice-versa, ou ainda, ter deixado vaga a diferença entre filosofia e ciência e a relação entre elas, entre outras. Reconhece, com isso, que os problemas contidos em seu texto abrem espaço para leituras defasadas.

Por fim, ainda sobre a primeira edição em língua inglesa, é importante ressaltar a existência de um glossário de termos/conceitos utilizados por Althusser especificamente nos textos de *Por Marx*. Trata-se de uma exclusividade dessa edição em inglês, a qual Althusser, em carta ao tradutor Ben Brewster publicada na mesma edição, agradece a criação e enfatiza que revisou linha por linha (ALTHUSSER, 1969). O glossário serve como uma grande ferramenta para que possamos localizar distintos conceitos no Althusser daquele tempo, visto que o autor revisará muitas de suas posições teóricas ao longo de sua carreira.

Em sua introdução, Althusser (2015) nos oferece mais alguns elementos para compor essa conjuntura específica em que intervêm seus textos da coletânea. Primeiro reflete sobre a pobreza teórica e intelectual no partido comunista francês e em seu movimento operário em geral. Tanto os fundadores quanto os principais mestres do marxismo se apoiaram no movimento operário de seus países porque as classes dominantes tornavam a conjuntura impossível para esses intelectuais. Na França, ao contrário, a burguesia fora quem promoveu a revolução por meio de sua associação com intelectuais, mantendo-os sob o escopo de sua ideologia e fazendo

---

<sup>21</sup> “[a oposição] que separa uma nova ciência em processo de autoconstituição das ideologias teóricas pré-científicas que ocupam o ‘terreno’ em que ela se estabelece” (ALTHUSSER, 1969, p. 13, tradução minha).

com que esses intelectuais não sentissem necessidade de buscar refúgio no movimento operário. Por conta disso, o PCF teria se constituído em torno de um vazio teórico, considerando o marxismo apenas como uma doutrina, um método de análise e de ação política, o que com o advento dogmático de Stálin teria sido posto à prova, mesmo após sua morte. Se, por um lado, o dogmatismo promovera uma verdadeira corrida em torno de explicações não marxistas do marxismo, seu fim, por outro, permitira observar o quanto o próprio marxismo ainda carecia de elaboração teórica e filosófica.

Um dos exemplos que Althusser (2015) nos apresenta sobre esses equívocos diz respeito à leitura da obra de Marx e Engels, *A ideologia alemã*. Ele aponta o lugar intrincado em que se situa a obra no processo de ruptura de Marx com sua consciência filosófica anterior, impondo um desafio a sua interpretação: “são sempre necessárias palavras e conceitos para romper com palavras e conceitos, e são frequentemente as antigas palavras as encarregadas do protocolo de ruptura, enquanto perdura a busca por novas” (ALTHUSSER, 2015, p. 27). Desse modo, para o autor, ao lermos essa obra singular, pode-se facilmente incorrer em equívocos irreversíveis de interpretação, pela proximidade entre as compreensões que ficarão para trás e as que Marx levará adiante a partir daquele momento. Por exemplo, Althusser (2015) fala: “[...] é fácil perder-se numa concepção quer positivista (fim de toda filosofia), quer individualista-humanista do marxismo (os sujeitos da história são ‘os homens concretos, reais’)” (p. 27), se referindo à leitura de *A ideologia alemã*.

O autor divide o pensamento de Marx em dois momentos: um momento que ele chama de ideológico e o momento científico. Essa divisão é marcada por um corte epistemológico, que se situa na obra *A ideologia alemã*, de 1845, em que Marx teria rompido com sua consciência filosófica anterior e, a partir de então, constituído uma teoria científica e uma filosofia próprias. Propõe, então, uma divisão em quatro momentos: todos os textos de Marx, desde sua tese de doutorado até os *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, serão nomeados por Althusser (2015) de “Obras da juventude de Marx” (p. 24); As *Teses sobre Feuerbach* e a *A ideologia alemã*, de 1845, como as “Obras de corte” (p. 24); as obras contidas no período entre 1845, o corte, e 1857, início dos primeiros escritos de *O Capital*, como as “Obras de maturação teórica de Marx” (p. 25); e, por fim, de 1857 a 1883, desenvolvimento dos volumes de *O capital*, como as “Obras da maturidade” (p. 25).

Althusser (2015) vê a problemática das obras de juventude de Marx a partir de três aspectos: político, teórico e histórico. Trata-se de um texto em que o autor defende um modo que julga mais adequado para a leitura e interpretação das obras de juventude de Marx. O problema político reside no fato de que as obras de juventude de Marx foram utilizadas amplamente para opor as posições teóricas do próprio marxismo-leninismo. Ou para atribuir à teoria mais amadurecida de Marx a filosofia de sua juventude, como se o Marx da maturidade fosse o jovem Marx disfarçado. Ou ainda que Marx teria sacrificado a filosofia à economia e à ciência. Essas interpretações sobre o jovem Marx colocam em questão o próprio marxismo. Em contrapartida, para Althusser (2015), os próprios marxistas de então não estavam preparados para realizar esse debate e acabaram recorrendo à leituras reconciliatórias entre o Marx da juventude e o da maturidade.

O problema teórico ancora-se nos tipos de leituras que foram feitas das obras de juventude de Marx. Em sua grande parte, para Althusser (2015), essas leituras foram produzidas a partir de métodos analítico-teleológicos, pela discriminação dos elementos materialistas e dos elementos idealistas em Marx, ou sua confrontação com os mesmos elementos extraídos das obras de maturidade, destacados do contexto interno do pensamento do autor, e pensados como elementos significantes em si mesmos. Não desvendam, assim, a questão sobre o pensamento do jovem Marx, sobre sua filosofia, pois se apreendêssemos o pensamento de Marx como um todo, em suas obras de juventude, não saberíamos responder se ele era efetivamente um materialista ou um idealista.

Para Althusser (2015),

A compreensão de um desenvolvimento ideológico implica, no nível da própria ideologia, o conhecimento conjunto e simultâneo do campo ideológico no qual surge e se desenvolve um pensamento; e a atualização da unidade interna desse pensamento: sua problemática. O conhecimento do campo ideológico supõe o conhecimento das problemáticas que aí compõem ou se opõem. É o relacionamento da problemática próprio do pensamento individual considerado com as problemáticas próprias dos pensamentos pertencentes ao campo ideológico que pode mostrar qual é a diferença específica de seu autor, ou seja, se surge um sentido novo. Evidentemente, a história real ronda todo esse processo complexo. (p. 53)

Já o problema histórico, por fim, alude à necessidade de reconhecimento de como foi possível para Marx amadurecer e transformar seu pensamento, considerando Marx como um sujeito concreto com uma subjetividade própria e



atravessado por uma história real, a história do mundo. Ou seja, é preciso abandonar a suposição de que o desenvolvimento do pensamento do jovem Marx ocorreu na esfera das ideias em razão de reflexões sobre Hegel, Feuerbach e outros, ou de que o jovem Marx retirou do mundo ideológico uma verdade que estava contida nele.

Para evitar essas leituras e aproximar-se a uma compreensão sobre o desenvolvimento do pensamento no jovem Marx, Althusser (2015) propõe que, em primeiro lugar, reconheçamos que “sim, é preciso nascer um dia, e nalgum lugar, e começar a pensar e a escrever num mundo dado. Esse mundo, para um pensador, é imediatamente o mundo dos pensamentos vivos de seu tempo, o mundo ideológico no qual ele nasce para o pensamento” (p. 57). E o contexto em que o jovem Marx se insere na Alemanha é um contexto demasiado específico, apartado de todo o desenvolvimento histórico, econômico e político que caracterizava a Europa daquele tempo e que colocava a Alemanha numa posição de atraso. Para Althusser (2015), não se pode projetar, por exemplo, a consciência ulterior de Marx para apreender a história contida nos textos do jovem Marx. O filósofo realiza, então, uma descrição dessa história, que para ele é inseparável da experiência pessoal de Marx, permitindo a ele não “superar” o idealismo alemão, mas “descobrir” uma nova forma de pensamento, partindo de um contexto contingente e atravessando uma grande camada de ilusão antes mesmo de poder percebê-la.

Realizar esta introdução ao trabalho de *Por Marx* é indispensável, pois ela nos apresenta um sumário do pensamento de Althusser na década de 1960 e, por este motivo, nos desobriga a realizar o mesmo tipo de introdução das demais obras com as quais trabalharei. Ou seja, ainda que eu tenha utilizado outros textos da mesma década de Althusser em minhas análises (também farei pouquíssimas referências à obras da década posterior apenas a título de complementação), deixarei de lado sua introdução. Mas o fato é que o tema de todos esses textos nunca se distanciará da problemática que *Por Marx* inaugura. Basta apenas dizer que outra obra incontornável com a qual trabalharei a seguir é *Ler o Capital*, em seus dois volumes. Este foi um projeto encabeçado por Althusser junto a seus alunos de um seminário na *École Normale Supérieure* no ano de 1965, que tinha como objetivo realizar uma leitura filosófica do livro *O Capital*, de Marx, identificando os problemas que a leitura desse livro trazia na conjuntura francesa daquele tempo. Junto à *Por Marx*, *Ler o Capital* sintetiza em muito o pensamento althusseriano desta década. Julgo que estas duas

obras, sobretudo, são indispensáveis para a apreensão de seu pensamento a respeito da epistemologia marxista.

### 3.2 RELATIVIDADE E LIMITES DE VALIDADE DA ABORDAGEM SOBRE O MATERIALISMO HISTÓRICO E O MATERIALISMO DIALÉTICO NO TURISMO

Consideradas as questões norteadoras sobre a epistemologia do turismo e a possibilidade de interpretação dessas questões através da teoria proposta por Louis Althusser, apresento nesta seção o resultado do processo de análise sobre trabalhos que foram coletados em base de dados nacional, sob os critérios que serão descritos. A primeira intenção é avaliar o modo como o campo de estudos do turismo conhece epistemologicamente o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético, determinando a relatividade e os limites de validade dessa apreensão, tendo em vista aquilo que propõe Louis Althusser. A segunda intenção é produzir outra leitura sobre o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético no turismo. Exponho aqui um percurso possível em torno desse contexto, sempre passível de ser outro. Primeiro apresento os critérios e o modo como foi executada a busca dos trabalhos e, após, realizo a análise desses trabalhos, buscando mostrar como tais trabalhos conhecem e teorizam sobre o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético em sua articulação com o campo do turismo.

Essa leitura busca tencionar as referências do turismo, não apenas para aprofundar minha reflexão sobre as repercussões epistemológicas e teóricas das diferentes interpretações possíveis da teoria e da filosofia marxistas, mas também para depreender a relatividade e os limites de validade de sua utilização nos deslizamentos possíveis, reflexões e apontamentos direcionados ao estudo do turismo. Espera-se, com isso, suscitar condições e problematizações acerca do modo como a utilização da teoria e da filosofia marxista traz consequências para a nossa interpretação do turismo, bem como vestígios para seu posicionamento epistemológico, suas implicações em termos de práticas e as possibilidades de sua transformação.

Haja vista a grande difusão de informações e dados pela internet nos dias atuais, assim como o grande número de bancos e fontes de dados proporcionados por esse ambiente, faz-se necessário o estabelecimento de critérios para a seleção

daqueles trabalhos que constituirão a materialidade de análise. O objetivo foi o de alcançar trabalhos com um grau maior de teorização a respeito do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético no turismo, haja vista que a revisão inicial em torno de artigos publicados em periódicos nacionais resultou em poucos trabalhos com aprofundamento sobre o tema. Decidi, por isso, realizar a pesquisa por teses e dissertações no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em cuja busca pelo termo “materialismo histórico” (entre aspas) aparecem sob o filtro de seleção de Área de Conhecimento “Turismo”. A busca pela expressão “materialismo dialético” (entre aspas) não retornou trabalhos. A opção por considerar apenas trabalhos produzidos no âmbito da área de conhecimento “Turismo” se deu porque meu objetivo com este trabalho é compreender como o turismo se pensa epistemologicamente a partir de sua própria produção sobre Materialismo Histórico e Materialismo Dialético, buscando minimizar o efeito que distintas epistemologias de outras áreas do conhecimento produzem sobre o campo.

Da busca pela expressão “materialismo histórico” e do emprego do filtro sobre a área de conhecimento “Turismo”, resultaram apenas dois trabalhos, evidenciando que ainda é insipiente o pensamento e a teorização a respeito da teoria e filosofia marxista em programas de pós-graduação em turismo. Mais uma vez, tenho de reconhecer a existência de outros trabalhos produzidos em programas de pós-graduação de outras áreas do conhecimento, mas que por razões de recorte metodológico, optou-se por não considerar. É preciso reconhecer ainda que trabalhos produzidos na área de conhecimento “Turismo” possam ter ficado de fora por não estarem indexados ou não estarem indexados corretamente no banco de dados utilizado, problema que foge ao meu controle. Os dois trabalhos encontrados foram produzidos no âmbito de pesquisas de doutorado, ambos no Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), conforme Quadro 3:

Quadro 3 – Trabalhos resultantes da pesquisa por “materialismo histórico”, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, na Área de Concentração “Turismo”

IES	Autor	Título	Ano	Palavras-chave
UNIVALI	Sarah Marroni Minasi	Categorias da urbanização turística: uma análise a partir da morfologia urbana e práticas espaciais	2020	Materialismo Histórico Dialético; Morfologia Urbana; Práticas Espaciais; Turismo; Urbanização Turística.
UNIVALI	Kalina Marcelino Benevides Ponte	Bloco histórico do turismo sustentável: uma crítica ao (eco)turismo proposto em áreas naturais e áreas naturais protegidas	2021	Materialismo Histórico; Ecoturismo; Capitalismo Neoliberal; Áreas Naturais Protegidas; Sustentabilidade.

Legenda: IES – Instituição de Ensino; UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A tese intitulada “Categorias da urbanização turística: uma análise a partir da morfologia urbana e práticas espaciais”, de Sarah Marroni Minasi, defendida no ano de 2020 no Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), propõe uma análise sobre a formação do território desencadeada pela urbanização turística e pelas práticas espaciais de turistas e residentes, assumindo como pressuposto teórico-metodológico o Materialismo Histórico Dialético. Me interessa analisar neste trabalho, especificamente, o uso epistemológico e teórico daquilo que a autora denomina como “materialismo histórico dialético” (MINASI, 2020, p. 12), ou seja, analisar à luz de qual referência epistemológica e teórica seus constructos são constituídos, interpretando-os pelo viés daquilo que propõe Louis Althusser, conforme já apresentado em meu objetivo. Não me interessa, portanto, discutir as teorias, conceitos e categorias vinculadas à morfologia urbana, ao território e/ou ao processo de urbanização turística. Estes, se o forem, serão tangenciados apenas quando estiverem no contexto daquilo que me interessa expor. Não se trata, com isso, de uma análise sobre o mérito do trabalho e seu conteúdo em si, mas sobre como a teoria proposta por Marx é mobilizada, qual o recorte dela é realizado e como a poderíamos interpretar a partir das proposições althusserianas.

Inicialmente, o turismo é apresentado no trabalho como agente desencadeador do processo de urbanização turística, responsável por imprimir sobre o território novas configurações e características em razão da necessidade de uma infraestrutura urbana básica e turística. Esse processo, considerado pela autora como (re)apropriação do território, impõe-se por dinâmicas econômicas, sociais, políticas e históricas, com repercussões sobre as comunidades que o habitam (MINASI, 2020).

Essa (re)apropriação não ocorre de modo homogêneo, na medida em que diferentes forças e interesses são colocados em jogo. A autora considera, ainda, que a cidade se organiza de modo distinto conforme o tipo de produção econômica que a domina. Nas cidades, assim, habitam diferentes usos, distintas cidades (MINASI, 2020). A principal característica apontada sobre o território tipicamente turístico e sua organização, é sua configuração formatada por uma lógica de “consumo de serviços de diversão, prazer, relaxamento e recreação, e não ao consumo de necessidades básicas” (MINASI, 2020, p. 10), território transformado em mercadoria (MINASI, 2020).

Nesse sentido, Minasi (2020) propõe uma análise que não se preocupa com a busca por uma essência do fenômeno, mas a compreensão dos distintos determinantes sobre a transformação e o uso do território a partir do processo de urbanização turística. E se coloca como problema de pesquisa: “como se caracterizam a morfologia urbana e as práticas espaciais de turistas e residentes associadas ao processo de urbanização turística?” (MINASI, 2020, p. 13). Por isso adota o Materialismo Histórico Dialético como seu suporte, por entender que este “se vale de uma perspectiva histórica para cercar o objeto de conhecimento por meio da compreensão de suas mediações e correlações” (MINASI, 2020, p. 12).

A tese de Minasi (2020) está dividida em três artigos, que se somam à introdução e às suas considerações finais. Cada um dos artigos possui uma estrutura própria, sendo o primeiro dos artigos o que aborda o Materialismo Histórico Dialético (capítulo 3), intitulado “O materialismo histórico dialético como base epistemológica para a pesquisa sobre cidade e urbanização turística” (MINASI, 2020, p. 31). Me debrucei maiormente sobre este capítulo do trabalho, por entendê-lo mais relevante para meus objetivos. Não me furtei, contudo, de realizar referência às outras seções do trabalho sempre que necessário entendê-las para uma melhor compreensão da pesquisa de Minasi (2020).

Por sua vez, a tese intitulada “Bloco histórico do turismo sustentável: uma crítica ao (eco)turismo proposto em áreas naturais e áreas naturais protegidas”, de Kalina Marcelino Benevides Ponte (2021), também defendida no Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria da UNIVALI, teve como campo de estudo as relações entre o ecoturismo e a conservação da natureza dentro das áreas naturais e áreas naturais protegidas. Para isso, utilizou revisão de produções científicas em bases de dados, sob a premissa de que estas produções “refletem percepções e visões coletivas dessas relações” (p. 20). Propõe como referência teórica aquilo que

chama de Materialismo Histórico Dialético e como método a dialética marxista, entendendo-a dentro de uma estrutura composta por tese, antítese e síntese. Apresenta como supostos constitutivos de seu problema de pesquisa: a aproximação/distanciamento teórico e prático entre as ações e o conceito de sustentabilidade e o ecoturismo implementado em áreas naturais protegidas (tese1/antítese1); e, a confluência/divergência entre a abordagem da sustentabilidade e sua institucionalização funcional (tese2/antítese2). Portanto, apresenta como objetivo geral “analisar o processo de interação dos diferentes atores envolvidos nas ações efetivas do planejamento do ecoturismo em áreas naturais e/ou áreas protegidas a partir do registro do discurso presente nas narrativas, rastreando a natureza dessas interações” (PONTE, 2021, p. 24).

Em síntese, o objetivo da autora foi o de demonstrar modos de apropriação das áreas naturais e áreas naturais protegidas como produto turístico para o ecoturismo, sob uma perspectiva de sustentabilidade, mas que na verdade, através da formação do que a autora chama de bloco histórico do turismo sustentável, reproduzem a lógica de apropriação e exploração da natureza em favor da acumulação capitalista e de suas formas de reorganização, assimilação e manutenção. A autora faz um alerta para as diversas ações e/ou contradições presentes nesse processo como inerentes ao modo de produção capitalista, e para o fato de que dependendo de como o turismo “é pensado e implementado pelos diversos atores envolvidos, potencialmente pode agregar e conservar ou segregar e degradar” (PONTE, 2021, p. 118).

Ponte (2021) conclui que a criação desenfreada de áreas de conservação tem sido acompanhada pela massificação de um discurso mercadológico ou mesmo demagógico sobre o tema da conservação da natureza, que dissimula os reais interesses subjacentes à exploração e acumulação capitalista, envolvendo a exploração da natureza como recurso mercantilizável por meio de interesses difusos dos atores envolvidos. Estes atores, ao invés de modificarem as relações estabelecidas com o meio ambiente adaptando-as à realidade da necessidade de sua conservação diante da crise ambiental causada pelo capitalismo, “[...] têm a incrível capacidade de negar ou explicar esses fatos’ para preservar o ‘regime de verdade’ capitalista” (BÜSCHER; DRESSLER; FLETCHER, 2019 apud PONTE, 2021, p. 244). Por este motivo, acredita demonstrar que a configuração de um bloco histórico do turismo sustentável, no qual o ecoturismo é utilizado como ferramenta de manutenção

em prol de determinada dominância discursiva, responsável pela manutenção de processos hegemônicos de exploração e acumulação capitalistas sobre a natureza, representa uma forma de mercantilização da conservação em detrimento de justiça ambiental e social.

Igualmente, meu objetivo não é discutir o mérito do trabalho de Ponte (2021), mas atentar para o modo como a autora apreende e elabora aquilo que chama de Materialismo Histórico Dialético. Em comum, ambos trabalhos assumem uma regularidade interna ao discurso marxista no campo do turismo. Meu objetivo nas próximas seções é apontá-la, a partir das proposições teóricas de Althusser, demonstrando sua relatividade e seus limites de validade na constituição de uma episteme materialista para o campo do turismo.

### **3.2.1 A estrutura da dialética em Hegel e Marx: ruptura ou assimilação?**

Como tive condições de observar e demonstrar em minha revisão inicial, a produção científica do turismo que se propõe a analisar o fenômeno a partir de uma perspectiva do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético (e de suas variações de nomenclaturas) tem realizado predominantemente sua abordagem epistemológica a partir de filiação a uma vertente específica do marxismo, qual seja, o marxismo hegeliano. Por consequência, há no turismo uma compreensão específica sobre uma dialética marxista que, mesmo sob variação de termos, expressa uma mesma posição diante de seu objeto, não como princípio interno ao processo de produção de conhecimentos, mas como princípio exterior aplicado a um objeto.

O problema, que quero discutir aqui, é o fato de que, embora dominante, essa interpretação marxista da dialética produzida por Marx, além de não representar um consenso entre aqueles que se dedicam ao estudo do turismo pelo viés marxista, tem produzido certa saturação no que se refere ao alcance de sua criticidade. Como pude observar na seção 2.1, existem diferentes perspectivas de abordagem do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético, seja sob a forma de uma separação (marxismo althusseriano) ou sob a forma de uma unidade no Materialismo Histórico Dialético (marxismo hegeliano). Essa diferença traz repercussões teóricas importantes, visto que, a depender da perspectiva adotada, modifica-se o objeto sobre o qual se trabalha, e, conseqüentemente, a teoria que é conhecimento deste objeto.

Esse problema não é um acaso, se origina de uma ausência em Marx: a escrita do desenvolvimento de sua filosofia de maturidade e, sobretudo, o desenvolvimento de seu método, definindo os limites entre ele e sua teoria. Tudo o que se possui, são passagens em textos variados que entregam pistas sobre esta orientação epistêmica, mas que ao mesmo tempo abrem margem para múltiplas interpretações, sobretudo porque, como vimos, as leituras sobre o materialismo filosófico também não são homogêneas.

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente o seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 2017, p. 90)

Se considerarmos trechos como este, presente no posfácio da segunda edição alemã de *O Capital*, ou outros presentes no prefácio e na introdução da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, a tarefa de desvendar o método de Marx é realizada sempre sob o espectro da polissemia. Ao mesmo tempo em que diz se separar radicalmente de Hegel, Marx nunca escreveu ou publicou uma obra explicitando objetivamente o seu método dialético, quais suas diferenças, sua estrutura, seus conceitos, suas categorias, etc. Alguns autores defendem que a única possibilidade de apreender a dialética de Marx é pela leitura de sua obra mais importante e acabada, *O Capital*. Outros defendem que a estrutura da dialética marxista é a hegeliana aplicada sobre um objeto de natureza distinta, do plano do ideal para o plano do material.

Por causa disso e também de distintas críticas que recebeu sobre textos anteriores, sobretudo sua teoria sobre o jovem Marx, Althusser (2015) irá se propor a pensar dois aspectos que giram em torno deste debate: qual a racionalidade reconhecida por Marx na dialética hegeliana? Se diferente, qual a especificidade da dialética marxista que a distingue da de Hegel? Ele pontua que esse problema é teórico e que sua solução já existe na prática marxista. Restaria a ele, então, enunciar teoricamente a solução que já existe em estado prático. Esse trabalho, no entanto, não é evidente, pois enseja um “trabalho teórico real que não só elabore o conceito específico, ou conhecimento, dessa resolução prática – mas ainda destrua realmente, por uma crítica real (até sua raiz teórica), as confusões, ilusões ou aproximações



ideológicas que podem existir” (ALTHUSSER, 2015, p. 135). Para o autor este trabalho de teorização de uma prática é indispensável, uma vez que a teoria não só é essencial para o conhecimento da prática da qual ela é teoria, mas também às práticas que ela pode ajudar a nascer. Althusser (2015) inicia esse percurso de teorização, então, por um trabalho de definição minucioso acerca de prática e de teoria, para que possa, depois, elaborar sua resposta fundamentando-se teoricamente nesses preceitos.

Por **prática** em geral, ele compreenderá “todo processo de transformação de uma matéria-prima determinada em um produto determinado, transformação efetuada por um trabalho determinado, utilizando meios (de ‘produção’) determinados” (ALTHUSSER, 2015, p. 136). O momento ou elemento determinante desse processo não é outro senão a prática no sentido estrito, ou seja, “o próprio trabalho de transformação que emprega, numa estrutura específica, homens, meios e um método técnico de utilização dos meios” (ALTHUSSER, 2015, p. 136). Ele pondera, ainda, que numa sociedade determinada existem práticas diferentes, mas que estas pertencem organicamente a uma mesma unidade complexa: a **prática social**.

Essa unidade complexa da ‘prática social’ é estruturada, como veremos, de sorte que a prática determinante em última instância é aí a de transformação da natureza (matéria-prima) dada em **produtos** de uso pela atividade dos homens existentes, trabalhando mediante o emprego **metodicamente regulado de meios de produção** determinados, no âmbito de relações de produção determinadas. (ALTHUSSER, 2015, p. 136, destaques do autor)

Além da produção, a prática social comporta outras práticas consideradas por Althusser (2015) como igualmente importantes: a **prática política**, que tem por objetivo transformar relações sociais determinadas em novas relações sociais; a **prática ideológica**, que comporta toda ideologia, seja ela religiosa, política, etc., e cujo objeto é a consciência dos homens; a **prática teórica**, que trabalha como matéria-prima conceitos, representações, fatos (oriundos de outras práticas – empíricas, técnicas e ideológicas) e os transforma através de seus meios de produção (seus conceitos fundamentais e seu método) em conhecimentos.

A **teoria** é, portanto, para Althusser (2015), uma forma específica de prática, uma prática teórica de caráter científico. Ele ainda distingue outras duas formas simbolicamente: a “teoria” (entre aspas), que representaria o sistema teórico determinado de uma ciência, seus conceitos fundamentais; e Teoria (com inicial

maiúscula), que representaria a teoria geral, o método, ou seja, “a Teoria da prática em geral, ela mesma elaborada a partir da Teoria das práticas teóricas existentes (das ciências), as quais transformam em ‘conhecimentos’ (verdades científicas) o produto ideológico das práticas ‘empíricas’ (a atividade concreta dos homens) existentes” (ALTHUSSER, 2015, p. 137). Para ele, a Teoria representaria a própria dialética materialista.

É nesse duplo sentido que a teoria importa à prática. A “teoria” importa à sua própria prática, diretamente. Mas a relação de uma “teoria” com sua prática, na medida em que essa relação está em causa, interessa também, com a condição de ser refletida e enunciada, à própria Teoria geral (a dialética), em que está expressa teoricamente a essência da prática teórica em geral, e por meio dela a essência da prática em geral, e por meio dela a essência das transformações, do ‘devir’ das coisas em geral. (ALTHUSSER, 2015, p. 138)

É por esse motivo que Althusser (2015) considera importante o enunciado teórico da dialética marxista, pois a própria prática marxista precisa do conceito de sua prática (da dialética). Isso evitaria o despreparo diante de novos problemas e principalmente impediria o seu desvio teórico e prático diante de tentativas oportunistas de sua destruição. É o que se observa, por exemplo, quando determinados trabalhos atentam para o princípio materialista da primazia do real sobre o conhecimento, mas oportunamente dissimulam o princípio da diferença entre o real e o seu conhecimento, inscrevendo-se numa posição teórica idealista ainda que em sua prática adotem como princípio a dialética aplicada sobre um concreto. Ou seja, porque não existe prática teórica ou ciência totalmente puras, livres de ideologias (idealismo), seria necessário o trabalho constante, por meio da Teoria, de sua “purificação” e/ou “libertação”.

A primeira etapa de elaboração teórica da Teoria (dialética materialista) seria, assim, apreender o conhecimento do processo dessa prática teórica, sua “teoria” e seu método. O argumento de Althusser (2015) passa então a ser de que, embora Marx nunca tenha escrito uma obra sobre sua dialética, esse método existe em sua prática teórica, especialmente em *O capital*, em estado prático, sendo preciso conhecê-lo, enunciá-lo teoricamente, não bastando apenas reconhecer. No limite desse simples reconhecimento é que residiriam muitas das confusões epistemológicas e teóricas em torno de Marx.

Althusser (2015) busca, então, a investigação da especificidade do processo da prática teórica do Materialismo Dialético, definindo como “Generalidade I” os

conceitos gerais existentes, de natureza ideológica, que constituem a matéria-prima sobre a qual a prática teórica científica transformará, por meio de um trabalho da “teoria” (Generalidade II), em conhecimento (Generalidade III). Não se trabalha, portanto, sobre “um ‘puro’ dado objetivo, que seria aquele de ‘fatos’ puros e absolutos. Seu trabalho próprio consiste, ao contrário, em elaborar seus próprios fatos científicos, mediante uma crítica dos ‘fatos’ ideológicos elaborados pela prática teórica ideológica anterior” (ALTHUSSER, 2015, p. 149). O fato científico de uma ciência já constituída, a “teoria”, não seria identificável senão no campo de uma prática teórica, por sua vez debruçada sobre um conjunto de matérias-primas constituídas por conceitos ainda ideológicos, ou fatos científicos/conceitos já elaborados cientificamente em um estágio anterior da ciência (ex-Generalidade III). Em resumo, “a prática teórica produz Generalidades III pelo trabalho da Generalidade II sobre a Generalidade I” (ALTHUSSER, 2015, p. 150).

Essa esquematização permite a Althusser (2015) elaborar duas proposições acerca dessa especificidade: (1) Entre a Generalidade I e a Generalidade III existe uma transformação real, quer seja entre uma generalidade ideológica em uma generalidade científica (corte epistemológico de Bachelard), “quer pela produção de uma nova generalidade científica que recusa a antiga ‘englobando-a’, ou seja, define sua ‘relatividade’ e seus limites (subordinados) de validade” (p. 150). Esse trabalho de transformação, realizado pela Generalidade II sobre a Generalidade I, não possui a forma de um simples desenvolvimento, de um em-si a um para-si, como propõe Hegel, mas a forma de mutações e reestruturações capazes de provocar discontinuidades qualitativas reais. Ou seja, há uma discontinuidade qualitativa entre as Generalidades I, II e III; (2) Esse processo, de um abstrato a um concreto, diz respeito somente ao processo da prática teórica, ocorrendo inteiramente no conhecimento. Por concreto não se deve compreender o concreto-realidade (objeto), mas sim o concreto-pensamento (conhecimento), que, com efeito, vem a ser o conhecimento de seu objeto (concreto-realidade). Não se deve confundir, também, com a oposição ideológica entre abstração (pensamento, ciência, teoria) e concreto (essência de um real).

A crítica que opõe, em última instância, a abstração (que pertenceria à teoria, à ciência) ao concreto (que seria o próprio real) é uma crítica ainda ideológica, visto que nega a realidade desse ‘concreto’ teórico que é um conhecimento. Querendo-se ‘concreta’, querendo o ‘concreto’, essa concepção quer-se, como concepção, ‘verdadeira’, ela quer, assim, conhecimento; mas começou

por negar a realidade da prática que produz justamente o conhecimento! Ela permanece na própria ideologia que declara ‘inverter’, ou seja, não na abstração em geral, mas numa abstração ideológica determinada. (ALTHUSSER, 2015, p. 151)

Hegel, para Althusser (2015), desconhece as discontinuidades que existem entre as Generalidades I, II e III, fazendo delas um único movimento: o da Ideia. Como se esse movimento, aplicado sobre a realidade do trabalho científico, fosse capaz de conceber a unidade do processo do abstrato ao concreto, como a autogênese de um conceito (abstrato), tomando este último pelo processo de autogênese do real (concreto). Entretanto, para ele, a especificidade da dialética materialista também não seria dada pela abstração de um concreto, como se fosse uma inversão do modelo hegeliano, no sentido empirista do materialismo idealista de Feuerbach. Para o autor, a especificidade da dialética materialista reside no fato de que se parte de uma Generalidade I, de uma abstração / conceito geral (que é fruto de práticas distintas e de diferentes níveis, práticas empíricas, técnicas, religiosas, ideológicas, etc.), para uma Generalidade III (conhecimento concreto), através do trabalho de uma Generalidade II (uma “teoria” própria). Em resumo, a especificidade da dialética marxista consistiria em

[...] rejeitar uma teoria ideológica alheia à realidade da prática científica para substituí-la por uma teoria qualitativamente diferente, a qual, por sua vez, reconhece a essência da prática científica, distingue-a da ideologia que se lhe quer impor [...], pois não se obtém uma ciência invertendo uma ideologia. [...] [Abandona-se] o domínio em que a ideologia crê lidar com o real, ou seja, abandonando sua problemática ideológica (a pressuposição orgânica de seus conceitos fundamentais e, com esse sistema, a maioria desses mesmos conceitos) para ir fundar ‘num outro elemento’, no campo de uma nova problemática, científica, a atividade da nova teoria. (ALTHUSSER, 2015, p. 155-156)

Retomando a discussão desenvolvida em torno do jovem Marx, Althusser (2015) se questiona sobre o sentido da afirmação contida no posfácio da 2ª edição alemã de *O Capital*, qual seja: “A dialética, em Hegel, está de cabeça para baixo. É preciso invertê-la para descobrir na ganga mística o núcleo racional” (MARX, 1873 apud ALTHUSSER, 2015, p. 71)<sup>22</sup>. Essa retomada tem o objetivo de refletir sobre

---

<sup>22</sup> Redação que varia conforme a tradução para o português que se tenha em mãos. Na tradução brasileira da Editora Boitempo, agraciada pelo Prêmio Jabuti de Tradução 2014, a redação desta passagem encontra-se na seguinte forma: “Nele [Hegel], ela [a dialética] se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico”

a constatação de que não bastaria extrair a dialética hegeliana de sua filosofia especulativa para termos uma dialética na forma marxista, mas, do contrário, compreendermos que a dialética hegeliana fora concebida por e através do idealismo hegeliano. Assim sendo, a dialética hegeliana não deixaria de ser idealista pela simples extração do método proposto por Hegel de seu invólucro místico e por sua aplicação invertida à materialidade histórica concreta. A própria dialética hegeliana é moldada por sua filosofia mística, e Marx irá considerá-la como tal (MARX, 2017). Logo, não se trata apenas “da natureza dos objetos aos quais se trataria de aplicar um mesmo método (o mundo da Ideia em Hegel – o mundo real em Marx), mas sim o problema da natureza da dialética considerada em si mesma, o problema de suas estruturas específicas” (ALTHUSSER, 2015, p. 73). Isso tem consequências sobre a necessidade de reformulação de estruturas fundamentais à dialética hegeliana como, por exemplo, a contradição, a negação da negação e a superação, trabalho que Althusser propõe como sendo indispensável para o desenvolvimento científico do Materialismo Dialético marxista.

Nesse sentido, ao analisar a tese de Minasi (2020) e Ponte (2021), o primeiro elemento que nos chama atenção é o modo pelo qual as autoras substantivam, na expressão utilizada por elas, o Materialismo Histórico Dialético. Elas se referem ao Materialismo Histórico Dialético de muitas formas diferentes, ora como teoria e metodologia, ora como filosofia ou método, ora como abordagem epistemológica. Isso sugere haver uma dificuldade em definir o que entendem por Materialismo Histórico Dialético, tratando a teoria de Marx como sua filosofia e vice-versa, e também uma dificuldade quanto à distinção entre alguns desses conceitos, como destaca Martoni (2018) acerca da diferença entre método e metodologia. Daí a importância que reconhecemos na necessidade de enunciação teórica, como propõe Althusser (2015), daquilo que compreende-se por dialética marxista, não só para distingui-la da teoria do Materialismo Histórico, mas sobretudo para que seja possível maior clareza quanto aos seus importantes desdobramentos. Em outra passagem, Minasi (2020) escreve:

Apesar do uso do materialismo histórico dialético para a fundamentação das pesquisas, são limitados os textos de Marx e Engels que fazem algum tipo de referência ao **método de pesquisa proposto pela teoria** por eles desenvolvida. O que se pode apreender, **como aspecto metodológico**, é a

---

(MARX, 2017, p. 91). Por este motivo resolvi manter a forma da citação utilizada por Althusser para sua análise.

partir da **aplicação do método** diretamente na pesquisa depreendida por Marx. (p. 37, destaques meus)

Longe de considerar isso como um equívoco, defendo que se trata de um reflexo da vertente interpretativa do marxismo adotada, que não distingue a teoria e o método de Marx e a trata como uma filosofia da práxis. A junção entre essas duas dimensões da obra de Marx em uma filosofia da práxis é característica do marxismo hegeliano, que vê na obra de Marx um instrumento de orientação da prática revolucionária, bastando que a classe proletária tenha consciência de sua posição de explorada para que assuma as rédeas da revolução/transformação de suas condições de existência, ou seja, um instrumento da prática política.

Por outro lado, Althusser (2015) defende a cientificidade da criação de Marx, que estaria para muito além de uma filosofia da práxis, chamando a atenção para a necessidade de definição e distinção teórica do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético. Ao passo que o método inaugurado por Marx não ficaria restrito a análise do modo de produção capitalista, mas de todos os modos de produção existentes, alguns conceitos elaborados por Marx na análise do capitalismo não poderiam ser conhecidos em outro modo de produção. O que implica na, ao mesmo tempo, vinculação entre teoria e prática e na distinção entre a teoria da prática e prática da teoria.

Um dos exemplos mais emblemáticos dessa diferenciação é o tratamento dado ao conceito de ideologia e a consequência desse tratamento para pensar a racionalidade da teoria marxista. No marxismo hegeliano, a ideologia é tratada em seu sentido negativo, como uma falsa consciência, uma dissimulação, na medida em que os sujeitos alienados são aqueles que não possuem a consciência sobre os processos que os determinam. Uma vez que esses sujeitos tomam consciência, ou seja, alcançam uma forma de pensamento idealizada, um devir ideal, uma essência, deixariam de ser alienados e colocariam em prática o processo revolucionário. A razão de existir da filosofia da práxis teria essa finalidade, de viabilizar essa tomada de posição e com ela a 'desalienação' dos sujeitos. Ponte (2021), em referência à Gramsci, expõe exatamente isso, ao falar que "[...] o materialismo histórico-dialético ou (filosofia da práxis) é o exercício teórico que orienta a prática, que reorienta uma nova teoria, que auxilia o processo de olhar e interpretar o mundo e de agir sobre o mundo" (p. 85). O flerte com o humanismo, nessa linha de pensamento, confere a ela contornos idealistas, tendo em vista o tipo de racionalidade que opera aqui.

Por outro lado, Althusser (1999) irá defender o tratamento da ideologia em seu sentido positivo, visto que para ele os sujeitos são constituídos em sua própria subjetividade a partir de práticas materiais lastreadas por determinação do capital, interpelados por ideologia. A prática revolucionária não deixaria de ocorrer porque o sujeito não possui consciência, mas porque o sujeito é determinado desde sempre pela forma material do capital, que dá a cada um a constituição dos sentidos sobre o mundo e sobre a vida. E, na medida que as instituições responsáveis pela constância da interpelação ideológica são aquilo que Althusser (1999) irá chamar de Aparelhos Ideológicos de Estado, a efetivação de práticas de transformação só seriam possíveis a partir do controle sobre estes.

Com Althusser, portanto, o marxismo deixa de ser um sistema filosófico de leitura de mundo e passa a ser considerado como uma ciência com seus termos próprios. Assim como não se discute Darwin, Galileu, etc., não se trataria de uma disputa de narrativa sobre o lugar do marxismo no continente científico. Não se deveria, assim, caminhar no sentido de reformar a racionalidade capitalista, de manipulá-la, de acomodá-la em termos marxistas, mas sim caminhar no sentido de romper com esta racionalidade. Não há como adotar uma posição materialista a partir de um sujeito centrado na consciência de si, visto que esta categoria de sujeito não apenas foi criada como permanece afetada pela ciência burguesa capitalista. No entanto, não é o que percebemos quando nos deparamos com produções materialistas histórico-dialéticas no turismo.

Com suporte na Geografia, Minasi (2020) tem como principais referências Henri Lefebvre, David Harvey, Edward Soja e Flávio Villaça. Muito embora reconheça a existência de diferentes tipos de marxismo, Minasi (2020) faz referência àquilo que classifica como escola crítica do turismo, cuja base teórica vincula-se à escola frankfurtiana da teoria social, que fundamenta-se, além de Karl Marx, em autores como Immanuel Kant, Georg Hegel e György Lukács, ou seja, assenta-se sobre uma base hegeliana. Por sua vez, Ponte (2021) também é signatária do marxismo hegeliano, tendo como principal referência Antonio Gramsci e utilizando como referências secundárias diversos textos frankfurtianos, como Adorno e Horkheimer, textos afetos à Geografia como David Harvey, Milton Santos e Henri Lefebvre e, inclusive, textos inscritos sob o paradigma da pós-modernidade, como Zygmunt Bauman. Por esse percurso epistemológico, vê-se que se tratam de propostas marxistas específicas, que embora aceitas e largamente difundidas, dificilmente

podem ser consideradas como um consenso na comunidade científica marxista, sobretudo por seu diálogo com o idealismo alemão e com outras orientações epistemológicas humanistas. Como já vimos, há uma congruência de pensamento no que diz respeito à racionalidade adotada entre o marxismo hegeliano, a escola de Frankfurt e a teoria crítica.

Althusser estabelece, como já mostrei, ampla crítica à vertentes marxistas que ele chama de idealistas, por acreditarem que a simples mudança de objeto (do metafísico para o material) bastaria para converter a dialética hegeliana idealista numa dialética marxista materialista. Althusser sustenta que o método dialético hegeliano foi concebido por uma base epistemológica idealista, e que a ruptura com essa base epistemológica idealista realizada por Marx no texto de *A ideologia alemã*, implica a fundação de outro método adequado à nova proposição. Como se vê no trabalho de Minasi (2020), a autora reconhece tal ruptura entre as ideias de Hegel e Marx: “[...] Marx declara ter rompido com as premissas da filosofia neo-hegeliana de Feuerbach” (p. 36) e “o materialismo histórico dialético como base filosófica, se opõe a dialética idealista de Hegel [...]” (p. 37).

No entanto, Minasi (2020) defende a simples mudança do objeto, ela diz: “ao invés de vincular essas ideias ao espírito absoluto hegeliano, essas foram desenvolvidas dentro da concepção materialista” (p. 37). Por esse artifício, propõe a manutenção da estrutura conceitual da dialética hegeliana dizendo que:

O marxismo seria uma síntese de elementos da dialética hegeliana e do materialismo de Feuerbach. Do primeiro foi incorporado o método dialético, mas rejeitado o conteúdo idealista. E do segundo, foi absorvido o fundamento materialista, mas extraindo a visão estática da realidade material. (MINASI, 2020, p. 37)

Ponte (2021) apresenta ainda mais dificuldade em estabelecer essa reflexão em torno da assimilação de Hegel por Marx, não alcançando sequer a distinção entre idealismo e materialismo. Em duas passagens de seu texto, a autora demonstra dificuldade em saber se Hegel é, afinal, materialista ou idealista, e se o conteúdo assimilado por Marx é idealista ou outra coisa. A autora fala: “[...] capitalismo, este, que foi alvo de investigação de alguns filósofos e teve a grande contribuição das análises de Karl Marx, **em contraponto às ideias da filosofia materialista, dentre elas, as de Hegel (1841) e Feuerbach**” (PONTE, 2021, p. 69, destaque meu); também fala que “O materialismo histórico-dialético constitui a teoria e método de Marx,



resultando num novo olhar de um método antes consolidado, entretanto, noutra perspectiva, **unificada ao idealismo fundado por Hegel (materialismo hegeliano)**” (PONTE, 2021, p. 70, destaque meu); e, ao final, defende que:

No marxismo, a dialética é a maneira dinâmica de interpretar o mundo. Marx se apoia nas ideias de Hegel referentes ao perene movimento universal e ao constante processo de transformação, mas inverte os termos da reflexão. Para ele, a dialética está presente como método de transformação do real, que, por sua vez, modifica a mente criando as ideias e a realidade num todo dinâmico; a dialética é o olhar da oposição das coisas entre si, cujo conhecimento é um processo de conquistas de verdades relativas como parte de uma verdade única, absoluta e que nunca se encerra em si”. (PONTE, 2021, p. 98)

Ora, se Marx rompe com o idealismo hegeliano, como é possível que o seu ponto de vista dialético seja o de Hegel? As categorias/conceitos da dialética hegeliana não seriam concebidas a partir de pressupostos teóricos idealistas? Olhar para um determinado objeto a partir de diferentes suportes epistemológicos, e consequentemente diferentes aportes teóricos, não implicaria em categorias analíticas/conceitos distintos? As noções de conhecimento e do ato de conhecer não são afetadas pela mudança de uma base epistemológica sobre um objeto de conhecimento? A simples utilização de um mesmo termo para uma categoria/conceito em Hegel e em Marx (a contradição por exemplo) implica necessariamente em conteúdos e estruturas iguais (a contradição em Marx possui o mesmo conteúdo e estrutura da contradição em Hegel por exemplo)? Isso só é possível se defendermos, como Hegel, a unidade do processo do abstrato ao concreto, ou melhor, a autogênese de um conceito (abstrato), pelo movimento da Ideia, tomada pelo processo de autogênese do real (concreto). Ou seja, se permanecermos no campo idealista do conhecimento.

E sobre a influência de Feuerbach, é possível dizer que para Althusser (2015), os textos de Feuerbach compreendidos entre o período de 1839 e 1845 expressam a urgência dos jovens hegelianos por liberdade política, intelectual e religiosa na década de 1840, de tal modo que passam a representar de fundo o próprio pensamento filosófico daquele tempo. Não distante disso, o filósofo propõe que os textos de Marx entre 1842-1844 são feuerbachianos e inteligíveis apenas em seu contexto, qual seja, o de um humanismo e materialismo filosóficos em oposição/negação à metafísica e ao idealismo hegelianos. Ou seja, se por um lado, para Hegel as ideias eram forjadas num espaço metafísico sempre na direção de uma melhor compreensão da realidade,

prescindindo o pensamento da realidade histórica, como se as ideias estivessem numa marcha inexorável rumo ao progresso e esse progresso fosse um desdobramento desse universo de ideias; por outro, para Feuerbach, não seria a percepção de um espírito absoluto que forjaria nossa realidade, como se as ideias pudessem ser desprendidas da materialidade, mas seriam os homens, seus desejos e aspirações, que criariam esse espírito transcendental. Não à toa, em publicação de 1844, Marx dirá:

[...] o **homem** faz a religião, a religião não faz o **homem**. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que **ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente**. Mas o **homem não é um ser abstrato**, acorçado fora do mundo. **O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade**. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. (MARX, 2010a, p. 145, destaques meus)

Note-se que Marx ainda utiliza uma linguagem muito típica do antropologismo e do humanismo feuerbachianos, que o próprio Marx irá criticar um ano depois em *A ideologia alemã*. Ainda assim, a influência de Feuerbach sobre as obras de juventude de Marx é explícita de tal modo que Althusser defenderá que:

Poder-se-ia dizer, em outros termos, que Marx, naquele tempo, não fez mais que aplicar a teoria da alienação, ou seja, da “natureza humana” feuerbachiana, à política e à atividade concreta dos homens, antes de estendê-la (em grande parte) nos *Manuscritos* à economia política. (ALTHUSSER, 2015, p. 36)

Para Althusser (2015), a identificação dessa influência sobre o pensamento de Marx é importante não para delimitar aquilo que pertence a um e ao outro autor, mas para não atribuir à Marx a criação de conceitos e de problemas que ele apenas toma emprestados nesse período e para, após o texto de *A ideologia alemã*, não deixarmos de reconhecer a ruptura epistemológica que estabelece com esses conceitos e problemas, atribuindo a eles uma significação totalmente nova. Também é importante identificar essa separação visto que Marx nunca escreveu explícita e sistematicamente de forma desenvolvida sobre sua nova posição filosófica, sendo possível apenas interpretá-la através da leitura de toda sua obra de maturidade e em relação à consciência filosófica de outrora.

Essa distinção é seminal para o estudo do turismo. Por exemplo, como os conceitos marxistas são trabalhados se levamos em conta divisão da obra de Marx

elaborada por Althusser? Que conceito de alienação é utilizado nos trabalhos em turismo por exemplo? Faz diferença tomar o conceito de alienação nos *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844* ou em *O Capital* (poderíamos pensar em diversos outros conceitos)? Quando referenciam Marx, a qual Marx os trabalhos no turismo referenciam? Se há uma ou mais regularidades nesse aporte à Marx, quais as consequências para pensar as problemáticas do turismo segundo perspectivas marxistas distintas?

Com essas problematizações nota-se a ausência em Minasi (2020) e em Ponte (2021) de maior reflexão e teorização a respeito. Têm-se o hábito de tratar a obra de Marx como um todo homogêneo e linear, como a autogênese de uma ideia em constante desenvolvimento, e de tratar sua produção como um método de análise crítico ao capitalismo, sem reconhecer o percurso de sua prática teórica e o necessário amadurecimento de suas ideias, inclusive suas transformações e rupturas. Por isso, concordo com Althusser (2015) em relação à divisão da obra de Marx em fases distintas e o claro rompimento que estabelece com sua consciência filosófica anterior, sem deixar de considerar que “são sempre necessárias palavras e conceitos para romper com palavras e conceitos, e são frequentemente as antigas palavras as encarregadas do protocolo de ruptura, enquanto perdura a busca por novas” (ALTHUSSER, 2015, p. 27).

Por isso, parece ser equívoca a afirmação de que a dialética de Marx é a dialética de Hegel, e que o materialismo de Marx é o materialismo de Feuerbach. Essa afirmação só pode ser considerada sobre as obras de juventude de Marx, em que ainda perdura uma forte influência do idealismo e humanismo alemão daquele tempo. Como já descrito, reconhecer tal influência é de suma importância para que não se atribua à Marx a criação de problemas e conceitos que ele apenas toma emprestados, mas sobretudo para que seja possível o reconhecimento de sua ruptura com essa estrutura de pensamento a partir de 1845. Não se pode atribuir, portanto, às obras de maturidade de Marx sua filosofia de juventude, tampouco atribuir às obras de juventude de Marx sua teoria de maturidade, fazendo uma leitura reconciliatória e teleológica entre elas, mas sim reconhecer o caráter inédito da teoria e da filosofia marxista a partir de seu rompimento com o idealismo e com o humanismo alemão.

Tal questão não se trata de um preciosismo epistemológico, um jogo entre o certo e o errado, uma vez que traz repercussões sobre a própria estrutura fundamental da dialética com a qual se opera. Ao Marx afirmar a inversão da dialética hegeliana

com a finalidade de separar o núcleo racional de seu invólucro místico, não se pode fechar a questão apenas em torno da natureza dos objetos sobre os quais se aplicaria o seu método, mas sim um problema da própria natureza das estruturas desta dialética considerada em si mesma. É preciso reformular, então, sua racionalidade e as próprias noções que dão sustentação a essa estrutura de uma nova dialética, como por exemplo as noções de conhecimento, contradição e de totalidade.

### **3.2.2 O processo de produção de conhecimento e apreensão do objeto**

A assimilação ou ruptura entre o método de Hegel e o de Marx traz consequências decisivas para o estudo do turismo, visto que põe em questão, inclusive, a própria definição daquilo que se entende por conhecimento e seu processo de apreensão a partir de um objeto. Muitos trabalhos marxistas no turismo, como é o caso de Ponte (2021), justificam sua adesão ao Materialismo Histórico e ao Materialismo Dialético como uma forma de não limitação à aparência do fenômeno, visto que supostamente a teoria e o método de Marx possibilitariam alcançar os processos nos quais esse fenômeno se produz, os mecanismos envolvidos nessa produção e, de certo modo, alcançar uma essência desses processos e do próprio objeto: “[...] a aparência não esgota aquilo que é o fenômeno, e a aparência tanto mostra, como oculta” (PONTE, 2021, p. 37). Aqui, mais uma vez, a separação ou união entre as proposições marxistas e hegelianas são fundamentais, uma vez que pode-se questionar a própria noção de essência e apreensão do real. Afinal, sobre qual objeto falamos quando pensamos em conhecimento na dialética marxista?

Para definir, a partir de *O Capital*, o conceito do objeto de Marx, é necessário, antes, definir o conceito de sua distinção dos objetos que antecedem Marx e aos quais ele faz referência. O que distingue, especialmente, o objeto de *O Capital* do objeto da Economia Clássica à que Marx estabelece sua crítica? Para determinar, portanto, a especificidade diferencial desse objeto é necessária uma “leitura crítica e epistemológica que assinale o lugar que Marx se separa teoricamente de seus predecessores e determine o sentido dessa ruptura” (ALTHUSSER, 1980, p. 9). É necessário, portanto, um recurso à própria filosofia marxista.

Althusser (1979) propõe uma leitura sobre o objeto específico, sobre o discurso específico e a relação específica desse discurso com esse objeto em *O Capital*, para pensar em que medida essa unidade discurso-objeto se diferencia das

demais unidades discurso-objeto e, com isso, pensar o lugar específico de *O Capital* na história do saber, seu lugar numa epistemologia da ciência. Teria sido *O Capital* simples continuação das obras de juventude de Marx? Teria sido simples continuação do objeto e dos conceitos da economia política clássica a que Marx recorreu? A distinção da economia política clássica teria sido dada pelo método inspirado em Hegel? Ou *O Capital* nos apresenta uma verdadeira mutação em relação ao objeto, aos conceitos e ao método em Marx, fundando uma ciência totalmente nova?

O primeiro destaque diz respeito ao que Althusser (1979) irá chamar de **leitura sintomal** de Marx e que isso vai acarretar em uma interpretação de que só seria possível para Marx fazer tal tipo de leitura estando em um terreno científico totalmente novo e diverso do qual ele analisa. Para Althusser (1979) existem dois níveis de leitura nesse contexto. O primeiro nível é uma leitura imediata, daquilo que está manifesto na opacidade imediata do texto, suas concordâncias e discordâncias através de seu próprio discurso. Nesse primeiro nível de leitura permanecemos no terreno do enunciado, e da teoria, do lido. Discute-se o texto com ele mesmo, faz-se uma leitura teórica retrospectiva. A questão é que para o autor, “a verdade da história não se lê em seu discurso manifesto, porque o texto da história não é um texto em que fale uma voz (o Lógos), mas a inaudível e ilegível anotação dos efeitos de uma estrutura de estruturas” (ALTHUSSER, 1979, p. 15-16). O trabalho do conhecimento não se reduz ao reconhecimento da simples relação de visão, o objeto não se reduz ao dado.

O segundo nível de leitura busca, então, na opacidade do texto, o que não está dito ali quando se diz, o não visível no visível, num terreno totalmente novo. Para isso é necessário conceber o conhecimento como produção e perceber a transformação do objeto nos espaços deixados vazios, nos equívocos, como produtores de uma problemática nova. “Esses novos objetos e problemas são necessariamente invisíveis no campo da teoria existente, porque não são objetos dessa teoria, porque são seus interditos - objetos e problemas necessariamente sem relações necessárias com o campo do visível definido por essa problemática” (ALTHUSSER, 1979, p. 25). Por isso ele irá considerar esses lapsos como sintomas teóricos, impondo àquele que executa o segundo nível de leitura, uma leitura instruída, produzida por uma reflexão de mudança de terreno, pela transformação da problemática. Ou seja, é preciso medir a problemática visível inicialmente “com a problemática invisível contida no paradoxo de uma resposta não-correspondente a qualquer questão proposta” (ALTHUSSER, 1979, p. 28).

Assim é a segunda leitura de Marx: leitura que ousaremos chamar de “**sintomal**”, na medida em que, num mesmo movimento, ela discerne o indiscernível no próximo texto que lê, e o relaciona com **um outro texto**, presente por uma ausência necessária no primeiro. Assim como sua primeira leitura, a segunda leitura de Marx pressupõe a existência de **dois textos**, e a medida do primeiro pelo segundo. Mas o que distingue essa nova leitura da antiga é que, na nova, o **segundo texto** articula-se nos lapsos do primeiro. (ALTHUSSER, 1979, p. 27-28, destaques do autor)

Por isso, Althusser (1980) refuta a ideia de que Marx haveria apenas preenchido lacunas no conhecimento produzido pela Economia Política clássica, ou de que Marx teria aplicado apenas outro método (o dialético de Hegel) ao mesmo objeto da Economia Política clássica. Para Althusser (1979), a lição de Marx com seu método próprio de leitura é nos mostrar que é do saber ouvir os espaços de falta de um discurso científico, seus pontos de fragilidade, que o seu progresso e sua sobrevivência tornam-se possíveis. É tratar a ausência de um conceito sob a presença de uma palavra, numa resposta dada a uma questão ausente e na própria questão ausente, como um sintoma, que a leitura sintomal se apresenta.

[...] discernir nele, na aparente continuidade do discurso, as lacunas, os espaços em branco e as falhas do rigor, os lugares onde o discurso de Marx é apenas o não-dito do seu silêncio, surgindo no seu próprio discurso. [...] numa leitura epistemológica e crítica, não podemos deixar de ouvir sob essa palavra proferida o silêncio que ela encobre, nem deixar de ver o espaço em branco do rigor interrompido, pelo tempo apenas de um relâmpago, no espaço negro da página; correlatamente, não podemos deixar de perceber sob esse discurso aparentemente continuado, mas de fato interrompido e subjugado pela irrupção ameaçadora de um discurso que recalca, a voz silenciosa do verdadeiro discurso, nem deixar de restaurar o texto, para lhe restabelecer a continuidade profunda. Nisso é que a identificação dos pontos precisos da falha do rigor de Marx coincide com o reconhecimento desse rigor: esse rigor é que nos indica as suas falhas; e no instante pontual de seu silêncio provisório, nada mais fazemos do que lhe dar a palavra que é a sua. (ALTHUSSER, 1980, p. 89-90)

No entanto, para Althusser (1979), o trabalho de concepção da filosofia de Marx impõe a necessidade de “conceber a essência do próprio movimento pelo qual é produzido o seu conhecimento [o de Marx] ou conceber o conhecimento como produção” (p. 34). Para dar sustentação a isso, Althusser (1979) realiza uma longa digressão sobre aquilo que fundamenta, para ele, o processo de produção de conhecimento em Marx, inclusive sobre o que podemos compreender por conhecimento na leitura marxista. Ele realiza um percurso sobre a concepção de conhecimento no empirismo, visto que, para ele, Marx identifica a mesma concepção

no idealismo hegeliano. O processo empirista do conhecimento, em sua leitura, se dá por uma identificação entre o objeto real e o objeto de conhecimento (essência do real), ou seja, “conhecer é abstrair a essência do objeto real, cuja posse pelo sujeito chama-se então conhecimento” (ALTHUSSER, 1979, p. 36). O conhecimento seria assim uma relação interior ao seu objeto real, está contido em sua estrutura formada pelo essencial e pelo inessencial. O objeto de conhecimento está, portanto, oculto no objeto real, do qual é necessário extrair a essência.

Ao conceber assim o processo de produção de conhecimento, o empirismo confirma algo que ao mesmo tempo nega: o objeto de conhecimento é algo diferente do objeto real, pois é apenas parte dele. Marx irá refutar em Hegel a mesma concepção de conhecimento. Na *Introdução à Crítica da Economia Política*, de 1857, Marx (2008) dirá que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como o resultado do pensamento (ideia de um real). Por este motivo, essa distinção não diz respeito apenas à distinção entre as duas naturezas dos objetos, mas também à distinção do próprio processo de produção de conhecimento. Em Marx, sem correr o risco de um idealismo, o processo de produção de conhecimento ocorre inteiramente no conhecimento (no pensamento), este considerado como um

[...] sistema historicamente constituído de um aparelho de pensamento, fundado e articulado na realidade natural e social. É determinado pelo sistema das condições reais que fazem dele [...] um **modo de produção determinado de conhecimentos**. Como tal, é constituído por uma estrutura que combina [...] o tipo de objeto (matéria-prima) sobre o qual ele trabalha, os meios de produção teóricos de que dispõe (teoria, método e técnica, experimental ou qualquer outra), e as relações históricas (ao mesmo tempo teóricas, ideológicas e sociais) nas quais ele produz. Esse sistema determinado das condições da prática teórica é que atribui a este ou aquele sujeito (indivíduo) pensante o seu lugar e a sua função na produção dos conhecimentos. Esse sistema de produção teórico, [...] cuja prática se funda e se articula nas práticas econômicas, políticas e ideológicas existentes, que lhe fornecem direta ou indiretamente o essencial de sua “matéria-prima” - possui uma realidade objetiva determinada. (ALTHUSSER, 1979, p.42-43, destaque meu)

Ou seja, quando em Marx se localiza que o processo de produção de conhecimento ocorre inteiramente no pensamento, quer-se dizer que o pensamento é um sistema real, colocado e “articulado no mundo real de uma sociedade histórica dada, que mantém relações determinadas com a natureza, um sistema específico, definido pelas condições de sua existência e de sua prática, isto é, por uma estrutura própria” (ALTHUSSER, 1979, p. 43). A concepção de uma totalidade concreta como

uma totalidade do pensamento só poderia, então, ser um produto do próprio pensamento, jamais correspondendo à totalidade concreta real, o que acaba por desfazer o mito do conhecimento empirista-idealista. O modo de produção de conhecimento não trabalha, portanto, sobre o objeto real, mas sobre o objeto de conhecimento, com sua própria matéria-prima sempre-já complexa (ALTHUSSER, 1979).

Impõe-se então, à concepção marxista de conhecimento como produção, uma problemática diferente daquela do conhecimento empirista: “mediante que mecanismo a produção do objeto do conhecimento produz a apropriação cognitiva de seu objeto real que existe fora do pensamento no mundo real?” (ALTHUSSER, 1979, p. 59). Busca-se, portanto, um modo específico de apropriação do mundo por meio de uma prática específica do conhecimento sobre seu objeto (que é distinto do objeto real), e não as condições de produção dos conhecimentos, que uma teoria da história do conhecimento daria conta de responder. Trata-se de pensar o que Althusser (1979) irá chamar de “efeito de conhecimento” (p. 66).

Para Althusser (1979), quando Marx propõe a sociedade existente como um resultado histórico, ele não está recorrendo à concepção teleológica hegeliana do resultado como desfecho de uma gênese, mas da combinação articulada do corpo social, de sua estrutura atual (àquele tempo), entendendo não só este corpo como um resultado, mas também como um corpo que funciona como sociedade. Não se trataria, portanto, de explicar o mecanismo pelo qual a história produziu como resultado o modo de produção capitalista, mas como ela o produziu como um modo social de produção. Ou seja, “[...] o que Marx estuda em O Capital é o mecanismo que faz existir como sociedade o resultado da produção de uma história” (ALTHUSSER, 1979, p. 70). Indo mais além, “a compreensão do mecanismo de produção do efeito de sociedade por esse resultado, que é efetivamente uma sociedade real existente” (ALTHUSSER, 1979, p. 71).

No caso em questão, a apropriação cognitiva do objeto real pelo objeto de conhecimento, seria a prática teórica (mecanismo), através da produção de seu objeto de conhecimento, a responsável por produzir um efeito de conhecimento de um objeto real. Esse efeito de conhecimento seria produzido como efeito através do discurso científico, que só existe como discurso de um sistema em que o objeto se encontra tomado pela estrutura de sua constituição complexa, ou seja, sistema que determina a definição e a ordem de cada conceito em razão de seu lugar e função no interior



dessa estrutura. Não há conhecimento, portanto, apartado dos efeitos dessa estrutura, inerte à ideologia e aos processos de sua produção, como se a essência representasse uma verdade inelutável.

Esta última questão nos põe em definitivo diante da natureza diferencial do discurso científico, isto é, da natureza específica de um discurso que não pode ser sustentado, como discurso, a não ser em referência ao que está presente como ausência a cada instante de sua ordem: o sistema constitutivo de seu objeto, o qual exige para existir como sistema a presença ausente do discurso científico que o “desenvolve”. (ALTHUSSER, 1979, p. 74)

É possível partir, então, para a distinção principal entre real e pensamento no capítulo três da introdução de 1857 da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, cujo título é *O método da Economia Política*. Essa distinção implica em dois princípios para Marx (2008): (1) a tese materialista do primado do real sobre o pensamento - o real existe independentemente do pensamento; (2) a tese materialista da especificidade do pensamento e do processo de pensamento em relação ao real e ao processo real - todas as operações do pensamento na qual o real é pensado pertencem ao pensamento, não podendo ser confundidas com o real. Entre o pensamento do real e o real há apenas uma relação de conhecimento. O estabelecimento de uma indistinção entre pensamento e real implica ou no idealismo especulativo de Hegel (o real como resultado do pensamento) ou no idealismo empirista, que toma o real pelo próprio pensamento do real.

Mas é interessante perceber como, ao escolher entre começar pelo concreto real (real) ou começar pelo concreto do pensamento (abstração), Marx (2008) opta por começar pela abstração, pelo concreto do pensamento, visto que é ela quem é capaz de produzir um conhecimento do real (relação entre real e pensamento). Essa questão daria a entender por uma continuidade entre o objeto de Marx e dos economistas clássicos, mas, exercitando uma leitura sintomal sobre a questão que se mostra pela ausência no discurso de Marx, percebe-se que “o processo de conhecimento é processo de trabalho e de elaboração teórica, e que o concreto-de-pensamento, ou conhecimento do real, é o produto dessa prática teórica” (ALTHUSSER, 1980, p. 25). É necessário não apenas partir dessas abstrações já existentes, mas interrogá-las em sua especificidade e em sua correspondência com o objeto pensado, o que implica em novas abstrações, que se dão ao longo do processo da prática teórica, que é uma prática de transformação.

No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Assim é que Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento [...]; enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto [...]. Porém, isso não é, de nenhum modo, o processo da gênese do próprio concreto. [...] **A totalidade concreta, como totalidade do pensamento, como uma concreção do pensamento, é, na realidade, um produto do pensar**, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos. [...] É um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo artístico, religioso e prático de se apropriar dele. O objeto concreto permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo, isto é, o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. (MARX, 2008, p. 261-262, destaque meu)

Retomando a leitura do prefácio de Engels à edição inglesa de *O Capital*, Althusser (1980) constata “a existência de uma relação funcional necessária entre a natureza do objeto, a natureza da problemática teórica e a natureza da terminologia conceitual” (p. 95). O revolucionar de um desses elementos implica necessariamente no revolucionar dos demais, tornando possível identificar em Marx uma ruptura com a problemática que lhe antecede e, conseqüentemente, a fundação de uma nova problemática, que traz consigo um novo objeto de conhecimento e um novo corpo conceitual.

Buscando evitar qualquer interpretação empirista sobre aquilo que diz, Althusser (1980) pontua que:

[...] o processo de produção de um conhecimento passa necessariamente pela transformação incessante do seu objeto (conceitual); que essa transformação, que coincide com a história do conhecimento, tem por efeito precisamente produzir um novo conhecimento (um novo objeto de conhecimento) que diz respeito sempre ao objeto real, do qual o conhecimento se aprofunda precisamente pelo remanejamento do objeto de conhecimento. [...] O objeto real, do qual se trata de adquirir ou aprofundar o conhecimento, permanece o que é, antes e depois do processo de conhecimento que lhe diz respeito; [...] o aprofundamento do conhecimento desse objeto real efetua-se por um trabalho de transformação teórica que atinge necessariamente o objeto de conhecimento, dado que só se refere a ele. (ALTHUSSER, 1980, p. 103)

A crítica da Economia Política feita por Marx (2008) questiona, assim, “não apenas o objeto da Economia Política, mas a própria Economia Política como objeto” (ALTHUSSER, 1980, p. 105), ou seja, questiona sua própria validade de existência

contrapondo-lhe uma nova problemática e um novo objeto. Para operar esse movimento, Marx teria questionado a própria existência (natureza) do objeto da Economia Política, construindo o conceito do objeto novo em *O Capital*.

Ao observarmos o modo através do qual se desdobra a produção de conhecimento em Ponte (2021), apreendemos que a autora relaciona os textos analisados sobre ecoturismo (discurso científico) à critérios da OMT/UNESCO para o ecoturismo (discurso institucional). Em ambos os casos, tratam-se de materialidades produzidas inteiramente sob o recorte de quem as produziu e que, por sua vez, passam pela leitura da própria autora, que as relaciona com a finalidade de observar a correspondência de variáveis entre as produções teóricas analisadas com as orientações do órgão internacional feitas em data anterior. A essa correspondência, a autora compreende uma representação do real, mediação e correlação discursivas que se estabelecem entre órgãos gestores, setor privado e academia.

O problema é que não ficam claros os critérios estabelecidos pela autora para as definições de variáveis estabelecidas, tampouco a relação que estabelece entre essas variáveis. Pode-se dar, como exemplo, a relação que a autora estabelece, em dimensão denominada “conservação da natureza”, entre a categoria “proliferação de áreas protegidas/criação de parques” com o constructo “ideias de hegemonia e bloco histórico na investigação da conservação das áreas protegidas” e o critério OMT/UNESCO “garantia de que o ensino de práticas ambientais e de conservação para a equipe de trabalho em áreas naturais protegidas e operações ecoturísticas sejam estendidas às comunidades” (PONTE, 2021, p. 166). Não parece haver uma relação de evidência entre as variáveis relacionadas e tampouco a autora explica o motivo pelo qual, especificamente, tais relações são estabelecidas.

O objetivo geral desse quadro analítico, segundo a autora, é demonstrar que sob o discurso da sustentabilidade e conservação ambiental, práticas discursivas hegemônicas e reprodutoras do ideário capitalista desdobram-se sobre as práticas estabelecidas pelo setor privado na criação de áreas naturais protegidas, em cujo projeto o ecoturismo figura como elemento motor. Ora, o que a autora relaciona, não é o discurso do setor privado com o discurso institucional, mas a apreensão do discurso do setor privado pelo discurso científico como desdobramento do discurso institucional capitalista. Há, portanto, uma dissonância entre aquilo que a autora elabora como seu objeto de conhecimento e o objeto real que a autora eleva ao status de objeto representado.

Ainda que Ponte (2021) estabeleça tal relação utilizando estudos de caso, o objeto concreto sobre o qual a autora elabora seu objeto de conhecimento não é o discurso do setor privado e de seus agentes, ou mesmo das práticas concretas dos atores envolvidos, mas uma representação desse discurso elaborada por um discurso científico a esse respeito. Na medida em que a autora, então, acredita estar lidando com um objeto real (as práticas e o discurso dos agentes privados em torno do ecoturismo como representação de uma realidade), limita-se à leituras dessa realidade. Mesmo que tais leituras possam ser relacionadas com o discurso hegemônico capitalista institucional, o que está em jogo aqui é sua relação com o discurso científico e não outra coisa.

Todavia, apesar de enunciar a escolha de um dispositivo de análise do discurso materialista, qual seja, a análise do discurso elaborada por Michel Pêcheux, a autora apresenta uma definição de discurso como sinônimo de fala, presa à superfície do enunciado e a uma racionalidade que não pertence à Michel Pêcheux, diferindo da própria noção de discurso elaborada por ele. Para Pêcheux (2014a) discurso representa um efeito de sentidos entre lugares determinados numa formação social dada. Ao referenciar Pêcheux, Ponte (2021) claramente sinaliza para uma leitura do processo dialético teorizado por Althusser: “[...] um problema científico se coloca sempre em um campo conceitual e instrumental-experimental e este desempenha o papel de matéria-prima a ser transformada pela prática teórica” (PONTE, 2021, p. 56). Lembremos que Althusser foi um dos pilares do dispositivo teórico-analítico desenvolvido por Pêcheux. No entanto, para que seja possível elaborar melhor a proposição de Pêcheux, que pertence a uma escola marxista diferente da de Gramsci (principal referência marxista da autora), Ponte (2021) não consegue implementar ou trabalhar com qualquer conceito desse dispositivo, menos ainda elaborar um problema que corresponda a uma prática teórica de vertente althusseriana, visto que a racionalidade com a qual trabalha é a do sujeito autodeterminado, centrado na consciência, humanista. Ambos, autora e sua noção de sujeito, ficam presos à evidência daquilo que dizem.

Atravessada pela tautologia de sua lógica estabilizada, a autora conclui aquilo que supõe desde o início de seu trabalho, que “[...] os artigos selecionados no estado da arte demonstraram uma aproximação importante com o discurso que se situa no centro das negociações que envolvem as áreas naturais protegidas” (PONTE, 2021, p. 178), o que a faz imediatamente estabelecer uma relação de correspondência sobre

uma realidade concreta diferente daquela investigada. Entretanto, a própria autora, na elaboração de suas teses e antíteses iniciais de investigação, aponta como objeto o discurso científico, visto que para ela se tratava de identificar a aproximação/distanciamento teórico e prático entre as ações e o conceito de sustentabilidade e o ecoturismo implementado em áreas naturais protegidas, e a confluência/divergência entre a abordagem da sustentabilidade e sua institucionalização funcional.

O que está em jogo nessas teses e antíteses é a correspondência entre o discurso científico e as práticas concretas dos atores privados envolvidos com a implementação e gestão do ecoturismo em áreas naturais protegidas. Mas no desdobramento de seu trabalho, Ponte (2021) direciona seu olhar para uma suposta correspondência entre um objeto real das práticas concretas do ecoturismo e o discurso institucional hegemônico capitalista, acreditando comprovar tal correspondência. Por isso, a autora não alcança as múltiplas determinações e contradições que envolvem o discurso científico sobre o tema investigado, pois ignora a concretude do próprio modo de produção de conhecimento em que se inscreve.

É nesse sentido que, em minha interpretação, a autora se situa no interior de uma compreensão de conhecimento empirista, que é a noção de conhecimento do idealismo hegeliano, estabelecendo a correspondência entre o objeto real e o objeto de conhecimento sem ter a clareza da definição e relação entre ambos, como se o real estivesse acessível e/ou “falasse” por meio dos trabalhos analisados. Com isso, alcança contradições inerentes aos processos discursivos que envolvem a proposição, implementação e gestão do ecoturismo em áreas naturais protegidas num contexto capitalista, mas não estabelece as determinações e correlações dessas contradições entre si e delas com o discurso científico, relegando a este uma verdade essencializadora do real.

Minasi (2020), por sua vez, propõe uma análise que busca a compreensão dos distintos determinantes sobre a transformação e o uso do território a partir do processo de urbanização turística, e indica como meio para isso a caracterização da morfologia urbana e das práticas espaciais de turistas e residentes associada a esse processo em quatro destinos turísticos elencados por ela. É na busca por esses distintos determinantes que Minasi (2020) localiza a necessidade de adoção do que chama de Materialismo Histórico Dialético, visto que para ela a proposta permite a compreensão das mediações e correlações do objeto a partir de uma perspectiva

histórica, onde múltiplas forças internas e externas, passadas e presentes, políticas, econômicas e sociais se enfrentam.

A autora busca construir uma base teórica que relaciona aquilo que ela nomeia como categorias do Materialismo Histórico Dialético com aquilo que ela nomeia como categorias associadas ao estudo da urbanização turística. São essas categorias: “Valor de uso”, associada à categoria “Uso e ocupação”, referindo-se à apropriação do território para usos distintos de sua finalidade cotidiana, que está relacionada ao uso que a população residente faz desse território; “Valor de troca”, associada à categoria “Território mercadoria”, referindo-se à transformação do uso original do território em seu consumo como mercadoria, que está associado ao uso que os turistas fazem do território; “Modo de produção”, associada à categoria “Produção e consumo”, referindo-se ao uso do território para produção e consumo do turismo; “Contradição”, associada à categoria “Segregação e gentrificação”, referindo-se às marcas negativas produzidas pelo turismo sobre o território, como enclaves, gentrificação, suburbanização, acesso seletivo ao lazer, etc.; “Dialética”, associada à categoria “Dinamicidade”, referindo-se às mudanças contínuas e ininterruptas do território e dos elementos e atores que operam sobre o território a partir do fluxo de produção e consumo do turismo; e, “História”, associada à categoria “Apropriação”, referindo-se ao resultado da apropriação de processos pretéritos sobre os quais se dá o desenvolvimento do território e da urbanização turística ao longo do tempo.

O que se pode depreender dessa associação realizada por Minasi (2020) é o estabelecimento de uma relação direta entre o nome das categorias do Materialismo Histórico Dialético e o sentido atribuído às categorias da urbanização turística, não havendo uma preocupação em teorizar as categorias do Materialismo Histórico Dialético segundo os preceitos dessa teoria. O sentido atribuído a essas categorias é definido pelo sentido das categorias que originam-se no referencial da urbanização turística, sem que haja, necessariamente, uma correspondência clara da teorização entre eles. Em nenhum momento é realizada a teorização dessas categorias com referência ao aporte teórico produzido por Marx e Engels, tampouco essas categorias se prestaram a definir o recorte ou desenho sobre o objeto pesquisado. É tanto que a relação entre teoria e objeto não é outra senão a relação entre a teoria da urbanização turística e o objeto urbanização turística.

Ao deslocar-se para a primeira de suas análises, a autora opta por um desenho metodológico que não privilegia a observação das categorias anteriormente

descritas. As imagens colhidas por sensoriamento remoto e analisadas por meio de *software* permitem a ela avaliar questões como maior ou menor presença e concentração do turismo nos territórios por meio de dados de ocupação do solo, presença de infraestrutura turística nos municípios, análise morfológica do ordenamento e uso das construções urbanas nos municípios e distribuição da infraestrutura turística.

E, embora a autora exponha que “a estrutura de análise do conjunto de dados coletados e sistematizados é baseada nas categorias de análise assumidas” (MISASI, 2020, p. 73), não é possível afirmar que a estrutura de análise contempla essas categorias pelo suposto do Materialismo Histórico Dialético adotado por ela. Eles são apenas vinculados à determinada análise executada pela autora para confirmar a ausência ou presença de determinada categoria em sua interpretação, o que Minasi (2020) chama de validação das categorias na realidade empírica. O que se quer dizer é que não há uma teorização que leve ao conhecimento de determinada realidade operada pela autora a partir de determinada categoria, mas sim a manipulação por parte da autora de seu objeto de conhecimento para que corresponda a uma determinada interpretação da teoria que ela tenha produzido.

Assim, os conceitos listados pela autora em seu capítulo anterior não são utilizados para a compreensão dos processos e das relações que abarcam o fenômeno da urbanização turística, suas múltiplas relações entre si, entre os elementos que compõem a estrutura social e entre suas distintas instâncias. Tangencia-se superficialmente relações que envolvem esses níveis econômicos (participação do turismo na economia dos municípios), político-jurídico (ordenamento do plano diretor dos municípios) e ideológico (morfologia urbana), mas não há um aprofundamento que nos permita olhar para esses níveis a partir dos conceitos previamente estabelecidos, que são mencionados ao fim da análise apenas pelo estabelecimento de uma relação entre algo analisado e o conceito.

Posso dar como exemplo trecho da análise da autora em que fala: “Nos resultados sobre a cobertura do solo, evidenciando a alteração sobre a classe vegetação nativa, sendo a principal ‘fornecedora’ de solo para a classe área construída, a categoria **apropriação** se destaca” (MINASI, 2020, p. 100, destaque da autora). Ora, o que a autora observa? Que no período analisado houve um incremento da área construída e uma diminuição da vegetação nativa, logo, no que se refere à cobertura do solo da área analisada, o processo de urbanização turística promove

uma apropriação do território ao longo da história, modificando-o. A categoria história, associada anteriormente pela autora à categoria apropriação, aqui não tem outro sentido que não a cronologia do tempo, por meio do qual se desenvolvem processos de apropriação e transformação de formas previamente estabelecidas para outras baseada no modo de produção econômico ali dominante.

Não são analisados pela autora as relações sociais que envolvem esse processo, as relações econômicas, políticas, jurídicas, ideológicas, etc. Não há uma análise dos determinantes dessa apropriação, das interconexões que existem entre as diferentes dimensões que envolvem esses processos ao longo de e em cada curso da história, suas contradições e o que o modo de produção tem a ver com isso. O que se faz é única e exclusivamente a observação do avanço da área construída e a constatação de que, para se desenvolver, o turismo precisa se apropriar do território. Fica claro que para a autora, a realidade fala antes e a relação entre objeto e teoria é uma relação de reconhecimento e não de conhecimento. É possível dizer que há uma relação entre a teoria do Materialismo Histórico, um método de relação entre essa teoria e o objeto referenciado à dialética e o objeto em si nesta análise? A resposta é apenas uma: não. Nas demais análises realizadas pela autora essa dinâmica se repete.

Fica claro que a autora parte de uma suposição de conhecimento produzido por meio de uma identificação entre o objeto real e seu objeto de conhecimento, o primeiro tomado pelo último. E, embora defina categorias pertencentes ao Materialismo Histórico Dialético antes, não utiliza dessas abstrações na apreensão de seu objeto, mas parte de dados empíricos para, posteriormente, afirmar ou refutar a validação das categorias a partir desse suposto concreto. Porém, como disse Althusser (1978b),

[...] o conhecimento destes objectos concretos, reais, singulares, não é um dado imediato, nem uma simples abstração, nem a aplicação de conceitos gerais a dados particulares [...], [mas] é o resultado de todo um processo de produção de conhecimento, cujo resultado é aquilo que Marx chama 'a síntese de uma multiplicidade de determinações', sendo esta síntese o 'conhecimento concreto' de um objecto concreto. (p. 54)

É posto, portanto, que o Materialismo Histórico Dialético de que fala a autora não se presta enquanto teoria de conhecimento, uma vez que não se presta a dar o conhecimento do objeto real através de sua relação com seu objeto de conhecimento.



Isso nos faz concluir que a autora inscreve seu processo de apreensão e produção de conhecimento numa espécie de idealismo empírico.

### 3.2.3 Contradição

Como se verá a frente, a contradição não apenas é o elemento nodal da especificidade da dialética marxista, como também é o ponto de virada para a cientificidade do Materialismo Histórico e o indicador das possibilidades de transformação social. Marx (2017) defende que “a investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (p. 90). Tenho defendido aqui que, para Marx, a partir dessa necessidade de capturar o movimento real da matéria, foi preciso reconhecer a necessidade de empreender um projeto que se distinguisse de todo o projeto metafísico e idealista de até então, o que somente uma análise simultaneamente dialética e materialista poderia fazer.

Quando Marx nos instiga a ir além da percepção aparente do objeto, dado o contexto de um materialismo e de uma dialética, quero pensar que este movimento real não se trata de um movimento simples, mas de um movimento dialético. Por sua vez, este movimento dialético não é (ou não deveria ser), igualmente, caracterizado por uma noção de contradição simples, como expressão de uma unidade originária, mas sim de um conceito de contradição que contempla esta complexidade. Nesta seção, gostaria de defender a seguinte afirmação: a complexidade do fenômeno turístico é contemplada pela sobredeterminação althusseriana da contradição marxista.

Althusser (2015) irá propor que, em oposição à contradição hegeliana, a contradição marxista é sobredeterminada em seu princípio. Para ele, ainda que a contradição em geral (a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, encarnada na contradição entre classes antagônicas) possa pautar um processo iminente de ruptura, ela não consegue por si só provocar esse processo. Para que isso seja possível, é necessária uma acumulação de contradições (não necessariamente homogêneas e de mesma origem) numa “unidade de ruptura” (ALTHUSSER, 2015, p. 78) cuja constituição abrange, entre outras, a contradição em geral. Tais contradições e sua fusão, para Althusser (2015), não podem ser

consideradas seu puro fenômeno, porque dependem das relações de produção, das superestruturas e da conjuntura internacional. Ao se fundirem numa unidade, as diferenças que constituem cada uma das contradições simples não se dissipam, mas “a constituem com sua essência e sua eficácia próprias, a partir do que são e segundo as modalidades específicas de sua ação” (ALTHUSSER, 2015, p. 79), reconstituindo e realizando a contradição em geral e também indicando a sua natureza.

[...] a “contradição” é inseparável da estrutura do corpo social como um todo, no qual ela se exerce, inseparável de suas condições formais de existência, e mesmo das instâncias que governa; que é, portanto, a própria contradição, em seu âmago, afetada por elas, determinante mas igualmente determinada num único e mesmo movimento, e determinada pelos diversos níveis e pelas diversas instâncias da formação social que ela anima [...]. (ALTHUSSER, 2015, p. 79)

Ao contrário, para Althusser (2015), a contradição hegeliana não é sobredeterminada, mas resultado de uma interiorização cumulativa, na medida em que Hegel indica a constituição de toda consciência a partir de um passado suprimido-conservado em seu presente, possuindo assim os mundos de suas essências superadas. Para o franco-argelino, “essas formas passadas da consciência e esses mundos latentes (correspondentes a essas formas) jamais afetam a consciência presente como determinações efetivas diferentes dela mesma” (ALTHUSSER, 2015, p. 79), exteriores a ela, mas como ecos de sua historicidade, ecos de si mesmo. A contradição hegeliana, para Althusser (2015), portanto, é simples, porque permite a redução da totalidade (todos os elementos concretos que fazem a vida concreta de um mundo histórico) em um princípio de unidade interna simples, ou seja, porque considera a vida concreta de um povo como a exteriorização-alienação de um princípio espiritual interno, que representa a forma mais abstrata da consciência de si desse mundo, de sua ideologia mais abstrata, e não de sua realidade material.

Seria nesse sentido que se daria o movimento da dialética de Hegel, por um princípio de contradição simples, onde não há espaço para ruptura, apenas para a mutação de uma reminiscência de si refletida em seu próprio princípio interno. Como diz Ponte (2021), “numa perspectiva marxista, o ‘ser é movimento’ (PAULO NETTO, 2016, p. 20), e esse movimento é interno, imanente. No mundo, o ser tem seu movimento automovido, dinâmico, sendo este um campo de tensões e contradições” (p. 67). Tal postura localiza Ponte (2021) precisamente no campo do idealismo hegeliano.

Minasi (2020), por sua vez, mostra em seu trabalho uma noção de contradição simples, vinculada à contradição hegeliana, ao dizer que “[...] a atividade turística gera consequências contraditórias, positivas e negativas, pois seguem a lógica da produção capitalista” (p. 33), ou ainda que

A contradição é destacada como uma categoria essencial do materialismo dialético. É que também está presente como a lei fundamental, a unidade e luta dos contrários, a Lei da Contradição. A contradição é a fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos (Triviños, 1987). O fato de os contrários não existirem independentemente de estar um sem o outro constitui a unidade dos contrários. Os contrários interpenetram-se, porque em sua essência têm alguma semelhança, de acordo com o autor, “alguma identidade, que se alcança quando se soluciona a contradição, quando se realiza a passagem dos contrários de um para o outro, nesse ponto a identidade é importante, mas também o é a diferença” (Triviños, 1987: 69). (MINASI, 2020, p. 38-39)

Percebe-se aqui que se trata de uma contradição com um princípio de unidade interna simples, com estrutura e eficácia própria, dois polos de oposição positivo e negativo que se autodeterminam em direção a sua própria resolução e se constituem como expressão dessa unidade originária. Transpondo para o turismo, haveria assim um princípio interno, resultado de uma interiorização cumulativa histórica, que se exterioriza na forma de uma contradição simples, positiva (desenvolvimento econômico, geração de empregos, valorização das manifestações culturais, conservação ambiental, etc.) e negativa (gentrificação, suburbanização, acesso seletivo ao turismo, impacto ambiental, etc.), e que em seu próprio movimento de autodeterminação encontra sua solução em sua identidade, ou seja, a retomada de uma essência ética do turismo, emancipadora. Essa exteriorização assume a forma de uma alienação, uma perda de essência do turismo, de sua consciência de si, sendo necessário compreender as causas desse desvio de percurso para, com isso, evitar os efeitos dessa perda, assimilando à consciência anterior uma nova consciência. Trata-se do movimento da ideia, pois, da estrutura linear e homogênea da dialética hegeliana, onde a ruptura não encontra espaço senão sob a forma dessa assimilação.

Ponte (2021) apresenta a contradição de forma análoga à Minasi (2020). Para a autora, a contradição representa a composição de “polos opostos, complementares e extremos da mesma questão e suas interposições em diferentes graus” (PONTE, 2021, p. 24). Além disso, é possível observar a contradição em Ponte (2021) a partir da estrutura dialética escolhida pela autora, quando coloca que “[...] faz-se necessário reconhecer que as Teses demandam Antíteses, estas sendo idênticas em natureza,

mas diferentes em grau, pois é nesse processo de contradição que fizeram surgir as Sínteses desta investigação” (p. 24). Interpreta-se aqui, do mesmo modo, um princípio de contradição interna simples, cuja solução envolve seu encontro com uma essência perdida por meio de sua autodeterminação, do auto movimento da ideia sob a forma de uma síntese, que nada mais é do que a assimilação dessa identidade originária comum. Trava-se uma luta do bem contra o mal, da “economia global em crescimento acelerado [contra] o uso dos recursos naturais” (PONTE, 2021, p. 23), da tese contra a antítese, etc.

Entretanto, a resolução de uma contradição simples, a síntese na forma de uma assimilação, não rompe com sua lógica interna. Isso fica claro quando Ponte (2021) precisamente destaca em seu trabalho o uso que corporações capitalistas realizam do ecoturismo e de mecanismos de conservação da natureza diante dos impactos ambientais que eles mesmos produzem. O capitalismo como um sistema em constante reorganização diante de suas crises preserva e educa para poder seguir movendo-se em direção ao consumo e à exploração. Por isso a autora irá relacionar a não observância da palavra “conflito” nos textos analisados como um indício do domínio do discurso capitalista sobre o turismo sustentável e da “compreensão de que crenças dominantes atuam na sublimação das reivindicações daqueles que dependem diretamente dos recursos da natureza” (PONTE, 2021, p. 241). Essa sublimação é exatamente o movimento de síntese sob a forma de um reformismo, de uma assimilação.

Ora, a complexidade do fenômeno turístico não é contemplada por essa noção de contradição, na medida em que o turismo afeta e é afetado por diferentes níveis e estruturas que compõem a formação social. Se tratarmos o problema do acesso seletivo ao turismo, por exemplo, por uma noção de contradição simples, encontraremos sua solução em sua forma positiva, ou seja, tornar o turismo mais acessível a todos por meio da dissolução da contradição trabalho x capital. Pois bem, isso não resolve o nosso problema em sua totalidade, visto que essa contradição não é a única que afeta e é afetada pela produção e reprodução do turismo inacessível, não ocorre de modo isolado. Outras contradições, oriundas de diferentes estruturas e instâncias do todo social contribuem para a consecução deste problema. Igualmente, a simples abordagem de sua caracterização e constituição histórica, como é comum em muitos estudos do Materialismo Histórico no turismo, não nos dá a forma de sua transformação.

Pela leitura que proponho, por outro lado, a contradição marxista seria sobredeterminada em seu princípio. Isso quer dizer que não se pode separar a contradição da estrutura do corpo social como um todo, onde ela se realiza, pois ela é inseparável não só de suas condições formais de existência, mas também das instâncias que ela governa. Sua unidade de ruptura, ou seja, de sua transformação, deve partir de um acúmulo de contradições, constituídas pela essência e eficácia própria de cada uma delas, por aquilo que são e pelas modalidades específicas de sua ação, determinantes entre si e igualmente determinadas por cada uma delas, e também pelos diversos níveis e pelas diversas instâncias da formação social que ela anima (ALTHUSSER, 2015). O turismo, nesse sentido, deixa de ser uma simples origem, um promotor de contradições, transformando-se numa estrutura do todo social que comporta práticas de distintas naturezas, animada por uma ou mais contradições que compõem esse todo, produzindo-a(s) e sendo produzido por ela(s), afetando-a(s) e sendo afetado por ela(s). É sobre esta unidade complexa que deveríamos nos debruçar.

É por isso que, desse modo, Althusser (2015) acredita demonstrar que não bastaria a extração da dialética hegeliana para aplicá-la a objetos de outra natureza, do mundo das ideias para o mundo material, mas que seria necessário repensar e transformar profundamente os elementos que constituem a estrutura dessa dialética. O simples tensionamento da noção de contradição nos dá os contornos dessa mudança de terreno.

Indo além, Althusser (2015) se questiona sobre a especificidade da sobredeterminação da contradição marxista, ou seja, sobre o vínculo entre a estrutura própria da contradição marxista nos próprios conceitos da teoria da história marxista. Tal proposta se dá, mais uma vez, na tentativa de afastar mais ainda o conceito marxista do hegeliano, visto que para Hegel a história se constituiu a partir de uma dialética da consciência, e para Marx a vida material das pessoas é que constitui sua história. O autor irá, com isso, demonstrar que em Marx aparece uma nova concepção das relações determinantes na forma estrutura-superestrutura que constitui toda formação social, com conceitos totalmente novos e distintos de Hegel. Por um lado, dessa relação, a determinação em última instância pelo modo de produção (econômico); e, por outro, a autonomia relativa das superestruturas e sua eficácia específica, bem como de circunstâncias particulares, nacionais e internacionais. Tal especificidade é observada por Ponte (2021), ainda que desconheça em seu texto o

conceito de sobredeterminação. A autora descreve como projetos e organizações não governamentais do setor ambiental em países colonizados são financiados por corporações internacionais situadas em países colonizadores. Os exemplos trazidos por Ponte (2021) evidenciam que a solução das contradições ambientais está para além da assimilação de seus elementos negativos em contraste aos positivos, mas somente é possível por meio do reconhecimento da unidade complexa das contradições que compõe sua estrutura igualmente complexa.

Logo, a sobredeterminação marxista reconhece-se, pois, na acumulação de determinações eficazes (superestruturais, particulares, nacionais e internacionais) sobre a determinação em última instância pelo econômico (infraestruturais). Cabe observar que as superestruturas não se constituem como puros fenômenos da economia, mas possuem uma eficácia próprias e muitas vezes são responsáveis por determinar preponderantemente a forma das lutas históricas.

Considerando aquilo que diz Lênin, ratificado por Mao (2008), que a dialética pode ser entendida como a teoria da identidade dos contrários, Althusser (2015) retoma o desenvolvimento de Mao (2008) sobre a especificidade da contradição, compreendendo essa especificidade como uma possibilidade de apreensão do próprio núcleo da dialética materialista. Ele retoma, por este motivo, três aspectos descritos por Mao (2008) a esse respeito: (1) a distinção entre a contradição principal e as contradições secundárias; (2) a distinção entre o aspecto principal e o aspecto secundário da contradição; (3) o desenvolvimento desigual da contradição. Os dois primeiros aspectos dizem respeito à complexidade de todo processo de desenvolvimento de um fenômeno, tanto pela existência de múltiplas contradições, quanto pela multiplicidade de aspectos internos a cada uma delas. Não se trata, portanto, de um processo simples, de uma simples oposição entre um par de contrários, ou um processo complexo como resultado do desenvolvimento de um processo simples, como propõe a contradição hegeliana. Sabemos, a sociedade comporta seguramente uma pluralidade de contradições múltiplas e desiguais resultantes de um processo complexo.

Segundo Althusser (2015), quando Marx fala de produção, ele fala sempre da produção num estágio determinado de desenvolvimento social dado, ou seja, ele trata da produção a partir de um todo social estruturado segundo a complexidade das relações que o determinam. A partir desse entendimento, é possível supor que “toda ‘categoria simples’ supõe a existência do todo estruturado da sociedade”

(ALTHUSSER, 2015, p. 158), de modo que, “longe de ser originária, a simplicidade é, em condições determinadas, apenas o produto de um processo complexo” (ALTHUSSER, 2015, p. 158). Essência ou categoria, na realidade nunca lidamos com a existência pura da simplicidade, “mas com a existência de ‘concretos, de seres e de processos complexos e estruturados” (ALTHUSSER, 2015, p. 159), de tal modo que se pode considerar este como o princípio fundamental da dialética marxista que recusa a matriz hegeliana da contradição.

No lugar do mito ideológico de uma filosofia da origem e de seus conceitos orgânicos, o marxismo estabelece em princípio o reconhecimento do dado da estrutura complexa de todo “objeto” concreto, estrutura que comanda o desenvolvimento do objeto, e o desenvolvimento da prática teórica que produz seu conhecimento. Não temos mais uma essência originária, mas um sempre-já-dado [...]. Não temos mais uma unidade simples, mas uma unidade complexa estruturada. Logo, não temos mais [...] uma unidade simples originária, **mas o sempre-já-dado de uma unidade complexa estruturada**. Está claro, se for exatamente assim, que a “matriz” da dialética hegeliana está proscria, e que suas próprias categorias orgânicas, no que estas têm de específico e de positivamente determinado, não lhe podem sobreviver a título teórico [...]. (ALTHUSSER, 2015, p. 160-161)

Althusser (2015) recusa assim, radicalmente, a dialética hegeliana e suas categorias originárias, em face da dialética marxista. Tais categorias apenas seriam válidas num nível de embate ideológico ou expositivo/ilustrativo, mas não se prestariam enquanto “teoria” para a produção de uma Generalidade III, ou seja, estariam aquém da efetiva prática teórica marxista. Na prática teórica marxista efetivamente constituída, segundo o autor, é impossível encontrar essas categorias tais como postas em Hegel.

Restaria, ainda, para apreensão do cerne da dialética marxista, aquilo que Althusser (2015) retoma do texto de Mao (2008) como lei do desenvolvimento desigual das contradições. Em Mao (2008), temos que tanto em processos de desenvolvimento simples, quanto nos mais complexos, podem existir múltiplas contradições e, no entanto, uma delas será, necessariamente, a contradição principal, “cuja existência e cujo desenvolvimento determinam ou influenciam a existência e o desenvolvimento das demais contradições” (MAO, 2008, p. 108). Enquanto a contradição principal ocuparia lugar decisivo, as demais ocupariam posição secundária e subordinada.

Do mesmo modo, em cada contradição, principal ou secundária, não deveríamos tratar os dois aspectos contraditórios como iguais. Mao (2008) propõe que “o desenvolvimento dos aspectos contraditórios é desigual” (p. 110) e que um desses

aspectos desempenha função principal na contradição, como dominante. Essa situação, contudo, não seria estática, podendo o aspecto principal se transformar no aspecto não-principal e vice-versa. Ou seja, por exemplo, se na contradição entre as forças produtivas e as relações de produção as forças produtivas se constituíram no aspecto principal, isso não quer dizer que, em determinadas condições, as relações de produção não possam se manifestar na posição principal e decisiva. Isso, para Mao (2008), é indispensável quando se almeja um Materialismo Dialético em oposição a um mecanicista.

Althusser (2015) parte desse desenvolvimento, que se situa apenas no nível descritivo, e propõe: “para que uma contradição domine as outras, supõe-se que a complexidade onde ela figura seja uma unidade estruturada, e que essa estrutura implique a relação de dominação-subordinação assinalada entre as contradições” (p. 162). Ou seja, a dominação torna-se “um fato essencial à própria complexidade [...]: ela está inscrita na sua estrutura” (p.162-163). Nesse sentido, Althusser (2015) propõe que **“o todo complexo possui a unidade de uma estrutura articulada com dominante”** (p. 163, destaque do autor).

Em primeiro lugar, isso implica numa recusa às proposições de substância, essência e ato como modelos de unidade simples em uma totalidade, e que no marxismo só é possível falar de unidade quando se trata da unidade da própria complexidade em seu modo de organização e de articulação. A partir disso, estariam refutadas as proposições que buscam essencializar quaisquer fenômenos. Em segundo lugar, implica que as noções de totalidade em Marx e em Hegel sejam inteiramente diferentes. Implica, em terceiro lugar, que “se a contradição o é de um todo complexo estruturado com dominante, não se pode considerar o todo complexo fora de suas contradições, fora da relação de desigualdade fundamental entre elas (ALTHUSSER, 2015, p. 164), ou seja, sua estrutura é sua própria condição de existência. Em quarto lugar, implica que “as contradições secundárias são essenciais à própria existência da contradição principal, que elas constituem realmente a condição de existência dela, assim como a contradição principal constitui a condição de existência delas” (ALTHUSSER, 2015, p. 165), sem que isso implique na anulação da estrutura de dominação que constitui a complexidade do todo e sua unidade. Para Althusser (2015), esses são elementos que constituem “o traço mais profundo da dialética marxista” (p. 165).



“O marxismo concebe as condições como existência (real, concreta, atual) das contradições que constituem o todo de um processo histórico” (ALTHUSSER, 2015, p. 166). Isso implica que cada contradição reflete em si a estrutura com dominante do todo complexo em que ela existe, tanto em suas relações específicas de desigualdade com outras contradições do todo complexo, quanto na relação de desigualdade específica entre seus dois aspectos internos. Cada contradição é, portanto, “complexamente – estruturalmente – desigualitariamente - determinada” (ALTHUSSER, 2015, p. 168), ou seja, **sobredeterminada**, não possuindo um papel e um sentido fixos. Tal noção é o que torna viável, para a dialética marxista,

[...] compreender as variações e mutações concretas de uma complexidade estruturada tal como uma formação social [...], não como variações e mutações acidentais produzidas por “condições” externas sobre um todo estruturado fixo, suas categorias e a ordem fixa destas [...], mas como outras tantas reestruturações concretas inscritas na essência, o “jogo” de cada categoria; na essência, o “jogo” de cada contradição; na essência, o “jogo” das articulações da estrutura complexa com dominante que se reflete nelas. (ALTHUSSER, 2015, p. 168)

Nesse jogo, para Althusser (2015), o ponto decisivo para as práticas política e teórica marxistas é saber distinguir o principal do secundário numa estrutura articulada com dominante que se mantém estável ao mesmo tempo em que o movimento interno não cessa. A contradição principal produzida por deslocamento (substituição de uma contradição principal por uma secundária, ou de um aspecto principal por um secundário, e vice-versa) não se torna decisiva ou explosiva (ao ponto de fazer com que ocorra uma ruptura) a não ser por condensação (a identidade dos contrários fundida numa unidade real). Portanto, é ela que é preciso atacar para desmembrar uma unidade existente, considerando cada estágio de desenvolvimento do processo e as mutações de dominação que caracterizam cada um de seus estágios. Por este motivo propõe ser a desigualdade aquilo que funda o movimento das contradições no interior da estrutura com dominante do todo complexo, precisamente porque a invariação estrutural do todo complexo representa a condição das variações concretas das contradições que o constituem.

Althusser (2015) se propõe, com isso, a pensar sobre o aspecto “motor” da contradição. Enquanto em Hegel, na leitura althusseriana, a contradição é motriz apenas como negatividade, ou seja, “como reflexão pura do ‘ser em si mesmo no ser outro’” (p. 172) – em todo começo hegeliano é o fim que está em ação e esta origem

nunca faz outra coisa senão crescer em si mesma produzindo seu próprio fim, sua alienação –, o que significa dizer que o princípio motor do desenvolvimento é reduzido ao desenvolvimento da ideia em sua própria alienação. Em Marx, se consideramos processos de estrutura complexa com dominante, a contradição é motriz no sentido em que ela

[...] implica uma luta real, afrontamentos reais situados em lugares precisos da estrutura do todo complexo; é, portanto, dizer que o lugar do enfrentamento pode variar conforme a relação atual das contradições na estrutura com dominante; é dizer que a condensação da luta num lugar estratégico é inseparável do deslocamento da dominância entre as contradições; que esses fenômenos orgânicos de deslocamento e condensação são a própria existência da “identidade dos contrários”, até que eles produzam a forma globalmente visível da mutação ou do salto qualitativo que sanciona o momento revolucionário da refundação do todo. (ALTHUSSER, 2015, p. 173-174)

Ou seja, no trabalho dialético da transformação e da fusão dos contrários, “as dominâncias deslocam-se e as contradições condensam-se” (GILLOT, 2018, p. 53). Esse enfrentamento se dá em estágios. Num primeiro momento, de “não antagonismo”, “a sobredeterminação da contradição existe na forma dominante do deslocamento” (ALTHUSSER, 2015, p. 174). Num segundo momento, de “antagonismo”, “a sobredeterminação existe na forma dominante da condensação” (ALTHUSSER, 2015, p. 174). No terceiro momento, da “explosão”, “o momento da condensação global instável provocando o desmembramento e o remembramento do todo” (ALTHUSSER, 2015, p. 174).

Por fim, ele produz um enunciado acerca da especificidade da contradição marxista, ou da própria dialética marxista:

A diferença específica da contradição marxista é sua “desigualdade”, ou “sobredeterminação”, que reflete nela sua condição de existência, a saber: a estrutura de desigualdade (com dominante) específica do todo complexo sempre-já-dado que é a existência dela. Assim compreendida, a contradição é o motor de todo desenvolvimento. O deslocamento e a condensação, baseados na sua sobredeterminação, dão conta, por sua dominância, das fases (não antagonista, antagonista e explosiva) que constituem a existência do processo complexo, ou seja “do devir das coisas”. (ALTHUSSER, 2015, p. 174-175)

Por essa razão, acredito que mesmo alcançando certa enumeração de contradições, sua descrição e suas causas, contextualizadas pelo modo de produção capitalista, trabalhos perspectivados pelo Materialismo Histórico e/ou pelo

Materialismo Dialético no turismo e que o discutem desde uma assimilação entre a dialética hegeliana e a marxista, ou seja, trabalhos enviesados pelo marxismo hegeliano, estancam numa fase expositivo-descritiva dos elementos que perfazem o fenômeno turístico. Por isso, não alcançam e tampouco viabilizam com que sua complexidade seja abarcada e que sua estrutura seja efetivamente revolucionada. Não é necessário que recorramos às teorias da complexidade para dar o tratamento adequado à complexidade do turismo, mas sim que possamos abordá-la desde conceitos que reconheçam a estrutura complexa no seio de suas condições materiais de produção e reprodução. Proponho que a contradição sobredeterminada althusseriana, como demonstrado, presta-se a esse termo.

### **3.2.4 Totalidade e História**

Se o que proponho pensar nas seções anteriores possui algum sentido de verdade, assumir uma postura de ruptura entre o marxismo e o hegelianismo implica não apenas uma nova postura diante do processo de produção de conhecimento, dos objetos de conhecimento, implica sobretudo, como vimos em relação à contradição e por causa dela, numa outra concepção em torno do conceito de totalidade e, conseqüentemente, de história. O que se percebe nos trabalhos em turismo é a definição de totalidade como sinônimo de conjunto constituído por múltiplos elementos e dimensões que constituem o objeto, o todo que dá sentido às partes, uma “visão de conjunto” (PONTE, 2021, p. 128), e uma noção teleológica e historicista de história, como uma sequência cronológica de fatos que se desencadeiam sucessivamente num movimento implacável de síntese, “o passado é indispensável para a compreensão do presente, mas esse presente é o que ilumina o passado” (PONTE, 2021, p. 88).

Podemos iniciar o debate em torno da relação entre totalidade e história a partir da grande crítica que Marx dirige aos economistas clássicos, que reside sobre a concepção a-histórica das categorias econômicas do capitalismo, sendo necessário sua historicização para compreender nelas sua natureza, sua relatividade e sua transitividade (ALTHUSSER, 1980). Mas, Althusser (1980) indaga: “[...] Qual deve ser o conteúdo do conceito de história que a problemática de Marx exige e impõe?” (p. 32). O que significa dizer histórico, quando propomos um Materialismo Histórico?

Em Hegel, o tempo histórico (a essência de sua concepção de história, como a própria existência da totalidade social) dá-se como periodização, de tal modo que

todas as categorias coexistem como o desenvolvimento imediato de seu estágio anterior e expressam a essência da totalidade social em si mesmas e em sua relação, ou seja, “o presente constitui de fato o horizonte absoluto de todo saber, dado que todo saber jamais é senão a existência no saber do princípio interior do todo” (ALTHUSSER, 1980, p. 34). É como Minasi (2020) aponta em trecho de seu trabalho: “uma série histórica além de conter informações sobre as materializações do passado e as condições atuais, pode também fazer projeções do comportamento do espaço urbano” (p. 22). O que se pode reter da proposição hegeliana é precisamente o ponto em que “é preciso interrogar com rigor a estrutura do todo social para nele descobrir o segredo da concepção da história na qual o ‘devir’ desse todo social é pensado” (ALTHUSSER, 1980, p. 36). Desse modo, ao interrogarmos a concepção marxista de totalidade social pode ser possível elaborar o conceito marxista de história.

Para Althusser (2007), duas questões são colocadas pelo Materialismo Histórico e que dão conta da generalidade necessária a sua constituição como ciência da História. A primeira é a superação do relativismo histórico da história clássica por meio do reconhecimento de que

[...] a verdade em história não nasce da relação de um elemento da história com uma norma estranha à história, nem estranha ao tempo da história que envolve esse elemento histórico, mas sim da relação entre esse elemento histórico e suas condições de existência [...]. Ora, essas condições de existência são determinações empíricas, objetivas, absolutamente unívocas, que não dão ensejo ao relativismo histórico” (ALTHUSSER, 2007, p. 178)

A segunda é a superação do relativismo empirista e do historicismo, que a primeira constatação pascalina enseja, por meio da explicação objetiva do processo de transformação dessas condições de existência determinadas em outras condições de existência determinadas, o que Hegel chamava de necessidade de transição. Marx e Engels (2007) caracterizam, em *A ideologia alemã*, os três elementos fundamentais de toda sociedade, ou três fatores da história (ALTHUSSER, 2007), sob os quais essa transformação torna-se possível, qual sejam: “a força de produção, o estado social e a consciência, que podem e devem entrar em contradição entre si” (MARX; ENGELS, 2007, p. 36). Isso é determinante para Althusser (2007), visto que viabiliza a compreensão de que “[...] a totalidade de uma sociedade histórica determinada compreende em si o próprio princípio de seu devir e de sua transformação: a contradição entre forças de produção e relações de produção” (p. 186), sendo essa

contradição fundamentalmente o que dá ao Materialismo Histórico o elemento de generalidade necessário a sua constituição como ciência. Esses três fatores serão fundamentais também para o desenvolvimento da noção de totalidade althusseriana.

Como já adiantado na seção 3.2.3, para Althusser (1980) a totalidade é constituída por certo tipo de complexidade diferente do todo hegeliano e pode ser definida como a unidade de um todo complexo estruturado sempre já dado com dominante, abrangendo “níveis ou instâncias distintas e ‘relativamente autônomas’, que coexistem nessa unidade estrutural complexa, articulando-se uns com os outros segundo os modos de determinação específicas, determinadas em última instância pelo nível ou instância da economia” (ALTHUSSER, 1980, p. 36-37). Assim, para a compreensão das formas de coexistência de seus membros, bem como suas relações constitutivas e a sua história, é necessário, antes, compreender a estrutura específica dessa totalidade.

Vale ressaltar que a totalidade althusseriana também difere da totalidade do marxismo clássico, que envolve a articulação entre infraestrutura e superestrutura. Na visão althusseriana, “a infraestrutura e a superestrutura, dotadas de papéis fixos dentro da vida social total, cedem lugar a uma pluralidade de estruturas, cujo relacionamento é mais complexo que o relacionamento unilateral entre base e topo” (SAES, 2014, p. 3). Seria a composição entre as estruturas econômica, jurídico-política e ideológica, e sua articulação, a responsável por instaurar um sistema geral de valores que configurará nas demais instâncias da totalidade social (SAES, 2014), cuja existência concreta se dá através de práticas. Para Althusser (1980), Marx caracteriza essa estrutura como uma hierarquia articulada em que “a coexistência dos membros e das relações no todo está sujeita à ordem de uma estrutura dominante, que introduz certa ordem específica na articulação dos membros e das relações” (p. 38). Tal hierarquia diz respeito apenas à eficácia existente entre as distintas instâncias do todo social, que contém uma estrutura dominante sobre estruturas subordinadas e seus elementos. Em cada modo de produção uma dessas estruturas assumiria o papel dominante, sendo no modo de produção capitalista lugar ocupado pela estrutura econômica.

Então, poder-se-ia considerar impossível atribuir a cada um desses distintos níveis um mesmo tempo histórico, mas sim um tempo e uma história particulares, relativamente autônomos e independentes entre si, mas fundidos em um certo tipo de dependência em relação ao todo. A especificidade e a independência desse tempo e

dessa história são fundadas a partir das relações diferenciais existentes no todo entre os diferentes níveis e o grau de dependência de cada nível no conjunto das articulações do todo (ALTHUSSER, 1980). Para defini-los, portanto, seria necessário ir além da evidência ideológica da teleologia histórica e do historicismo, mas construir para cada tempo e para cada história, de cada nível, seu conceito específico, levando em consideração sua natureza diferencial e seus modos de constituição e de articulação em relação aos demais níveis e em relação ao todo. As descontinuidades temporais e históricas no processo de desenvolvimento dos diferentes níveis não iriam refletir, com isso, um avanço ou atraso de em relação ao outro - como se o tempo e a história fossem processos homogêneos e contínuos -, mas sim diferentes efeitos da estrutura do todo sobre esses níveis.

Analisar, portanto, essa temporalidade histórica diferencial, é olhar para este elemento sob a perspectiva do que Althusser (1980) chama de **teoria da conjuntura**, ou seja, situar o lugar e a função de um elemento/nível/estrutura, em sua articulação própria com os demais elementos/níveis/estruturas e com o todo, definir sua sobredeterminação ou subdeterminação em função do todo e definir seu índice de eficácia (o caráter de determinação mais ou menos dominante ou subordinado de um elemento/nível/estrutura). Isso tem desdobramentos importantes para o Materialismo Histórico, na medida em que Althusser (1980) irá considerar como objeto de conhecimento da história, o conhecimento da totalidade complexa do todo social. “É o conhecimento da complexidade do objeto de conhecimento, o que dá o conhecimento do objeto real” (ALTHUSSER, 1980, p. 48). A história, com isso, aparece em *O Capital* como objeto de teoria, como objeto abstrato (conceitual) e não como objeto concreto-real.

Nos trabalhos em turismo analisados, no entanto, a história aparece como teleologia, ou seja, a determinação de múltiplos fatos históricos no desenvolvimento cronológico do objeto, sendo isso aquilo que supostamente caracterizaria primordialmente o materialismo “histórico”. Ponte (2021) chega a apontar que “[...] o historicismo é o elemento motor central” (p. 98) do método. Causa estranhamento, contudo, pensar que tais trabalhos, como o de Ponte (2021), reconhecem a existência de certa estrutura complexa com diferentes níveis que se afetam mutuamente, a exemplo do que propõe pensar quando expõe que “o turismo é um conjunto de variáveis sociais, econômicas, físicas e políticas, todos esses componentes inter-relacionados e promovendo mudanças num movimento e estrutura significativos”

(PONTE, 2021, p. 128). E embora não descreva a eficácia específica e variável de cada nível dessa estrutura complexa, a entende como “totalidades dinâmicas e vivas” (p. 99), chegando a afirmar, inclusive, que essas totalidades acessíveis sobre o fenômeno turístico são “apenas um momento de um processo de totalização [e] nunca uma etapa definitiva e acabada” (PONTE, 2021, p. 128). Ou seja, percebe-se que Ponte (2021) reconhece a complexidade da estrutura do todo que constitui o turismo, no entanto, permanece presa à conceitos que não possibilitam a ela avançar sobre o conhecimento dessa estrutura.

Já em Minasi (2020) podemos apreender o conceito de História por meio da definição que a autora realiza sobre a categoria História, que em seu trabalho está associada à categoria ‘apropriação’, oriunda do referencial teórico de urbanização turística. Para ela, na medida em que o território não se restringe a uma delimitação espacial, ele pode ser compreendido como o resultado do trabalho social acumulado ao longo de uma série de gerações. Considerando que o processo de urbanização turística se materializa no território, este processo se dá sobre uma organização e apropriação preexistentes, tendo influência e sendo influenciado por processos pretéritos de viés econômico, social, político, etc. Assim, a definição de História em Minasi (2020) passa pelo entendimento do processo de desenvolvimento do território, suas contradições, mutações e/ou cristalizações ao longo do tempo, e que tem consequências sobre o processo de urbanização turística. Em resumo, podemos definir como uma história teleológica, uma sucessão de fatos ao longo do tempo que, na medida em que ocorrem, atribuem conteúdo ao ‘espírito’ de cada período.

Como isso se desdobra na análise de Minasi (2020)? A autora constata que as atividades econômicas predominantes no início do processo de constituição dos territórios analisados, “foram aos poucos sendo extintas, incorporadas ou complementadas à cadeia produtiva do turismo” (MINASI, 2020, p. 101). Logo, a autora acredita validar a categoria história por meio da demonstração de que o processo de urbanização turística age modificando e transformando as formas de organização preexistentes no território.

A síntese analítica operada pela autora é, como se vê, bastante superficial, dificultando, inclusive, a análise sobre ela. O que se pode dizer é o que a autora não faz. Ela não busca descrever a conjuntura em que se deram e se desenvolveram essas atividades econômicas nos territórios analisados. Tampouco busca estabelecer a relação dessas diferentes instâncias com a estrutura do todo social e com os demais

níveis e instâncias e, com isso, estabelecer a relação de uma história e de um tempo para cada uma das atividades que se desenvolveram sobre os territórios analisados. Ela não busca analisar como o processo de urbanização turística se insere nessa complexidade de relações ao ponto de apropriar-se, modificar, complementar tais atividades, transformando a estrutura do todo nessas localidades e constituindo sua história. Ou seja, ela não constrói uma análise com base em uma História referenciada ao Materialismo Histórico, mas uma história referenciada ao historicismo hegeliano, uma história teleológica no sentido *lato sensu*.

Vale, por fim, ainda sobre o uso realizado por Minasi (2020) da categoria História, uma referência à atenção althusseriana dada à diferenciação entre as palavras em seu uso cotidiano e as palavras em seu uso teórico. Em cada caso, o significado das palavras é fixado de modo distinto. No primeiro caso, o significado das palavras em seu uso cotidiano é dado, como a própria expressão nos leva a entender, pelo senso comum, pelo uso corrente no dia a dia, pela evidência daquilo que se quer dizer (ideológico). No segundo caso, o significado das palavras é fixado “pelas relações existentes entre os conceitos teóricos no interior do seu sistema” (ALTHUSSER, 1978b, p. 50), ou seja, o significado é dado mediante um trabalho teórico de articulação entre conceitos (científico). Temos, então, um significado usual e um significado conceitual das palavras. Por exemplo, a palavra trabalho possui um sentido usual em nosso cotidiano que designa a atividade profissional-técnica que exercemos, mediante uma relação contratual ou por iniciativa própria, em favor do recebimento de meios de garantam nossa subsistência. Ora, quando Marx emprega a palavra trabalho, sua compreensão não é tão evidente e não pode ser atribuída sem referência a todo seu sistema teórico, uma vez que esta palavra se relaciona a diversos outros conceitos trabalhados por ele como processo de trabalho, força de trabalho, trabalho concreto, trabalho abstrato, etc. Sem o estabelecimento dessas relações é possível dizer que não há como apreender o significado conceitual (teórico) da palavra trabalho.

Pois bem, por que estou me referindo a essa diferença? Porque em meu entendimento, o tratamento dado por Minasi (2020) às categorias daquilo que ela entende por Materialismo Histórico Dialético remete-se ao significado usual e não conceitual, ou seja, vincula-se a uma evidência ideológica e não teórica, uma vez que não há teorização a respeito. Quando a autora fala sobre a passagem do valor de uso ao valor de troca, ela está se referindo à passagem de uma utilidade original para uma



utilidade de consumo, quando se refere à categoria história, ela está se referindo à história como uma linha temporal de sucessivos fatos históricos, e assim por diante. Não há como avançarmos sobre uma episteme marxista no turismo sem considerações como esta que, à primeira vista, parecem insignificantes, mas em verdade são fundamentais para a leitura que fazemos e para o modo como abordamos nossos objetos.

### **3.2.5 Humanismo e Historicismo**

Com o fim da II Guerra Mundial e após a morte de Josef Stalin, em 1953, ganhou força dentro do partido comunista internacional, especialmente após o XX Congresso do Partido Comunista realizado em 1956, um movimento de desestalinização. Isso implicaria não só em denunciar os crimes cometidos pelo líder soviético Josef Stalin entre os anos de 1922 e 1952, mas sobretudo buscar uma saída no interior do marxismo para que tais atrocidades não fossem mais possíveis. Por conta disso, segundo Althusser (2015), ainda que já figurasse como pauta nas décadas anteriores, o humanismo socialista teria se imposto à ordem do dia no interior do marxismo, demonstrando o quanto o próprio marxismo ainda carecia de elaboração teórica e filosófica.

Lembre-se que os Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, que compõem a fase de juventude de Marx na leitura althusseriana e possuem forte apelo humanista, só foram publicados na União Soviética no ano de 1932, o que, em contraste com a experiência soviética de então, significou uma verdadeira agitação no interior do partido, dando vazão a novas interpretações do pensamento marxista e fomentando a discussão sobre a ruptura ou continuidade entre suas obras (MARX, 2010b). Para Althusser (2015), esse desvio descaracterizaria a interpretação marxista de sua fase científica, demarcada pelas obras de maturidade de Marx. Temáticas como a liberdade do indivíduo, o respeito à legalidade, emancipação humana e a dignidade da pessoa, demonstravam o quanto essas ideias estavam impregnadas, cada vez mais, de conteúdos oriundos das obras de juventude de Marx. O humanismo passaria a representar no interior do marxismo não apenas uma crítica a suas contradições, mas especialmente uma forma de superação do antagonismo de classes e de sua conciliação.

Althusser (2015) propõe então a demonstração de que o conceito de humanismo é apenas um conceito ideológico, buscando evidenciar que para o jovem Marx “o ‘Homem’ não era somente um grito, denunciando a miséria e servidão. Era o princípio teórico de sua concepção do mundo e de sua atitude prática” (p. 185). Ele divide o período humanista de Marx em dois tempos. No primeiro Marx se encontra dominado por um humanismo racionalista-liberal (Kant e Fichte), cuja história só seria apreendida por meio da essência do homem, interpretada como liberdade e razão (o homem estaria destinado à liberdade através da razão - autonomia). “Essa súplica dirige-se ao próprio Estado: que ele reconheça sua essência, e tornar-se-á razão, verdadeira liberdade dos homens, reformando-se a si mesmo” (ALTHUSSER, 2015, p. 186).

A segunda etapa estaria caracterizada por um humanismo comunitário, tendo em Feuerbach sua principal referência. Marx teria partido nesta etapa da constatação de que o Estado-razão teria permanecido surdo à própria razão. Deste modo, “os abusos do Estado não são mais concebidos como distrações do Estado perante sua essência, mas como contradição real entre sua essência (razão) e sua existência (desrazão)” (ALTHUSSER, 2015, p. 187). Restaria mostrar nessa “desrazão a alienação da razão, e nessa alienação a história do homem, ou seja, sua realização” (ALTHUSSER, 2015, p. 187). O homem, ser comunitário, só se realiza através de relações humanas e a história é a própria alienação e produção da razão na desrazão, restando ao homem reaver sua essência alienada na propriedade, na religião e no Estado para se tornar o homem verdadeiro. A política se torna o meio de reapropriação prática da essência do homem e a revolução deixa de ser apenas política e passa a ser humana (comunista), restituindo ao homem sua natureza alienada (ALTHUSSER, 2015). Com isso, o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético perdem seu caráter científico em detrimento do político, transformando-se em uma filosofia da práxis, um instrumento político.

No turismo, a grande maioria das obras inscritas no Materialismo Histórico e/ou Materialismo Dialético (e suas variações de nomenclatura) circunscrevem a filosofia e a teoria de Marx no humanismo. Em geral, toda a tradição iniciada pelo marxismo hegeliano, sucedido pela escola de Frankfurt e pela teoria crítica, têm na busca da essência do homem por meio de sua desalienação o mote para a delimitação de sua prática. As categorias de homem, indivíduo e sujeito são elevadas ao patamar de uma racionalidade da consciência, alertados pelo movimento da práxis humana,

assumindo papel central em todos os modelos de leitura do fenômeno, marxistas ou não, como plenos realizadores de sua própria realização, pois dotado de consciência tudo lhe é transparente.

Não é à toa que encontramos nos diversos trabalhos que analisamos aqui, a máxima de que o homem produz a história e é produzido por ela, “o homem produz o meio e, ao mesmo tempo, é seu produto; e, desse modo, intervém no curso dos fenômenos e ciclos naturais, sendo afetado diretamente por suas intervenções” (PONTE, 2021, p. 18). O homem que realiza sua história não é apenas objeto dela, mas o responsável pela construção social do mundo, de suas estruturas, de suas ideologias, toma posse delas e as transforma. Lembremos, conforme exposto na seção 2.2, de outros autores no turismo que filiam-se ao humanismo, como é o caso de Santos Filho (2004), quando defende que “[...] o homem tem o poder de idealizar tudo aquilo que pretende realizar, pois é na consciência que ocorre o papel definitivo e decisivo de dar respostas à realidade e marcá-la com o timbre de humanidade por meio do trabalho” (p. 154). Ora, essa necessidade de autoafirmação é precisamente o que caracteriza o humanismo marxista no interior do turismo. Como afirma Ponte (2021), “a teoria e método desenvolvidos por Marx é algo intrinsecamente revolucionário, anticapitalista e humanista” (p. 242).

No entanto, a partir de 1845, para Althusser (2015), Marx rompe radicalmente com essa teoria que fundaria a história e a política numa essência do homem. Ele teria constituído uma teoria da história e da política pautada por conceitos totalmente novos (formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologias, etc.) e, ao mesmo tempo, estabelecido uma crítica radical do humanismo teórico, caracterizando-o como ideologia. Ou, dito de outro modo, a essência do homem é criticada e definida como ideologia, categoria que pertence a uma nova teoria da sociedade e da história. Isso não seria um aspecto secundário de *A Ideologia Alemã*, ao contrário, é o aspecto principal da obra, constitutivo dela. Ao fazer isso, Marx teria rejeitado todo o sistema filosófico anterior, substituindo

[...] os antigos postulados (empirismo-idealismo do sujeito, empirismo-idealismo da essência) que estão na base, não só do idealismo, mas também do materialismo pré-marxista, por um materialismo dialético-histórico da práxis: ou seja, por uma teoria dos diferentes níveis específicos da prática humana (prática econômica, prática política, prática ideológica, prática científica) em suas articulações próprias, fundada nas articulações específicas da unidade da sociedade humana. (ALTHUSSER, 2015, p. 190)

Por este motivo, Althusser (2015) acredita que devemos falar em um anti-humanismo teórico de Marx e que toda tentativa de restaurar em Marx seu humanismo, que não seja como ideologia, deve ser refutada. Por isso é preciso delimitar o conhecimento da natureza do humanismo como ideologia. Como destaca Martuscelli (2016), Althusser caracterizará o humanismo teórico como uma ideologia uma vez que sua função prático-social precede a sua função teórica. Althusser (2015) busca, então, uma definição de ideologia que sustente tal delimitação. Martuscelli (2016) chama a atenção para o fato de que se deve levar a sério o termo “teórico” quando se pensa no anti-humanismo teórico de Marx, pois “o conceito ou a categoria de homem não desempenhava em Marx um papel teórico” (ALTHUSSER, 1978c, p. 158). Isso quer dizer uma coisa muito simples: o próprio Marx afirmou que “seu método de análise não parte do homem, mas do período social economicamente dado, para sustentar a ideia de que o materialismo histórico não pode atribuir ao conceito de homem um estatuto teórico” (MARTUSCELLI, 2016, p. 219).

[...] quando se parte do homem, não se pode evitar a tentação idealista da onipotência da liberdade ou do trabalho criador, ou seja, não se faz mais do que suportar, com toda “liberdade”, a onipotência da ideologia burguesa dominante, que tem por função mascarar e impor, sob as formas ilusórias do livre poder do homem, um outro poder, muito mais real e poderoso, o poder do capitalismo. Se Marx não parte do homem, se ele recusa produzir teoricamente a sociedade e a história a partir do conceito de homem, é para romper com esta mistificação que apenas exprime uma relação de força ideológica, fundada na relação de produção capitalista. Marx parte então da causa estrutural que produz esse efeito ideológico burguês que conserva a ilusão de que se deveria partir do homem: Marx parte da formação econômica dada, especificamente, em *O Capital*, da relação de produção capitalista, e das relações que esta determina em última instância na superestrutura. E a todo momento, ele mostra que essas relações determinam e condicionam os homens, como os condicionam em sua vida concreta, e como através do sistema da luta de classes, os homens concretos são determinados pelo sistema dessas relações (ALTHUSSER, 1978c, p. 166).

Assim, “os homens concretos não são o ponto de partida da análise, mas o ponto de chegada” (MARTUSCELLI, 2016, p. 220), pois os homens concretos, suas atividades e condições de existência são determinadas pelas relações de produção capitalistas. A história, assim suposta, é um processo sem sujeito, sem começo e nem fim, porque o que funda seu movimento é a luta de classes e não o sujeito. É precisamente este o movimento de separação entre o humanismo teórico como ideologia e o Materialismo Histórico como ciência. Dizer que Marx opera, na fundação do continente científico da História, uma ruptura com a ideologia da qual ela nasce e

se separa, não significa dizer que essa ruptura é definitiva, e que a ideologia deixa por esse movimento de existir. Significa apenas que Marx rompe com a filosofia da história anterior. Toda matéria-prima da ciência é sempre afetada por ideologia e tal processo de ruptura é um processo de longuíssima duração (MARTUSCELLI, 2016). Numa dada formação teórica, o processo de ruptura nada mais faz do que relegar a uma posição subordinada uma ideologia teórica, colocando-a sob a dominância de um modo de produção teórico determinado. Isso não quer dizer que numa dada formação teórica não coexistam vários modos de produção teóricos. Ou seja, o humanismo teórico não deixa de existir, apenas deixa de ocupar o lugar de dominância no interior da ciência fundada por Marx.

Para Althusser (2015), ideologia é “um sistema (com sua lógica e seu rigor próprios) de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos, conforme o caso) dotado de uma existência e de um papel históricos no interior de uma sociedade dada” (ALTHUSSER, 2015, p. 192) e distingue-se da ciência, como já referimos, porque nela prevalece uma função prático-social sobre a função teórica (do conhecimento). Social porque a totalidade social “cuja unidade é constituída por um tipo específico de complexidade, [...] põe em jogo instâncias que se podem muito esquematicamente, segundo Engels, reduzir a três: a economia, a política e a ideologia” (ALTHUSSER, 2015, p. 192). Portanto, a ideologia constitui-se como uma instância objetiva da totalidade social, não sendo possível haver sociedades sem ideologia.

As formas ideológicas podem se transformar, desaparecer para dar lugar a novas, mas numa sociedade dada sempre haverá formas ideológicas correspondentes. A ideologia é, por isso, uma estrutura essencial à vida histórica das sociedades. Para o autor, ideologia nada tem a ver com consciência, pois é como estruturas que as ideologias se impõem à imensa maioria das pessoas sem necessariamente passar por suas consciências, “atuam funcionalmente sobre os homens por um processo que lhes escapa. [...] os homens ‘vivem’ suas ações, [...] na ideologia, mediante e pela ideologia. [...] A ideologia se refere, portanto, à relação vivida dos homens com seu mundo” (ALTHUSSER, 2015, p. 193).

Na ideologia, os homens exprimem, com efeito, não suas relações com suas condições de existência, mas a maneira pela qual vivem sua relação com suas condições de existência, o que supõe simultaneamente relação real e relação “vívda”, “imaginária”. A ideologia é, então, a expressão da relação dos homens com seu “mundo”, ou seja, a unidade (sobredeterminada) de sua relação real e de sua relação imaginária com suas condições de existência

reais. Na ideologia, a relação real está inevitavelmente investida na relação imaginária: relação que mais exprime uma vontade (conservadora, conformista, reformista ou revolucionária), até mesmo uma esperança ou uma nostalgia, do que descreve uma realidade. É nessa sobredeterminação do real pelo imaginário e do imaginário pelo real que a ideologia é, em seu princípio, **ativa**, que ela reforça ou modifica a relação dos homens com suas condições de existência, nessa relação ela mesma imaginária. (ALTHUSSER, 2015, p. 194, destaque do autor)

Ao recorrer ao humanismo, os marxistas indicam uma realidade histórica e expressam uma vontade de ultrapassá-la, o que é legítimo. Mas a ideia de busca por uma natureza/essência do homem, que coloca o homem no princípio de toda teoria e cuja liberdade-razão denuncia seu lado sombrio e dilacerado pela sociedade capitalista, é o princípio oculto de todo humanismo. Expressa uma recusa, uma reivindicação e um programa em relação à vivência própria de suas condições de existência e, portanto, caracteriza-se como uma ideologia e não como uma teoria científica. A emancipação humana e a problemática da libertação só podem ser pensados como conceitos puramente filosóficos, na medida em que a reunião do homem consigo mesmo representaria o fim da história, o fim de toda contradição (MARTUSCELLI, 2016).

Esse recurso a uma ideologia, para Althusser (2015) é resultado da obstrução causada pelo dogmatismo stalinista e por interpretações equivocadas do movimento da segunda internacional comunista ao desenvolvimento teórico do Materialismo Histórico e dialético, obrigando os marxistas a buscar em conceitos ideológicos a solução de problemas novos que se apresentavam naquele novo tempo. A inexistência de conceitos científicos próprios marxistas os fez tomar essa necessidade de uma teoria pela própria teoria, preenchendo esses espaços deixados pelo não desenvolvimento científico do marxismo com conceitos oriundos do humanismo do jovem Marx. Mas o fato é que o humanismo se presta ao papel de ideologia jurídica burguesa, visto que no capitalismo “a liberdade é apreendida sob a forma racional do direito universal” (MARTUSCELLI, 2016, p. 225). Essa ideologia tem por função “colocar em segredo a luta de classe, pois interpela os agentes como sujeitos de direito e os condicionam a ver a si próprios como livres e proprietários de si” (MARTUSCELLI, 2016, p. 225-226)

O desejo da pequena-burguesia, que bem gostaria de uma mudança, mas por nada no mundo gostaria que essa mudança se chame, ou melhor, seja a Revolução. O Humanismo Teórico (ou tudo que a ele se assemelhe) é o disfarce teórico da ideologia moral pequeno-burguesa recém-chegada.

Pequena-burguesia no pior sentido da palavra: contra-revolucionária. (ALTHUSSER, 1999, p. 33)

É por este motivo que, em geral, os trabalhos humanistas no turismo tendem a abordar a ideologia em seu sentido negativo, como falsa consciência, como aquilo que desvirtua o homem de seu caminho para o reino da libertação e não permite com que ele enxergue a realidade tal como ela é, de tal forma que passa a situar suas ações e condições de existência em meio a interações contraditórias (PONTE, 2021). Em seu sentido puramente iluminista, os trabalhos perspectivados pelo humanismo apresentam-se como um farol que aponta o caminho para a liberdade da razão. Tudo se apresenta nesses trabalhos como uma escolha entre a alienação e a tomada de consciência.

As contradições apresentam-se em questões como a ideia de: é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente? Ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente. É preciso escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo, a marca da própria personalidade (GRAMSCI, 1978). (PONTE, 2021, p. 101).

Por fim, Althusser (1980) se propõe a desfazer um último mal-entendido, que diz respeito à consideração do marxismo como um historicismo. Em suas palavras, “o marxismo, do ponto de vista teórico, nem é um historicismo nem um humanismo [...], o marxismo é, por um mesmo movimento e em virtude da ruptura epistemológica única que o funda, um anti-humanismo e um anti-historicismo” (ALTHUSSER, 1980, p. 61). Vale dizer que quando Althusser (1980) se refere ao historicismo ele se refere maiormente à filosofia da história de cunho hegeliano, “que designava o momento presente como o desenvolvimento de uma forma simples originária que já conteria em germe o seu desenvolvimento posterior. Teleológico por excelência, tal historicismo teria se infiltrado em certos setores do marxismo [...]” (MARTINS, 2012, p. 67). Vale também dizer que grande parte de sua crítica à interpretação historicista de Marx recai sobre Gramsci, cujo grande problema para Althusser (1980) era o de não distinguir entre o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético e, portanto, conceber como ideológico o próprio marxismo.

Althusser (1980) recusa à ciência o papel de superestrutura por dois motivos. O primeiro seria o de que Marx apenas classifica sob esse conceito a superestrutura

jurídico-política e a superestrutura ideológica. Segundo porque classificá-la deste modo seria atribuir a ela o papel de uma ideologia orgânica, capaz de aderir com tamanha eficiência à estrutura que acaba por tomar como própria a sua história. Ora, atribuir à ciência o papel de superestrutura, deste modo, seria mais uma vez incorrer no equívoco de confundir o objeto de conhecimento da ciência da história com a história real, tomando a prática teórica como a própria prática histórica. Isso não seria possível devido à necessária ruptura com o campo ideológico de origem para a constituição de um novo campo científico, ruptura que inaugura uma nova forma de existência e de temporalidade históricas, ou seja, se constitui como uma prática específica, a prática teórica. Esse seria um dos principais problemas de interpretações historicistas do marxismo, a diminuição da distância existente entre os diferentes níveis da estrutura do todo social, ou seja, entre as diferentes práticas, confundindo-as. Tal confusão reduz a totalidade marxista a uma simples variante da totalidade hegeliana.

Outro efeito da interpretação historicista do marxismo é a negação da diferença entre o Materialismo Histórico (ciência da história) e o Materialismo Dialético (filosofia marxista). O principal argumento desta tendência é o de que a existência autônoma de uma filosofia marxista desprovida de materialidade concreta conduziria o marxismo à metafísica, sendo mais correta a proposição de uma filosofia da práxis histórica. Novamente aqui se retoma a ideia de que o verdadeiro marxismo “inverte” o idealismo pela simples mudança de objeto, passando de uma filosofia especulativa à uma filosofia da concretude em virtude dessa mudança. Se equivoca, no entanto, recaindo sob uma fórmula empirista, haja vista que uma mudança de objeto imporá igualmente uma mudança de toda a estrutura teórica que fundamenta esta filosofia e, conseqüentemente, uma nova filosofia. A esse respeito já expus em seções anteriores exemplos de como trabalhos no turismo abordam essa questão.

A união, por assim dizer, do humanismo com o historicismo, promove uma “redução de todo conhecimento às relações sociais históricas” (ALTHUSSER, 1980, p. 84) e também a redução das “relações de produção como simples relações humanas” (ALTHUSSER, 1980, p. 84), o homem como sujeito de sua própria história e a natureza humana concebida por ela. Essa união surge num contexto político determinado, contrário à II Internacional pós I Guerra Mundial e pós-Revolução Russa de 1917, e conclamava os sujeitos, sua consciência e sua vontade, à uma responsabilidade histórica, a da revolução proletária que libertaria o homem de sua



alienação a partir de uma consciência de si. Daí sua vantagem política e ideológica e a necessidade de retomar Hegel no seio da teoria de Marx.

[...] o historicismo não deixa de ter valor teórico: pois descreve bastante bem um aspecto essencial de toda ideologia que adquire sentido a partir dos interesses atuais a serviço dos quais ela está submetida. Se a ideologia não exprime a essência objetiva total do seu tempo (a essência do presente histórico), pode pelo menos, exprimir muito bem, pelo efeito de leves deslocamentos internos de ênfase, as transformações atuais da situação histórica: diferentemente de uma ciência, uma ideologia é ao mesmo tempo teoricamente fechada e politicamente maleável e adaptável. Ela se curva às necessidades da época, mas sem movimento aparente, contentando-se com o refletir por alguma modificação imperceptível de suas próprias relações internas, as transformações históricas que ela tem por missão assimilar e dominar. [...] A ideologia muda, pois, mas imperceptivelmente, conservando a forma de ideologia: ela se move, mas com um movimento imóvel, que a mantém no mesmo lugar, em seu lugar e função de ideologia. (ALTHUSSER, 1980, p. 87)

Para Gramsci, por exemplo, principal referência de Ponte (2021), o marxismo enquanto filosofia da práxis era considerado um historicismo absoluto, no sentido em que “cada conceito e tese estão irremediavelmente colados ao período histórico no qual foram produzidos e que, por isso, o marxismo não comportaria formulações gerais que pudessem se aplicar ao estudo de diferentes períodos históricos” (BOITO JR., 2016, p. 155). Como já destacamos anteriormente, para Althusser o marxismo não representa apenas uma orientação para a ação política ou uma concepção de mundo, mas uma teoria científica que produz conceitos gerais e específicos em diferentes níveis de abstração, podendo serem alongados para diferentes períodos históricos (BOITO JR., 2016). Então, ainda que Ponte (2021) seja coerente com seu referencial teórico, recai sobre esse tratamento do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético como sendo um só, um método de análise crítico da sociedade capitalista cuja intencionalidade é orientar a prática revolucionária. Mas recai, ao mesmo tempo, na ilusão da consciência humana como motor da história numa marcha inabalável rumo ao encontro consigo mesma, a sua emancipação, a sua libertação. Como se um corte sincrônico de essência nos elementos do todo social num determinado tempo histórico equivalesse a um corte sincrônico de essência nos elementos do todo social em outro determinado tempo histórico, numa teleologia diacrônica entre o espírito e o real.

#### **4 GENERALIDADE III – O QUE SE PODE SINALIZAR A PARTIR DESTES DEBATE?**

Quero pensar no percurso reflexivo desenvolvido até aqui como um exercício, uma provocação com vistas a uma mudança de terreno e de ampliação do debate, um tensionamento dos limites do campo epistemológico do turismo, de sua crítica e da produção marxista a esse respeito. Isso porque minhas trajetórias pessoal e acadêmica me conduziram à observação não apenas do potencial do turismo como ferramenta de desenvolvimento humano, social e de preservação ambiental, mas sobretudo pela constatação das múltiplas contradições que provoca, e pelas quais é provocado, no contexto do modo de produção capitalista. Um espaço conflituoso que nos faz pensar a respeito do papel que o campo acadêmico do turismo possui diante de sua estrutura, seu funcionamento e das formas de manutenção ou de subversão do modelo estabelecido e ao qual todos estamos sujeitos. Em outras palavras, em que medida o turismo e seu campo acadêmico contribuem para a produção e reprodução das condições de produção do modo de produção capitalista e, com isso, para a assimilação de suas dissonâncias em detrimento de sua própria ética?

Ao observar as discussões epistemológicas no campo, fui conduzido a duas questões que, em meu entendimento, se destacaram. A primeira diz respeito à constituição do conhecimento em turismo a partir de múltiplas abordagens teóricas oriundas de diferentes disciplinas científicas e seus respectivos objetos de conhecimento, não priorizando a observação sobre a constituição de teoria(s), método(s) e objeto(s) próprios ao turismo, ou seja, de sua própria epistemologia. Isso levou a produção de conhecimento em turismo a um sincretismo epistemológico e a uma renúncia do saber epistemologicamente sobre o que é produzido.

A segunda questão se refere à predominância de determinadas teorias e métodos que buscaram, ao longo do processo de produção de conhecimento no campo, explicar o turismo por meio de sua estrutura, seu funcionamento e das múltiplas relações que abarca. Abordagens paradigmáticas como os modelos de turismo produzidos pelo estrutural-funcionalismo por meio da teoria geral de sistemas de Ludwig von Bertalanffy, passando pelas categorias elaboradas a partir da fenomenologia de Edmund Husserl, até mais recentemente as leituras ecossistêmicas produzidas a partir da teoria da complexidade de Edgar Morin. Embora essas abordagens tenham, cada uma a seu tempo e em um determinado contexto,

contribuído para uma melhor compreensão do turismo, acabaram sempre por negligenciar cientificamente algum aspecto tido como indispensável para abranger a complexidade deste fenômeno que é multifacetado. Ora foram privilegiadas as relações econômicas em detrimento das relações sociais, ora a visão de conjunto viu-se prejudicada em face de reduções essencializadoras, ora as relações subjetivas ganharam lugar de centralidade frente às relações históricas e materiais, entre outras.

No Brasil, ao mesmo tempo, estudos críticos e inspirados pelo marxismo buscaram evidenciar não apenas as contradições provocadas pela produção e reprodução do turismo no contexto do modo de produção capitalista, mas também as contradições inerentes às abordagens teóricas mobilizadas na produção de conhecimento em turismo. Estes estudos apontaram limites às abordagens dominantes diante da necessária consideração de elementos históricos e materiais, que sofrem um apagamento indispensável à manutenção ideológica do modelo dominante. Assim, os processos de produção de conhecimento em turismo puderam ser compreendidos como práticas implicadas por ideologia e inscritos no campo epistemológico idealista.

No entanto, ao realizar uma análise epistemológica sobre os saberes produzidos a partir da teoria e da filosofia marxista e indexados pela expressão “materialismo histórico” em fontes de dados especializadas em turismo no Brasil, foi possível observar, também no campo marxista do turismo, a predominância de uma corrente filosófica e teórica interna ao marxismo, qual seja, o marxismo hegeliano, bem como suas derivações posteriores na Escola de Frankfurt e na Teoria Crítica. Em comum a essas correntes, foi possível observar a instrumentalização da prática teórica como uma expressão da prática política; a retomada das raízes hegelianas de Marx e, conseqüentemente, de seu humanismo filosófico e teórico; um tratamento teleológico da história; a supressão da diferença entre sujeito e objeto com vistas a lidar com a fragmentação reificada do sujeito; e, por este motivo, a valorização de um modelo de racionalidade incompatível com a prática teórica do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético, visto que representa a própria racionalidade sobre a qual se edifica o paradigma do modelo capitalista. Assim, em minha leitura, os trabalhos marxistas no campo do turismo atingem certo ponto de saturação, esbarrando no limite da crítica ao capitalismo e aos modos de sua produção e reprodução, às abordagens teóricas dominantes no campo, mas não incidem em uma ruptura epistemológica com seus paradigmas fundadores.

Considerarei necessário, portanto, a experimentação de uma outra proposição teórica a respeito do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético, alinhada à minha trajetória acadêmica, que me permitisse refletir sobre a própria construção epistemológica marxista existente no turismo. Foi quando expus minha proposta de problema de pesquisa:

*Considerando trabalhos nacionais da produção acadêmica do turismo referenciados ao Materialismo Histórico e ao Materialismo Dialético e o posicionamento epistemológico do turismo, problematizado pela proposição althusseriana sobre a especificidade da prática teórica da dialética materialista, questiono: É possível analisar a relatividade e os limites de validade de trabalhos marxistas na produção de conhecimento no turismo e com isso sinalizar a possibilidade de vestígios teóricos para a constituição de uma episteme materialista no turismo?*

Assim como o filósofo ao qual me filiei neste trabalho, minhas reflexões buscaram intervir em um campo de debate acadêmico particular. Mais especificamente o espaço acadêmico marxista do turismo no Brasil. Espaço heterogêneo e conflituoso que inspira uma reflexão interna. Por esta razão, a importância de Althusser não está necessariamente na instauração de uma problemática científica ou política nova, mas naquilo que ela permite criticar (KARSZ, 1970), o que chamei de um **lugar incômodo**. Suas intervenções viabilizam o enfrentamento de diferentes posturas, seja do historicismo, do humanismo, das diferentes formas de idealismo, da filosofia da práxis, do vínculo Marx/Hegel como uma inversão, da teoria materialista do conhecimento, entre outras, permitindo a nós uma primeira tomada de consciência de seus supostos e becos sem saída (KARSZ, 1970). Viabiliza, assim, uma postura crítica frente às reivindicações do concreto e do real, da práxis e de uma suposta ação purificadora, do homem como agente da história, etc.

Nos impõe uma postura e uma tomada de consciência sobre a própria produção crítica e/ou marxista no interior do campo que, por um lado, proclama fidelidade programática a princípios tidos como marxistas e, por outro, investe em pesquisas empíricas e empiristas, quase sob a fórmula de um mecanicismo, elevando esses mesmos princípios ao patamar de indispensáveis (KARSZ, 1970). O campo

marxista no turismo se mostra como uma espécie de manifesto de boas intenções, mas para que isso seja possível recorre-se a lugares comuns das tradições não marxistas (empirismo, materialismo vulgar, humanismo, historicismo, economicismo).

De ahí la insistencia de Althusser en diferenciar “discurso científico” y “discurso ideológico” en el campo de esas ciencias. Es la diferencia entre lo que podemos llamar “efecto-de-conocimiento” y “efecto-de-tautología” (conocimiento/representación). Este segundo efecto pareciera habitual en las ciencias sociales. Sea como ciencias sociales “vulgares” (encuestas de mercado, por ej.) o ciencias sociales “científicas” (sociología, por ej.), no nos dan el conocimiento de su objeto sino que enuncian, en una terminología más o menos abstracta y tecnicada, sea las vivencias y representaciones con las que los sujetos estudiados se explican la situación, sea la articulación de esas vivencias en el sistema de la ideología dominante. No hay conocimiento de mecanismos, puesta al descubierto de estructuras, construcción del sistema de sus relaciones, sino repetición de lo percibido y lo sentido. Como si enunciaran “en verso” lo que está dicho “en prosa”. Y de esa manera hacen pasar por conocimiento de una situación lo que en verdad constituye la representación ideológica de la misma. En este sentido, buena parte de las ciencias sociales funciona como el “laboratorio de abstracción” de la ideología dominante. (KARSZ, 1970, p. 21)<sup>23</sup>

Em vez de começar pela definição de um objeto de conhecimento, as ciências sociais e o turismo continuamente referenciam o que se presume ser o objeto real e perceptível. Isso decorre de uma justificada aversão à metafísica, dadas as monstruosidades trazidas por coisas como “filosofia da física”, entre outras. Por isso, refugiam-se numa abordagem excessivamente empírica, extraíndo da experiência o seu objeto e corroborando o seu discurso com essa experiência. Essa abordagem geralmente resulta em uma confirmação inflexível, uma vez que o objeto ou situação em questão está tipicamente imerso em quadros ideológicos, imbuído de evidências e de verdades naturais. Assim, as ideologias teóricas (ou pseudociências) e a ideologia propagada pela classe dominante costumam ser separadas apenas pela erudição de seus jargões (KARSZ, 1970).

---

<sup>23</sup> “Daí a insistência de Althusser em diferenciar ‘discurso científico’ e ‘discurso ideológico’ no campo dessas ciências. É a diferença entre o que podemos chamar de ‘efeito-de-conhecimento’ e ‘efeito-tautologia’ (conhecimento/representação). Este segundo efeito parece habitual às ciências sociais. Seja como ciências sociais ‘vulgares’ (pesquisas de mercado, por exemplo) ou ciências sociais ‘científicas’ (sociologia, por exemplo), elas não nos dão o conhecimento de seu objeto, mas afirmam, em uma terminologia mais ou menos abstrata e tecnicista, as experiências e representações com as quais os sujeitos estudados explicam a situação e as articulações dessas experiências no sistema da ideologia dominante. Não há conhecimento de mecanismos, desvelamento de estruturas, construção do sistema de suas relações, mas repetição do que é percebido e sentido. Como se enunciassem ‘em verso’ o que se diz ‘em prosa’. E assim passam por conhecimento de uma situação o que na verdade constitui a sua representação ideológica. Nesse sentido, grande parte das ciências sociais funciona como o ‘laboratório de abstração’ da ideologia dominante. (KARSZ, 1970, p. 21, tradução minha)

Althusser defendeu, no entanto, que o conhecimento possui uma qualidade subversiva em relação ao discurso ideológico. Para que a ciência desafie e transforme com êxito esse discurso, devem ser abordados dois problemas. Em primeiro lugar, se deve estabelecer um objeto de conhecimento que esteja sujeito às mudanças teóricas e conceituais que conduzem a uma melhor compreensão deste objeto. Em segundo lugar, a ciência só poderá florescer quando subverter o que considera como real, quando o concreto já não for um fato inegável, mas um estímulo para investigar (KARSZ, 1970).

A adoção do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético, portanto, implica não só uma postura epistemológica no campo científico, mas também uma postura política no campo social. Esta adoção está (ou deveria estar) para além da opção por um método e uma teoria, uma vez que impõe uma vinculação a uma posição ética e política diante do mundo, da realidade objetiva, e das relações que estabelecemos com esta realidade e entre nós. Na medida em que exige uma postura ética e política, afeta não só o pesquisador, mas também seu objeto de conhecimento, que não apenas transborda do empírico para o subjetivo, mas sobretudo é resultado desta relação em seu duplo sentido. O Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético não são, portanto, mais uma teoria ou um método entre todos os disponíveis em uma prateleira científica à disposição de qualquer pesquisador e de sua conveniência, mas uma teoria e uma filosofia com método próprio e que inspiram uma relação ética e política a ser adotada por aqueles que não possuem qualquer compromisso com o fazer científico das classes dominantes.

Em minha leitura analítica, os elementos mobilizados acerca do método marxista, me conduziram a observar nos trabalhos analisados uma interpretação do fenômeno turístico a partir de um Materialismo Histórico determinado por elementos descritivos, prescritivos e conciliatórios que se conformam à ideologia capitalista, sem assumir a necessária posição de ruptura com ideários iluministas, idealistas, empiristas, entre outros. Não se trata necessariamente de uma interpretação equivocada ou de relações mal colocadas de conceitos marxistas em sua articulação com o turismo, mas de interpretações enviesadas, que têm como pano de fundo a polissemia epistemológica e teórica que não contribui para a efetiva transformação das condições de produção e reprodução do turismo, como alertado anteriormente a respeito da discussão epistemológica do campo.

Nesse sentido, concordo com a precisa análise de Cañada (2023) que aponta para o fato de que não se pensa em uma alternativa turística ao modo de produção capitalista porque o turismo é pensado como um mecanismo de reprodução do capital. Ainda que essa abordagem do turismo inserido no contexto do capitalismo seja correta e ajude a “*estimular la resistencia frente a los procesos de explotación y desposesión [...] e [...] a poner en cuestión los discursos del capital turístico y sus lobbies cuando, desde planteamientos supuestamente alternativos, se proponen artefactos conceptuales que, en realidad, no dejan de estar al servicio de su reproducción*” (CAÑADA, 2023, n. p.)<sup>24</sup>, a naturalização do turismo como uma criação do capitalismo também nos impõe “*la hegemonía del capitalismo como modo único de organización de la vida social*” (CAÑADA, 2023, n. p.)<sup>25</sup>.

Desta forma, os vestígios teóricos mobilizados a partir das proposições epistemológicas de Althusser evidenciaram que é possível estabelecer uma crítica interna e materialista da produção de conhecimento marxista em turismo, a partir de um referencial desvinculado do idealismo capitalista sem deixar de reconhecer e estabelecer meios para abarcar a análise da complexidade do fenômeno; sem deixar de viabilizar uma visão de conjunto que reconheça ao mesmo tempo seus elementos históricos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, etc.; sem deixar de definir o lugar e o papel do sujeito por meio da proposição de uma outra racionalidade teórica materialista, um sujeito vinculado a uma estrutura, implicado por ideologia e sempre fragmentado.

Estou propondo que, a partir de Althusser, é possível estabelecer os seguintes vestígios para a constituição de uma epistemologia materialista para o turismo:

- a) **A ruptura epistemológica entre Marx e Hegel** como uma oportunidade para repensarmos a estrutura da dialética marxista desvinculada da epistemologia idealista e de sua estrutura teleológica.
- b) Para além do reconhecimento da primazia do real sobre o pensamento, **o reconhecimento do princípio materialista da diferença entre o real e o seu conhecimento** implica na distinção entre objeto de conhecimento e

<sup>24</sup> “[...] a estimular a resistência aos processos de exploração e desapropriação [...]” e “a questionar os discursos do capital turístico e seus lobbies quando, a partir de abordagens supostamente alternativas, são propostos artefatos conceituais que, na realidade, ainda estão a serviço de sua reprodução” (CAÑADA, 2023, n. p., tradução minha).

<sup>25</sup> “[...] a hegemonia do capitalismo como única forma de organização da vida social. Assim, muitas vezes se generaliza a ideia de que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo [...]” (CAÑADA, 2023, n. p., tradução minha).

objeto real como modo de subversão do idealismo especulativo e o idealismo empirista. Entre o pensamento do real e o real há apenas uma relação de conhecimento.

- c) **O processo de produção de conhecimento possui uma realidade objetiva determinada**, que pode ser caracterizada como um modo de produção de conhecimento, com uma estrutura que combina o tipo de objeto sobre o qual agem os meios de produção teóricos de que se dispõe e as relações históricas nas quais se produz. Isso implica ao sujeito da prática teórica um lugar e uma função na produção de conhecimentos, de tal modo que toda generalização ou essencialização do real só pode ser considerada dentro desses limites.
- d) A análise marxista do turismo não pode se limitar à exposição e análise de contradições simples, com um princípio de unidade interna e de desenvolvimento em si mesmas, mas pode e deve levar em conta que **a contradição é sobredeterminada** em seu princípio. Isso quer dizer que a contradição é inseparável da estrutura do todo social, em que atuam múltiplas contradições, determinadas e determinantes entre si, bem como determinantes e determinadas pelos diversos níveis e pelas diversas instâncias da formação social, estrutura que é reflexo desta complexidade e que também se reflete nelas. Deve-se priorizar a análise sobre uma unidade de ruptura, ou seja, de acúmulo de contradições, porque esta unidade é precisamente a possibilidade de sua transformação, e não apenas de sua assimilação. Na medida em que a sobredeterminação pode ser reconhecida pelo acúmulo de determinações eficazes sobre a determinação econômica em última instância, deve-se olhar para esta unidade complexa com vistas ao reconhecimento de qual contradição ocupa a posição principal/dominante e quais ocupam as posições secundárias/subordinadas, assim como o reconhecimento do aspecto principal e do aspecto secundário de cada contradição, sem deixar de reconhecer que seu desenvolvimento é dinâmico e desigual e que as posições podem estar em constante alternância. É esta desigualdade que caracteriza a contradição como princípio motor de todo desenvolvimento dialético, na medida em que a estrutura do todo complexo tende à invariação. A análise da sobredeterminação da contradição marxista



contempla, portanto, a complexidade das relações e dimensões estabelecidas pela produção e reprodução do turismo no contexto de uma epistemologia materialista.

- e) O conceito de **totalidade como a unidade de um todo complexo estruturado sempre já dado com dominante**, constituído pelos níveis econômico, jurídico-político e ideológico e as diferentes estruturas que constituem cada um, relativamente autônomos, independentes e com eficácia própria, mas fundidos em certo tipo de dependência em relação ao todo. Estes níveis e estruturas se articulam entre si segundo modos de determinação específicos, determinados em última instância pelo nível econômico conforme estrutura dominante que introduz certa ordem específica na articulação dos membros e das relações. Para lidar com esta totalidade é necessário superar a evidência ideológica da teleologia histórica e construir para cada nível seu conceito próprio de tempo e de história, levando em consideração sua natureza diferencial e seus modos de constituição e de articulação aos demais níveis e em relação ao todo. Ou seja, deve-se situar o lugar e a função de um nível/estrutura, em sua articulação própria com os demais níveis/estruturas e com o todo, definir sua sobredeterminação ou subdeterminação em função do todo e definir seu índice de eficácia (o caráter de determinação mais ou menos dominante ou subordinado de um nível/estrutura). Este conceito se apresenta como uma superação da tópica infraestrutura/superestrutura que trata dos níveis jurídico-político e ideológico como meros reflexos da base econômica e pode tornar viável a leitura materialista sobre a complexidade da estrutura de produção e reprodução do turismo no contexto de um modo de produção, na medida em que a existência material dessa estrutura se dá sob a forma de práticas concretas. Seria possível, assim, reconhecer o turismo como uma estrutura do todo social que comporta práticas de distintas naturezas.
- f) **O modelo de racionalidade teórica empreendido pelo marxismo humanista é incompatível com a proposição de um Materialismo**

**Histórico e de um Materialismo Dialético**<sup>26</sup>. Tanto a racionalidade instrumental weberiana quanto a racionalidade substantiva aristotélica, polos antagônicos deste debate, partem de uma constituição moral de sujeito centrado na razão e na consciência, dotado de liberdade, iniciativa e vontade, o sujeito de direito. Tal noção é essencial para a estruturação do modo de produção capitalista tanto no nível normativo da estrutura jurídico-política como no nível da estrutura ideológica (SAES, 2012). Enquanto a racionalidade instrumental promove uma incompreensão da complexidade do sistema em que se insere, reduzido à aspectos econômicos e burocráticos, a racionalidade substantiva pressupõe um ideal de harmonia e horizontalidade nas relações humanas em prol de um bem comum. Em ambos os casos, parte-se dos supostos de liberdade, iniciativa e vontade, colocando o sujeito da consciência no centro do processo, e ignora-se que a eficácia da reprodução das relações de produção e de manutenção da ordem socioeconômica se sustenta precisamente sobre esta ficção (GILLOT, 2018), visto que os processos de subjetivação não possuem um centro fixo e são desde sempre implicados pela ordem simbólica, ou seja, por ideologia. No plano da prática social concreta, os sujeitos estão submetidos à estrutura socioeconômica que os determina tanto em sua subjetividade quanto em suas ações, funcionando, portanto, como suportes materiais dessa estrutura e portadores de uma função específica (SAES, 2012). Trata-se de uma conjuntura teórica fértil entre o marxismo e a psicanálise inaugurada por Althusser que põe em questão o papel do humanismo no campo marxista e dos mecanismos ideológicos de subjetivação. Isso não diz respeito às possibilidades da luta política empreendida por sujeitos concretos no campo da prática social, mas pode representar um avanço em relação ao paradigma idealista de sujeito na ciência atual, que é o paradigma que melhor representa e assimila o modo de produção vigente.

Estas proposições não possuem um fim em si mesmas e tampouco se apresentam como produtos acabados, fórmulas prontas, mas demonstram que o

---

<sup>26</sup> A esse respeito deve-se aprofundar o estudo e a reflexão em torno das distintas proposições sobre a racionalidade, suas diferenças e aproximações, sobretudo entre o marxismo hegeliano e o althusseriano.

debate no campo marxista é heterogêneo e que as problematizações efetuadas por Althusser sobre a epistemologia marxista chamam a atenção para questões ainda em discussão e que não têm sido empreendidas no campo do turismo. Conforme já destacado aqui, a adoção do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético e a constituição de uma episteme materialista do turismo não pode se dar à revelia deste debate, mas deve ser uma consequência dele. É responsabilidade do campo marxista do turismo (re)pensar sobre a estrutura e sobre a racionalidade envolvida nesse processo.

Como limitações deste trabalho posso apontar, em primeiro lugar, as consequências que o processo pandêmico impôs sobre minha própria saúde mental e sobre as possibilidades de investigação no campo empírico, que se configuravam inicialmente como possibilidades, mas que no decorrer do processo, e sobretudo após sua qualificação, ganharam contornos distintos dos iniciais. O processo pandêmico fez não só com que meu tempo de produção fosse afetado, mas também conduziu a atenção do debate público e acadêmico do turismo para suas questões emergenciais, produzindo grandes interferências no campo. Optei por percorrer outro caminho e desconsiderar seus efeitos, questão que pode ser avaliada com mais tempo no futuro. Em segundo lugar, o número de trabalhos alcançados com minha revisão e por minha análise pode ser considerado limitado e não representativo da produção marxista brasileira no turismo e, com isso, pode-se entender que produz generalizações inconsistentes acerca de sua produção. Consideradas minhas condições de produção, escolhas tiveram que ser feitas e recortes precisaram ser aplicados, o que não inviabiliza sua possibilidade de ampliação futura. Não deixa de chamar atenção, contudo, o baixo número de trabalhos marxistas produzidos e publicados na área de conhecimento turismo e que discutem sua epistemologia.

Em terceiro lugar, pode-se considerar a ausência de abordagem das diferentes correntes e modelos interpretativos no campo epistemológico do turismo, ou o aprofundamento teórico sobre outras leituras marxistas da obra de Marx, como o marxismo hegeliano, e, igualmente, pode-se considerar a falta de contraponto às proposições althusserianas acerca da epistemologia marxista, do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético e os conceitos produzidos por essas

proposições<sup>27</sup>. O objetivo, no entanto, foi posicionar as proposições althusserianas, no sentido de uma outra possibilidade de leitura, para que seja possível abrir o debate para trabalhos futuros e que possam surgir a partir deste. É neste sentido que o trabalho foi caracterizado como um ensaio teórico, espaço acadêmico cuja liberdade teórica e metodológica se pretendeu exercer.

Vislumbro inúmeras possibilidades de desdobramentos a partir desta proposição de leitura, como: o posicionamento de conceitos do Materialismo Histórico no turismo a partir da proposição althusseriana de ruptura epistemológica na obra marxista; processos ideológicos de subjetivação e a função sujeito no turismo; contraponto materialista de modelos teóricos do turismo, o SISTUR (BENI, 2008) por exemplo, a partir da proposição althusseriana de totalidade; análise dos processos discursivos de constituição do conhecimento no turismo a partir da vertente materialista da análise do discurso proposta por Michel Pêcheux, com base althusseriana; leituras da sobredeterminação nas mais variadas dimensões e relações que envolvem a produção e reprodução do turismo, bem como sobre processos de sua transformação, entre outros.

Por fim, quero reforçar a afirmação de que não se trata aqui de um embate contra métodos e teorias, contra autores e seus trabalhos, ou contra as distintas proposições epistemológicas que constituíram o processo de produção de conhecimento no campo do turismo. Tive apenas a pretensão de abrir o debate para as consequências do sincretismo epistemológico e da adoção de métodos e teorias à revelia das epistemologias que os conformam, observando que mesmo no interior da epistemologia materialista do turismo, podem ser apontadas relatividades e limites de validade que não apenas tangenciam esse sincretismo, mas são constituídas por ele. Por isso, mesmo que inscrita num lugar de incômodo, a leitura proposta buscou indicar alguns indícios de uma problemática que, embora não enunciada pelos trabalhos, se faz presente sob a forma de uma ausência.

---

<sup>27</sup> A banca de avaliação final deste trabalho também sentiu falta da exposição textual de leituras de Hegel e Lukács, principais alvos das críticas de Althusser. Consideramos que este ponto é profícuo para futuros trabalhos.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL (Brasília, DF). Empresa Brasileira de Comunicação. Turismo do Brasil no exterior ganha nova marca. **Agência Brasil**. Brasília, DF, 16 jul. 2019. Economia, n. p. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-07/promocao-turistica-do-brasil-no-exterior-ganha-nova-marca>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

ALTHUSSER, Louis. A querela do humanismo (1967). **Crítica marxista**, n. 9, p. 9-51, 1999. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo59Artigo1.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo59Artigo1.pdf). Acesso em: 06 mar. 2023.

ALTHUSSER, Louis. De O Capital à filosofia de Marx. In: ALTHUSSER, Louis; RANCIÈRE, Jacques; MACHEREY, Pierre. **Ler o capital**. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 11-74. Traduzido por Nathanael C. Caixeiro. Trabalho original publicado em 1965.

ALTHUSSER, Louis. Elementos de autocrítica. In: ALTHUSSER, Louis. **Posições I**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978a. p. 75-130. Trabalho original publicado em 1974.

ALTHUSSER, Louis. **For Marx**. 1. ed. London: The Penguin Press, 1969.

ALTHUSSER, Louis. Freud e Lacan. In: ALTHUSSER, Louis. **Freud e Lacan. Marx e Freud: introdução crítica-histórica**. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000a. Tradução de Walter José Evangelista. Trabalho original publicado em 1964.

ALTHUSSER, Louis. Marx e Freud. In: ALTHUSSER, Louis. **Freud e Lacan. Marx e Freud: introdução crítica-histórica**. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000b. Tradução de Walter José Evangelista. Trabalho original publicado em 1976.

ALTHUSSER, Louis. Materialismo histórico e materialismo dialético. In: ALTHUSSER, Louis; BADIOU, Alain. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1986. p. 33-56. Traduzido por Elisabete A. Pereira dos Santos. Trabalho original publicado em 1966.

ALTHUSSER, Louis. O objeto de O Capital. In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne; ESTABLET, Roger. **Ler o capital**. v. 2. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. p. 7-152. Traduzido por Nathanael C. Caixeiro. Trabalho original publicado em 1965.

ALTHUSSER, Louis. **Política e História, de Maquiavel à Marx**: curso ministrado na École Normale Supérieure de 1955 a 1972. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro. Trabalho original publicado em 1965.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Trabalho original publicado em 1969.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre o trabalho teórico**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1978b. Trabalho original publicado em 1967.

ALTHUSSER, Louis. Sustentação da tese de Amiens. In: ALTHUSSER, Louis. **Posições I**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978c. p. 131-167.

ARAÚJO, Cíntia M. **Ética e qualidade no turismo do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 13.ed. São Paulo: Senac, 2008.

BENI, Mario Carlos. **Turismo**: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri, SP: Manole, 2012.

BENI, Mario Carlos; MOESCH, Marutscka. A Teoria Da Complexidade E O Ecosistema Do Turismo. **Turismo - Visão e Ação**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 430, 2017. DOI: 10.14210/rtva.v19n3.p430-457.

BLÁZQUEZ, Macià; CAÑADA, Ernest (ed.). **Turismo placebo**: nueva colonización turística: Del Mediterráneo a Mesoamérica y El Caribe. Lógicas espaciales del capital turístico. Managua, Nicaragua: EDISA, 2011.

BOECKEL, Cristina; GALLO, Ricardo. Embratur compartilha post de turista que diz não recomendar o Rio como destino: agência brasileira de promoção internacional do turismo cita 'equivoco'. **G1**. Rio de Janeiro, n.p. 05 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/05/embratur-compartilha-post-de-turista-que-diz-nao-recomendar-o-rio-como-destino.ghtml>. Acesso em: 05 fev. 2020.

BOITO JR., Armando. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. In: PINHEIRO, Jair (org.). **Ler Althusser**. Marília, SP: Oficina Universitária, 2016. p. 151–182.

BOUCHER, Geoff. **Marxismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho.

CAMPOS, Luciene Jung de; TADIOTO, Mateus Vitor; BRESOLIN, Ana Magnus; SANGALI, Sofia Guerreiro. Brazil Touristic: effects of sense and conditions of production in 2014 Fifa World Cup Brazil. *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 623-635, 9 jul. 2018. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/6116>. Acesso em: 23 nov. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v10i3p623>.

CAÑADA, Ernest. ¿Es posible un turismo poscapitalista? **Albasud**, Barcelona, Espanha, *online*, 2023. Disponível em: <https://www.albasud.org/blog/es/1552/iquest-es-posible-un-turismo-poscapitalista>. Acesso em: 03 fev. 2023.

CASTRO, Xavi F. de. Tornen les pintades contra els turistes al Park Güell. **Tot Barcelona**. Barcelona, Espanha, 05 jun. 2019. Turisme, n. p. Disponível em: <[https://www.totbarcelona.cat/turisme/tornen-les-pintades-contra-els-turistes-al-park-guell\\_1934085102.html](https://www.totbarcelona.cat/turisme/tornen-les-pintades-contra-els-turistes-al-park-guell_1934085102.html)>. Acesso em: 05 jun. 2019.

CONCEIÇÃO, Renan Augusto Moraes. Turismo e o Conceito Marxista do Estranhamento do Trabalho. **Turismo e Sociedade**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 81-96, 28 out. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/78893>. Acesso em: 23 nov. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ts.v14i2.78893>.

FELLET, João. De soja a briga pelo turismo, tensão envolvendo ONGs já dura décadas em Alter do Chão. **BBC News Brasil**. São Paulo, n.p. 28 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50595981>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos I (1900)**. Rio de Janeiro: Imago, v. 4, 1996a. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.

FREUD, Sigmund. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana (1901)**. Rio de Janeiro: Imago, v. 6, 1996b. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.

GAXIOLA, Napoleón Conde. Hacia una epistemologización del discurso turístico. In: NECHAR, Marcelino C.; PANOSSO NETTO, Alexandre (orgs.). *Epistemología del turismo: estudios críticos*. 1. reimp. Mexico: Trillas, 2011. p. 41-52.

GILLOT, Pascale. **Althusser e a psicanálise**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018. Tradução de Pedro Eduardo Z. Davoglio (org.), Fábio R. Barbosa Filho e Marie-Lou Lery-Lachaume.

HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Rua**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 63-89, 21 jul. 1995. <http://dx.doi.org/10.20396/rua.v1i1.8638926>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638926>. Acesso em: 23 abr. 2020. Texto publicado originalmente em 1967.

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. In: ORLANDI, Eni P (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 21-54. Texto publicado originalmente em 1966.

HULTSMAN, John. Just tourism: an ethical framework. **Annals of Tourism Research**, v. 22, n. 3, p. 553-567, 1995. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(95\)00011-T](https://doi.org/10.1016/0160-7383(95)00011-T).

HUNT, Elle. Residents in tourism hotspots have had enough. So what's the answer? **The Guardian**. London, England, 17 jul. 2018. Cities, n. p. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/cities/2018/jul/17/residents-in-tourism-hotspots-have-had-enough-so-whats-the-answer>>. Acesso em: 28 maio 2019.

JUNQUEIRA, Luiz Daniel Muniz. Análise da produção científica norteadada pela abordagem do Materialismo Histórico Dialético: um recorte temporal de 2004 a 2014 das revistas científicas brasileiras. **Caderno Virtual de Turismo**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 44-62, 26 maio 2019. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1329>. Acesso em: 23 nov. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1329>.

KADRI, Boualem. L'identité scientifique du tourisme: un mythe ou une réalité en construction?. **Téoros**, v. 27, n. 1, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/teoros/1614>. Acesso em: 23 abr. 2020.

KARSZ, Saúl. Lectura de Althusser. In: KARSZ, Saúl; POUILLON, Jean; BADIOU, Alain ; IPOLA, Emilio de ; RANCIÈRE, Jacques. **Lectura de Althusser**. Buenos Aires : Editorial Galerna, 1970. p. 13-230.

KRIPPENDORF, Jost. **Les dévoreurs de paysages**: le tourisme doit-il détruire les sites que le Font vivre? Lousanne, France: Editions 24 Heures, 1977.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Aleph, 2009.

KRIPPENDORF, Jost. Towards new tourism policies: the importance of environmental and sociocultural factors. **Tourism Management**, v. 3, n. 3, p. 135-148, 1982. [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(82\)90063-2](https://doi.org/10.1016/0261-5177(82)90063-2).

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 496-533.

LACAN, Jacques. O Familiar. In: LACAN, Jacques. **O seminário, livro 5**: as formações do inconsciente (1957-1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 11-29.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 6**: o desejo e sua interpretação (1958-1959). Rio de Janeiro: Zahar, 2016. Tradução de Claudia Berliner.

MACHADO, Juremir. Bruno Latour: "o objetivo da ciência não é produzir verdade indiscutíveis, mas discutíveis". **Jornal Correio do Povo**. Porto Alegre, 11 mar. 2017. Diálogos, p. 1-1. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/blogs/diálogos/bruno-latour-o-objetivo-da-ciencia-nao-e-produzir-verdade-indiscutiveis-mas-discutiveis-1.306155>. Acesso em: 23 abr. 2020.



MAGALHÃES, Leandro Henrique. Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica. **Caderno Virtual de Turismo**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 95-104, 2008. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/268>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MAO, Tsé-Tung. **Sobre a prática e a contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MARIZ, Renata. Após declaração de Bolsonaro sobre o tema, estados lançam campanhas contra turismo sexual. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. n.p., 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apos-declaracao-de-bolsonaro-sobre-tema-estados-lancam-campanhas-contra-turismo-sexual-23642854>.

MARTINS, Maurício Vieira. “O marxismo não é um historicismo”: acertos e limites de uma tese althusseriana. **Crítica marxista**, n. 34, p. 67-85, 2012. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo273merged\\_document\\_257.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo273merged_document_257.pdf). Acesso em: 06 mar. 2023.

MARTONI, Rodrigo M. Aparência versus essência nos espaços apropriados pelo turismo: delineamentos possíveis a partir de distintos procedimentos epistemológicos. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, RS, v. 10, n. 1, p. 2-20, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v10i1p2>. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/5697>. Acesso em: 18 fev. 2019.

MARTONI, Rodrigo M. **Turismo & Capital**. 1. ed. Curitiba, PR: Appris, 2019.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. O anti-humanismo teórico na obra de Louis Althusser: problemas de teoria e efeitos políticos. In: PINHEIRO, Jair (org.). **Ler Althusser**. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 213-234.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Traduzido por Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010a. Traduzido por Rubens Enderle e Leonardo de Deus (Coleção Marx-Engels)

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010b. Traduzido por Jesus Ranieri. (Coleção Marx-Engels)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. (Coleção Marx-Engels)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). 1.ed. rev. 6. reimp. São Paulo: Boitempo, 2017. Traduzido por Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. Texto produzido originalmente em 1845-1846. (Coleção Marx-Engels)

MINASI, Sara. Planejamento do turismo na perspectiva territorial na região extremo sul do RS/Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, [S. L.], v. 3, n. 1, p. 138-165, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/6737>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MINASI, Sarah Marroni. **Categorias da urbanização turística**: uma análise a partir da morfologia urbana e práticas espaciais. 2020. 145 f. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2020. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Tese%20Sarah%20Marroni%20Minasi.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MOESCH, Marutschka M. **A produção do saber turístico**. São Paulo, SP: Contexto, 2000.

MOESCH, Marutschka Martini. **Epistemologia Social do Turismo**. 2004. 2 v. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Relações Públicas, Propaganda e Turismo, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOREIRA, Maicon G. ¡Trae tus Colores!: a (sex)usualidade no turismo LGBT. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) - Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/2659>. Acesso em: 13 abr. 2018.

MOREIRA, Maicon G.; HALLAL, Dalila R. As viagens e as experiências de fronteira na transgressão do armário gay. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul/RS, v. 9, n. 1, p. 133-155, 2017. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v9i1p133>. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/4694>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MOREIRA, Maicon Gularte; CAMPOS, Luciene Jung de. O ritual da interpelação ideológica no Turismo LGBT e a impossibilidade do desejo que se desloca. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 54-68, 13 maio 2019. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1542>. Acesso em: 23 nov. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v13i2.1542>.

MUEREN otros dos alpinistas en el Everest y ya son 10 las víctimas esta temporada. **Clarín**. Buenos Aires, Argentina, n.p. 05 mai. 2019. Disponível em: [https://www.clarin.com/sociedad/mueren-alpinistas-everest-10-victimas-temporada\\_0\\_R33baf6Gj.html](https://www.clarin.com/sociedad/mueren-alpinistas-everest-10-victimas-temporada_0_R33baf6Gj.html). Acesso em: 28 maio 2019.

NECHAR, Marcelino C.; PANOSSO NETTO, Alexandre. Implicaciones epistemológicas en la construcción del conocimiento del turismo. In: NECHAR, Marcelino C.; PANOSSO NETTO, Alexandre (orgs.). **Epistemología del turismo: estudios críticos**. 1. reimp. Mexico: Trillas, 2011b. p. 15-40.

NECHAR, Marcelino C.; PANOSSO NETTO, Alexandre. Apresentação. In: NECHAR, Marcelino C.; PANOSSO NETTO, Alexandre (orgs.). **Epistemología del turismo: estudios críticos**. 1. reimp. Mexico: Trillas, 2011a. p. 5-9.

OLIVEIRA, José Marcelo D.; MOTT, Luiz (orgs.). **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019**: relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2020.

OURIQUES, Helton R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Alínea, 2015.

PANOSSO NETTO, Alexandre, **Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2011.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Fenomenologia do turismo: uma proposta de construção epistemológica**. 2005. 182 f. Tese (Doutorado) - Doutorado em Ciências da Comunicação, Escola da Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a. p. 59-158. Tradução de Bethania Mariani et.al.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. Tradução de Eni. P. Orlandi.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014b. Trabalho original publicado em 1975.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Turismo e a dinâmica sócio-espacial do litoral de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S.L.], v. 9, n. 3, p. 554-567, 8 dez. 2015. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1008>. Acesso em: 23 nov. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v9i3.1008>.

PONTE, Kalina Marcelino Benevides. **Bloco histórico do turismo sustentável: uma crítica ao (eco)turismo proposto em áreas naturais e áreas naturais protegidas**. 2021. 269 f. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria) - Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, 2021. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Kalina%20Marcelino%20Benevides%20Ponte%202021.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

PUBLICAÇÕES de Turismo: pesquisa em periódicos iberoamericanos de turismo. 2023. Disponível em: <<http://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/lista.php?busca=impacto&campo=todos>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

RIAÑO, Peio A. Louvre fecha as portas devido a licenças em massa dos funcionários. **El País**. Madrid, 27 maio 2019. Cultura, n.p. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/27/cultura/1558960816\\_134141.html?id\\_externo\\_rsoc=FB\\_BR\\_CM&hootPostID=9295654f935efc0beb17%E2%80%A6](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/27/cultura/1558960816_134141.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM&hootPostID=9295654f935efc0beb17%E2%80%A6). Acesso em: 28 maio 2019.

SAES, Décio Azevedo Marques de. O lugar da noção de sujeito na sociedade capitalista. **Lutas Sociais**, [S.L.], n. 29, p. 9-20, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18474>. Acesso em: 07 mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.23925/ls.v0i29.18474>.

SANTOS FILHO, João dos. Ensaio sociológico sobre o fenômeno do lazer em Karl Marx e Paul Lafargue. **Revista Turismo em Análise**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 150-165, 13 nov. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/62664>. Acesso em: 23 nov. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v15i2p150-165>.

SANTOS FILHO, João dos. **Ontologia do turismo: estudos de suas causas primeiras**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2005.

TADIOTO, Mateus Vitor. **Ainda acerca das reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais: uma crítica ao turismo enquanto fenômeno**. 2021. 176 f. Tese (Doutorado em Turismo e Hospitalidade). Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/9601>. Acesso em: 10 mar. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UN. United Nations. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Resolution A/RES/70/1 adopted by the seventieth session of General Assembly on 25 September 2015. New York, United States of America: United Nations, 21 oct. 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. Acesso em: 07 ago. 2019.

UNTWO. World Tourism Organization; UN. United Nations. **Global code of ethics for Tourism: for responsible Tourism**. Resolution A/RES/406(XIII) adopted by the thirteenth WTO General Assembly. Santiago, Chile: UNTWO, 1 oct. 1999. Disponível em: <<http://ethics.unwto.org/en/content/full-text-global-code-ethics-tourism>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

UNWTO. World Tourism Organization; UN. United Nations. **Tourism and the Sustainable Development Goals: Journey to 2030**. Madrid, Spain: UNTWO, 2017. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284419401>>. Acesso em: 07 ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284419401>.

WILLIAMS, Raymond. **Palabras clave: un vocabulario de la cultura y la sociedad**. 1. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.